



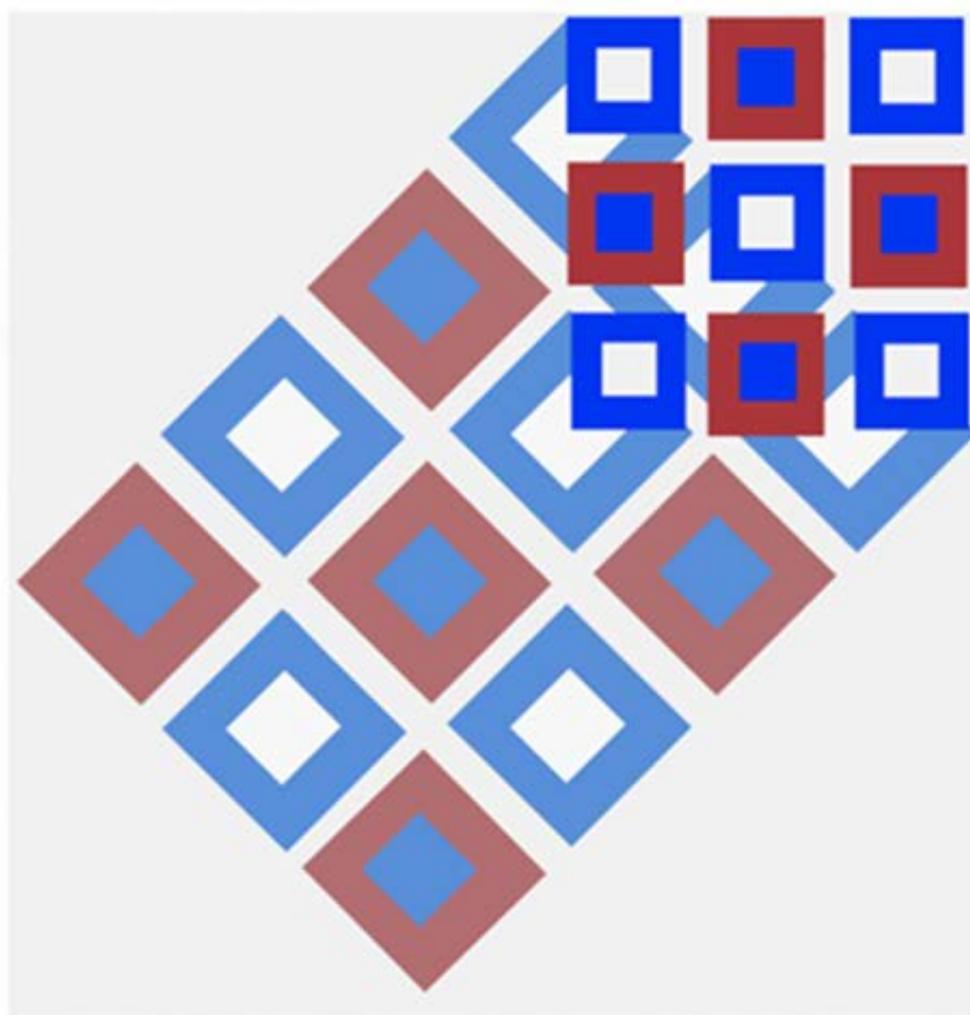
GOVERNO DE
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA SOLIDARIEDADE,
EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL

CARTA SOCIAL

*REDE DE SERVIÇOS
E EQUIPAMENTOS*

RELATÓRIO 2014



GABINETE DE ESTRATÉGIA E PLANEAMENTO

© Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP),

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS)

CARTA SOCIAL – REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS 2014

Coordenação do GEP / MSESS

E-mail: cartasocial@gep.msess.pt

Página: www.cartasocial.pt; www.gep.msess.pt

ISBN: 978-972-704-392-7

Coordenação Editorial:

Direção de Serviços de Apoio Técnico e Documentação - DSATD

Praça de Londres, 2, 4.º

1049-056 Lisboa

Tel.: (+351) 595 33 05/ 23

E-mail: gep.cid@gep.msess.pt

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,

de acordo com a legislação em vigor por GEP/MSESS

Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP)

Praça de Londres, n.º 2 - 5.º andar

1049-056 Lisboa

Tel.: (+351) 211 155 000

Fax: (+351) 211 155 150

Equipa Multidisciplinar de Análise de Políticas e Economia Social

Coordenador do Trabalho: João Gonçalves

Equipa Técnica: Carina Metelo, Ana Gil

Colaboração: ISS, IP – Instituto da Segurança Social, IP (MSESS)
SCML – Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (MSESS)
CPL – Casa Pia de Lisboa (MSESS)

Índice

1. Nota introdutória	4
2. Caracterização geral da Rede de Serviços e Equipamentos	5
2.1 - Entidades Proprietárias	5
2.2 - Equipamentos Sociais	6
2.3 - Respostas Sociais	10
3. Respostas sociais por população-alvo	14
3.1 - Crianças e Jovens	14
3.2 - Crianças, Jovens e Adultos com deficiência	26
3.3 - Pessoas Idosas	34
3.4 - Família e Comunidade	46
3.5 - Pessoas Toxicodependentes	50
3.6 - Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias	52
3.7 - Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico	54
4. Despesas de funcionamento em serviços e equipamentos sociais: o esforço público.....	56
ANEXOS	59
Nomenclaturas e Conceitos	60

1. Nota introdutória¹

A Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES) constitui-se como um elemento fundamental na promoção e desenvolvimento da proteção social, consubstanciada na oferta de um conjunto alargado de respostas sociais, direcionadas, particularmente aos grupos mais vulneráveis, tendo ainda um papel determinante no combate das situações de pobreza, assim como de promoção da inclusão social e da conciliação entre a atividade profissional e a vida pessoal e familiar.

Por sua vez, a Carta Social na sua vertente de estudo da dinâmica do setor social no âmbito da RSES prosseguido pelas instituições de solidariedade social e demais entidades públicas e privadas, apresenta-se como instrumento de informação privilegiado e de caracterização e análise, fundamental para o processo de conceção e adequação das políticas sociais, no apoio ao planeamento territorial e na preparação da tomada de decisão, afirmando-se também como meio essencial na linha de informação ao cidadão.

Sempre com o intuito de disponibilizar mais e melhor informação, tem sido promovida, junto das entidades que desenvolvem respostas sociais enquadradas na RSES, a atualização da informação da Carta Social via eletrónica, o que tem possibilitado que as referidas entidades acedam a uma plataforma informática através da *internet* que lhes permite atualizar ou inserir novos elementos associados à atividade desenvolvida, modelo que para além de desburocratizar o processo e reduzir os procedimentos administrativos, tem menos encargos financeiros para o Estado.

O presente relatório, não se constituindo como um instrumento de divulgação estatística nem de análise qualitativa, tem por base a informação obtida por referência a 31 de dezembro de 2014, pretendendo dar a conhecer a dinâmica da evolução recente da RSES, apresenta as principais variáveis e indicadores de caracterização do comportamento das entidades, equipamentos sociais de suporte e das diferentes respostas sociais, assim como o esforço público que tem sido realizado ao nível do funcionamento.

¹ No desenvolvimento deste Relatório, são utilizados indiscriminadamente os termos “valência” e “resposta social”.

2. Caracterização geral da Rede de Serviços e Equipamentos

2.1 - Entidades Proprietárias

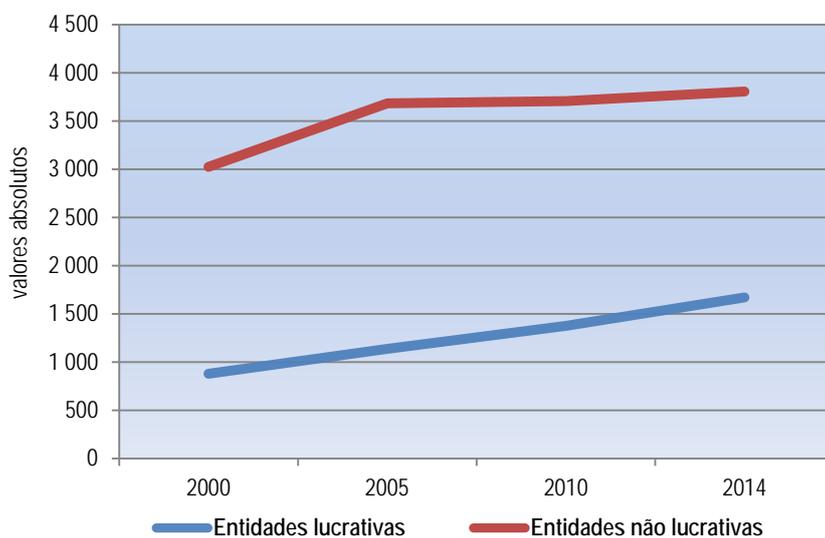
Considera-se entidade proprietária, no âmbito da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES), qualquer entidade, individual ou coletiva a quem pertence (dono) um ou mais equipamentos (instalações) onde se desenvolvem respostas sociais.

Entidades lucrativas e não lucrativas

No âmbito do relatório da Carta Social as entidades proprietárias de equipamentos sociais são agrupadas segundo a natureza jurídica em entidades lucrativas e entidades não lucrativas. As entidades não lucrativas compreendem as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), outras entidades sem fins lucrativos (entidades equiparadas a IPSS e outras organizações particulares sem fins lucrativos), as Entidades Oficiais, que prosseguem fins de ação social, os Serviços Sociais de Empresas e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML). As entidades lucrativas congregam as entidades particulares com fins lucrativos.

O número de entidades proprietárias de equipamentos sociais registou nos últimos anos um desenvolvimento significativo, quer as entidades lucrativas, como as entidades não lucrativas. O universo das entidades não lucrativas, principal suporte no âmbito da RSES, apresenta um incremento moderado desde 2005, enquanto as entidades lucrativas registam um crescimento mais acentuado desde 2000, ampliando o apoio social existente para alguns grupos-alvo.

Evolução do número de entidades proprietárias segundo a natureza jurídica, Continente 2000-2014¹

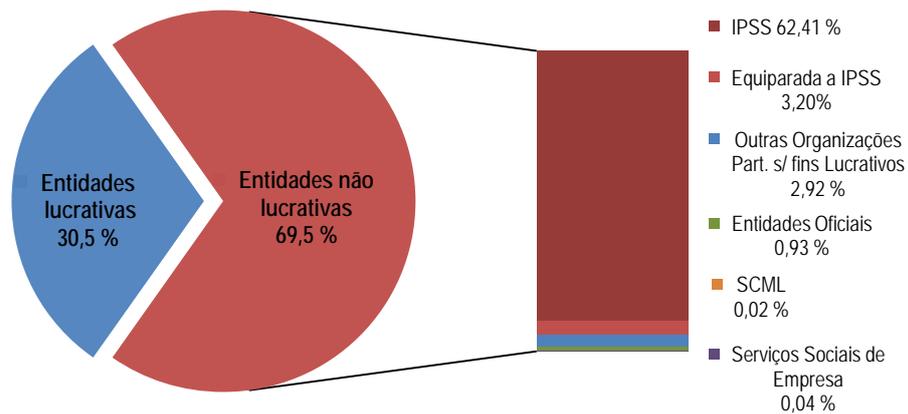


Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

¹Nova série.

Em 2014, por referência a 31 de dezembro, contabilizaram-se cerca de 5500 entidades proprietárias de equipamentos sociais no Continente, das quais 70 % são entidades não lucrativas.

Distribuição das entidades proprietárias, segundo a natureza jurídica, Continente 2014¹



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

¹Nova série.

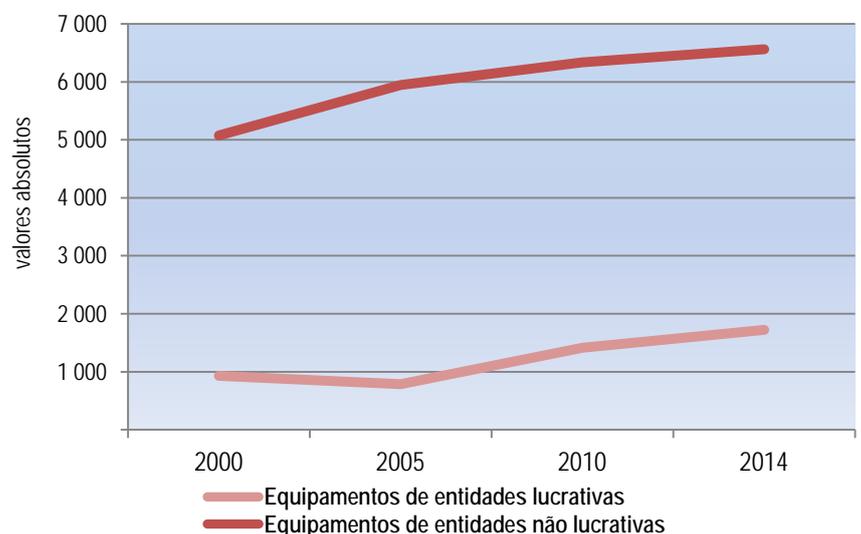
2.2 - Equipamentos Sociais

No âmbito da Carta Social é considerado equipamento social, toda a estrutura física onde se desenvolvem as diferentes respostas sociais ou estão instalados os serviços de enquadramento de determinadas respostas.

Equipamentos sociais de entidades lucrativas e não lucrativas

O número de equipamentos sociais em funcionamento apresenta em 2014 um crescimento de 38 % por comparação a 2000, traduzindo-se num aumento de cerca de 2300 novos equipamentos desde o ano 2000.

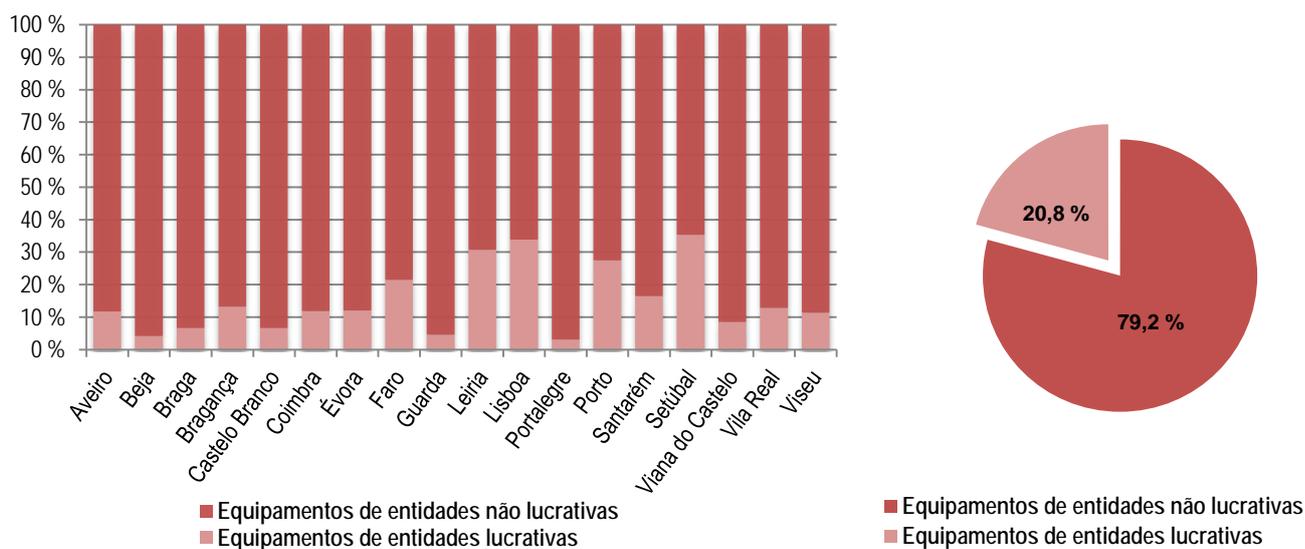
Evolução do n.º de equipamentos, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente 2000-2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Os equipamentos de entidades não lucrativas têm constituído o principal suporte da RSES ao longo do período de análise, sendo que em 2014 representavam 79 % do número total de equipamentos em funcionamento. Os equipamentos de entidades lucrativas registam contudo, um crescimento na ordem dos 85 % no período 2000-2014, enquanto os equipamentos de entidades não lucrativas apresentam no mesmo período um aumento que não vai além dos 29 %.

Distribuição percentual dos equipamentos sociais, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, por distrito e Continente 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

A distribuição da oferta de equipamentos a nível distrital confirma a superioridade do número de equipamentos de entidades não lucrativas. Apesar disso, os distritos de Faro (21,5%), Leiria (30,8 %), Lisboa (33,9 %), Porto (27,5 %) e Setúbal (35,3 %), apresentam um peso de equipamentos de entidades lucrativas acima de 20 %.

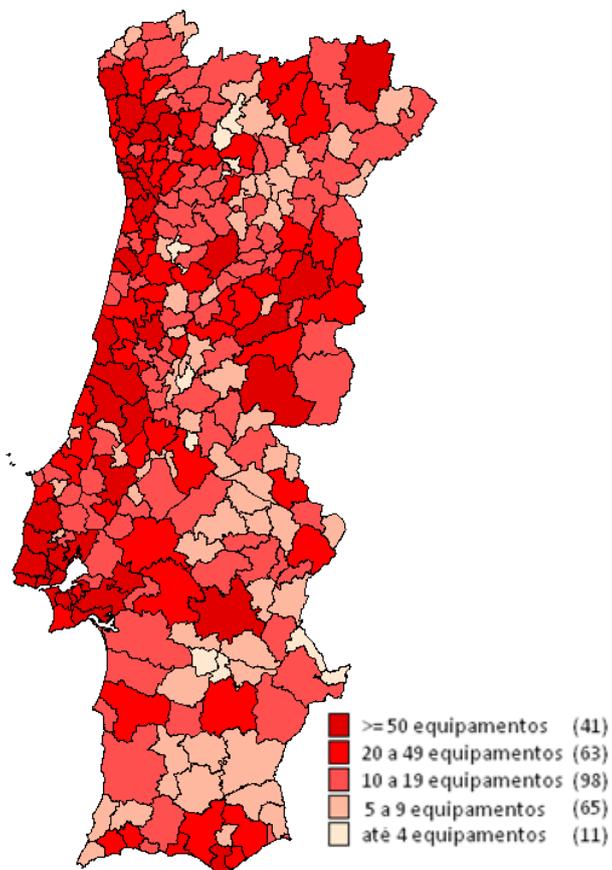
No ano de 2014, em média, por cada quatro equipamentos de entidades não lucrativas (rede solidária e rede pública), corresponde um de entidades lucrativas, proporção que se tem mantido constante.

Distribuição espacial dos equipamentos sociais por concelho

A implantação diferenciada de equipamentos sociais no Continente espelha as assimetrias na distribuição populacional do território. Os concelhos localizados ao longo da faixa litoral concentram um maior número de equipamentos, mas também o interior norte, visivelmente mais envelhecido.

Em 2014, a totalidade dos municípios do Continente detinha equipamentos sociais, sendo a oferta superior a 10 equipamentos em 202 municípios.

Distribuição espacial dos equipamentos sociais, por concelho 2014



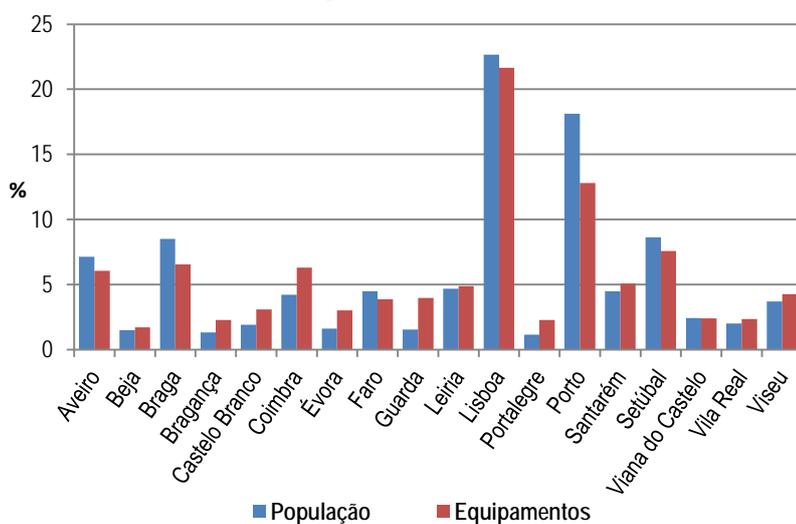
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Peso dos equipamentos sociais e da população residente por distrito

A distribuição percentual dos equipamentos sociais e da população residente por distrito revela uma distribuição relativamente equitativa.

Os distritos de Aveiro, Braga, Faro, Lisboa, Porto e Setúbal apresentam o maior peso de população residente em relação aos equipamentos existentes.

Distribuição percentual dos equipamentos sociais e da população residente, por distrito 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.
INE, Estimativas da População Residente para 2014.

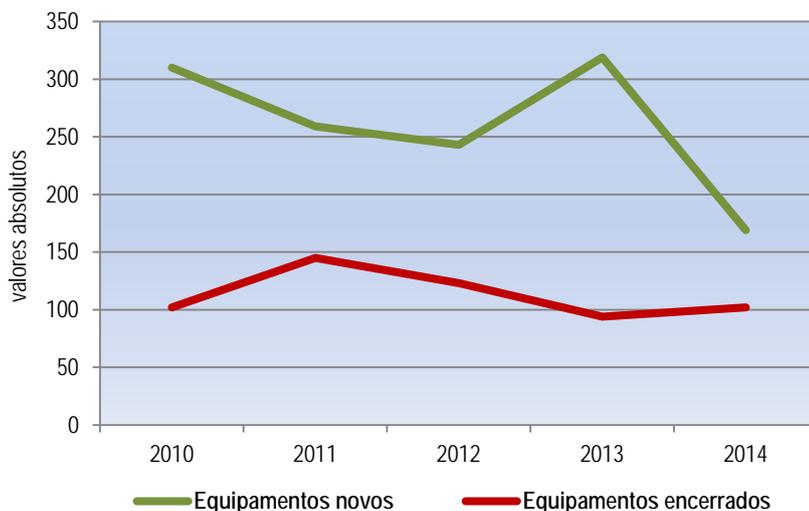
Equipamentos sociais novos e encerrados

O número de equipamentos novos e encerrados tem registado alguma flutuação no período 2010-2014. Após um elevado crescimento em 2013, o número de equipamentos novos regista em 2014 uma queda acentuada. Por outro lado, verifica-se um ligeiro aumento do número de equipamentos encerrados em 2014 por comparação ao ano de 2013.

À exceção de Coimbra, Évora e Viseu, o saldo entre equipamentos novos e encerrados é positivo em 2014 em todos os restantes distritos.

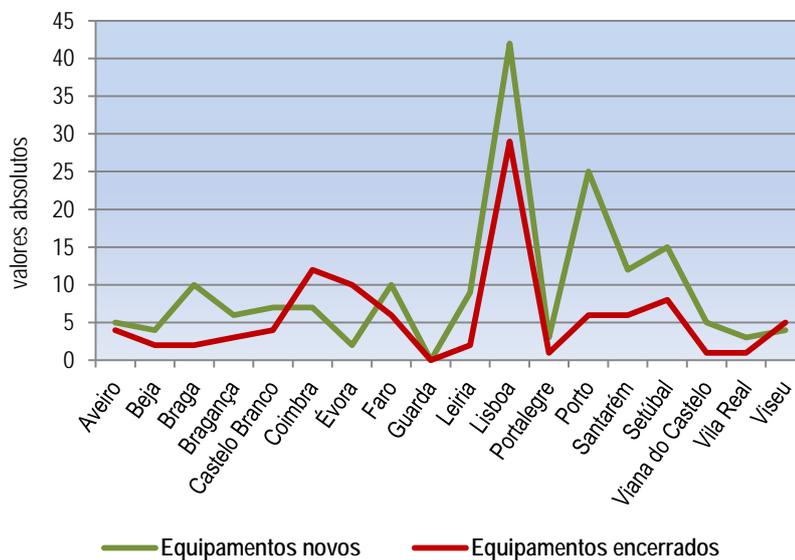
Lisboa continua a constituir o território com o maior volume de novos equipamentos, seguido do Porto e Setúbal.

Evolução do n.º de equipamentos sociais novos e encerrados, Continente 2010-2014



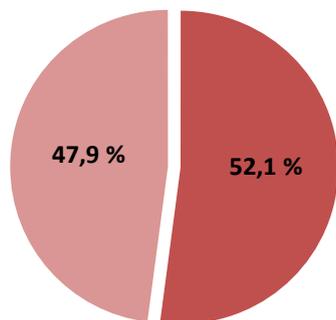
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição do n.º de equipamentos sociais novos e encerrados, por distrito, 2014



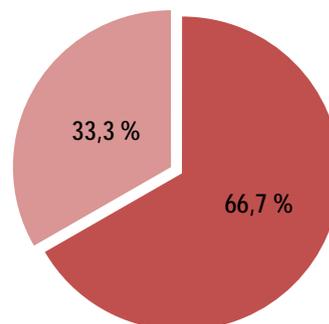
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição percentual dos equipamentos sociais novos, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente 2014



■ Equipamentos de entidades não lucrativas
■ Equipamentos de entidades lucrativas

Distribuição percentual dos equipamentos sociais encerrados, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente 2014



■ Equipamentos de entidades não Lucrativas
■ Equipamentos de entidades lucrativas

Do total de equipamentos novos que entraram em funcionamento em 2014, 52,1 % pertence a entidades não lucrativas. No que diz respeito aos equipamentos que encerraram durante o ano de 2014, 66,7 % eram propriedade destas entidades, face a 33,3 % pertencentes a entidades lucrativas.

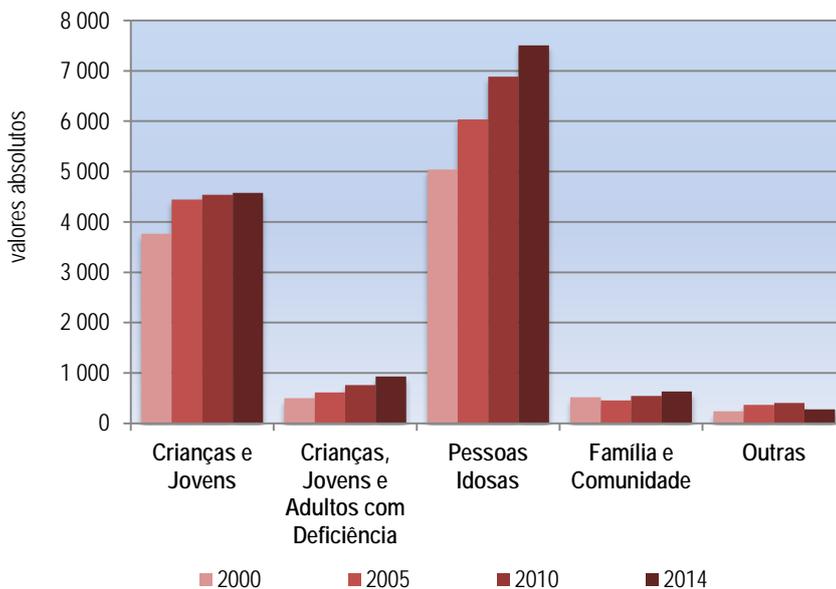
2.3 - Respostas Sociais

Respostas sociais por população-alvo

O crescimento do número de respostas sociais que integram a RSES situou-se em 2014 em 38 %, por referência ao ano de 2000, valor que traduz um acréscimo superior a 3800 novas respostas.

As respostas dirigidas às pessoas com deficiência constituem o grupo de respostas que apresentam o maior crescimento (86 %) no período de análise (2000-2014), seguindo-se as

Evolução do n.º de respostas sociais por população-alvo, Continente 2000-2014

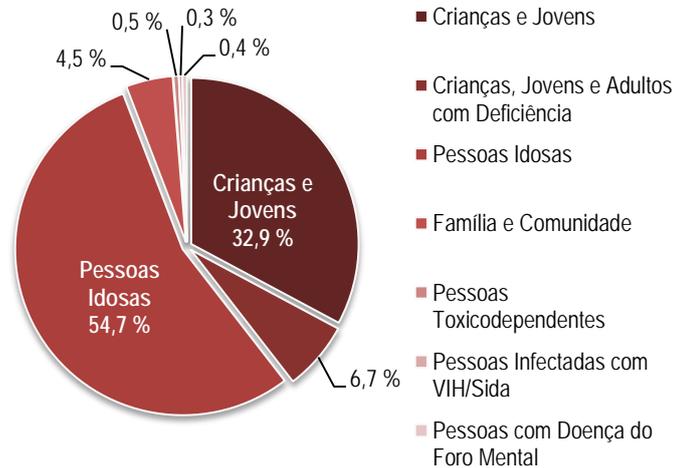


Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

respostas dirigidas às Pessoas Idosas (49 %). O apoio ao grupo das crianças e jovens, no âmbito da RSES, revela um aumento no mesmo período de 22 %, o que corresponde a um aumento de 809 novas respostas.

As respostas dirigidas às Pessoas Idosas representam 54 % do número total de respostas da RSES, o que reflete as necessidades de apoio à população idosa, cujo grupo etário tem aumentado de forma acentuada na população residente, sendo mais evidente no interior do país. Contrariamente, as respostas para as Crianças e Jovens têm apresentado um peso decrescente no universo das respostas, embora registem um crescimento significativo em termos absolutos.

Distribuição percentual das respostas sociais por população-alvo, Continente 2014



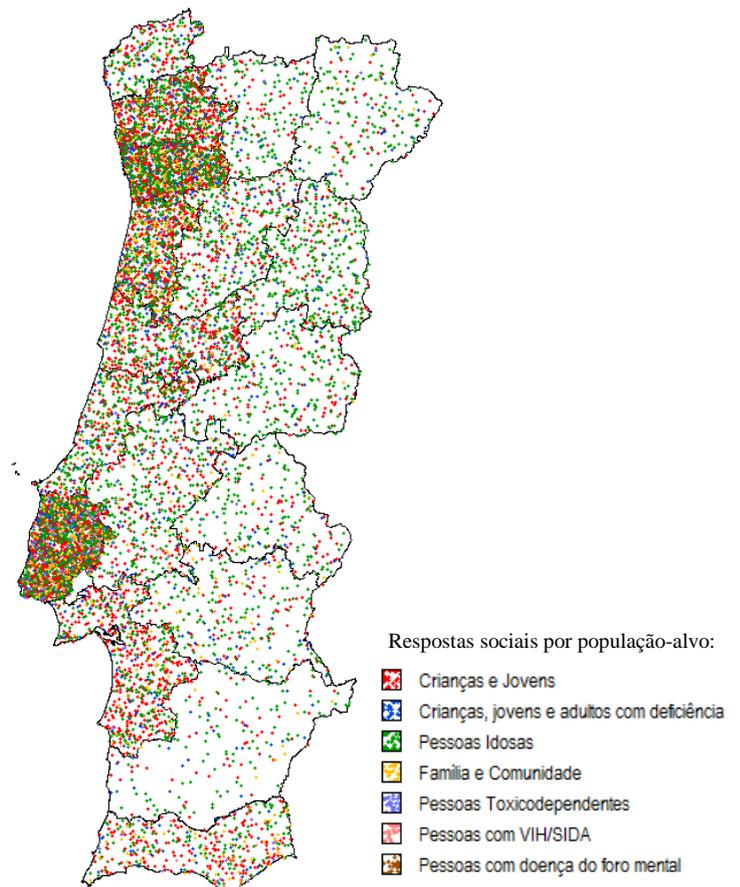
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição espacial das respostas sociais por população-alvo

A distribuição espacial de respostas sociais no território continental reproduz o padrão de distribuição populacional. A maior concentração encontra-se nos territórios de maior densidade populacional, designadamente na faixa litoral norte e na área metropolitana de Lisboa.

Como referido anteriormente, as respostas destinadas à população idosa e às crianças e jovens são as que apresentam maior disseminação no território continental.

Distribuição espacial das respostas sociais por população-alvo Continente 2014



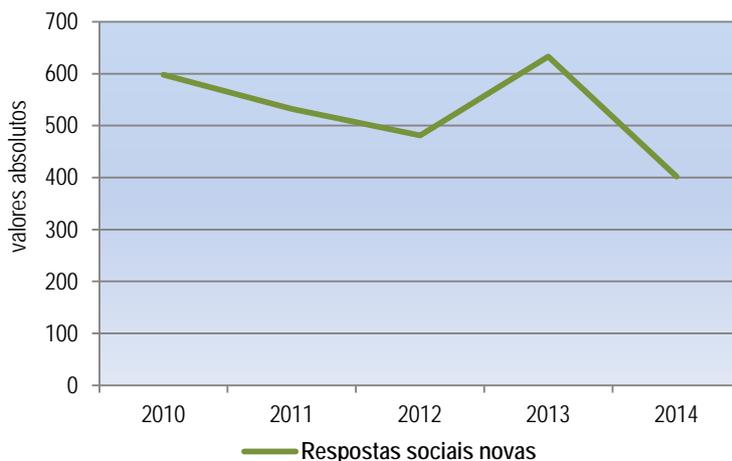
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Respostas sociais novas

Em 2014 verificou-se um decréscimo do número de respostas sociais que entraram em funcionamento nesse ano. A disponibilidade financeira das instituições, resultado do atual contexto socioeconómico do país, a par de maior contenção das despesas por parte das famílias, são fatores que poderão explicar esta situação.

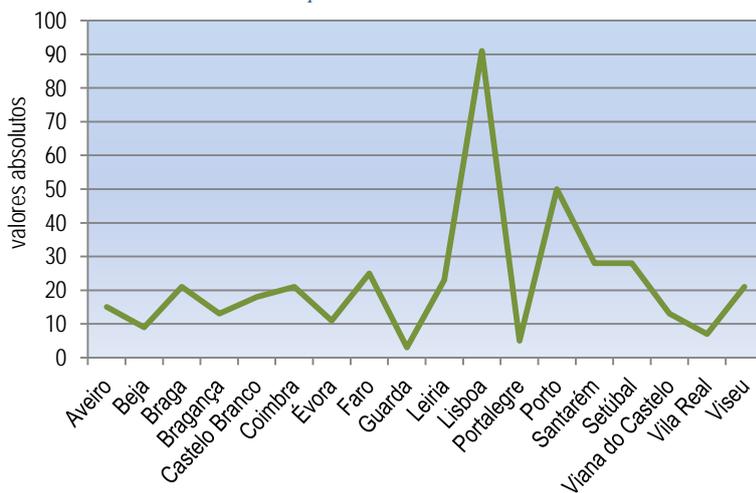
Os distritos de Lisboa, Porto, Santarém e Setúbal lideram a dinâmica de criação de novas respostas em 2014, reunindo cerca de 50 % das respostas que entraram em funcionamento.

Evolução do número de respostas sociais novas, Continente 2010-2014



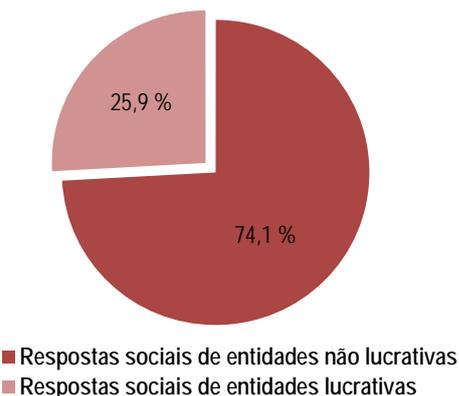
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição do número de respostas sociais novas, por distrito 2014



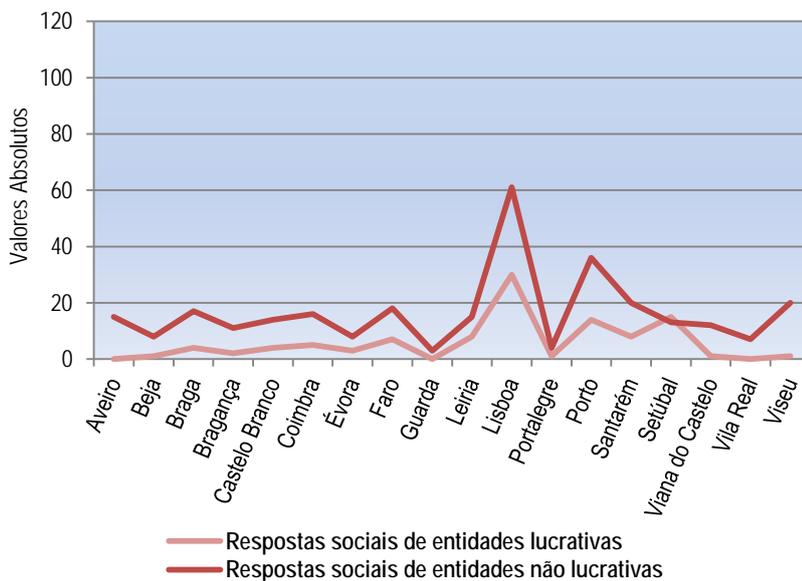
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição percentual do número de respostas sociais novas segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição do número de respostas sociais novas, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, por distrito 2014

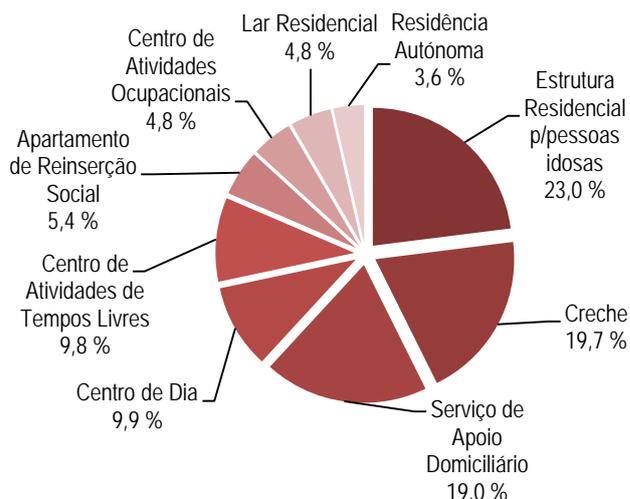


Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

As entidades não lucrativas apresentam em 2014 um maior número de respostas sociais novas (74 %), seguindo a tendência dos anos anteriores. Ainda assim, é de destacar que 26 % das respostas que entraram em funcionamento pertencem a entidades lucrativas. A nível distrital, à exceção de Setúbal, verifica-se um peso superior de novas respostas de entidades não lucrativas em todos os distritos.

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) (23 %), a Creche (20 %) e o Serviço de Apoio Domiciliário para pessoas idosas (SAD) (19 %) foram as respostas que em 2014 entraram em funcionamento em maior número, representando mais de 50 % do universo das novas respostas.

Distribuição percentual das respostas sociais novas, por tipologia, Continente 2014

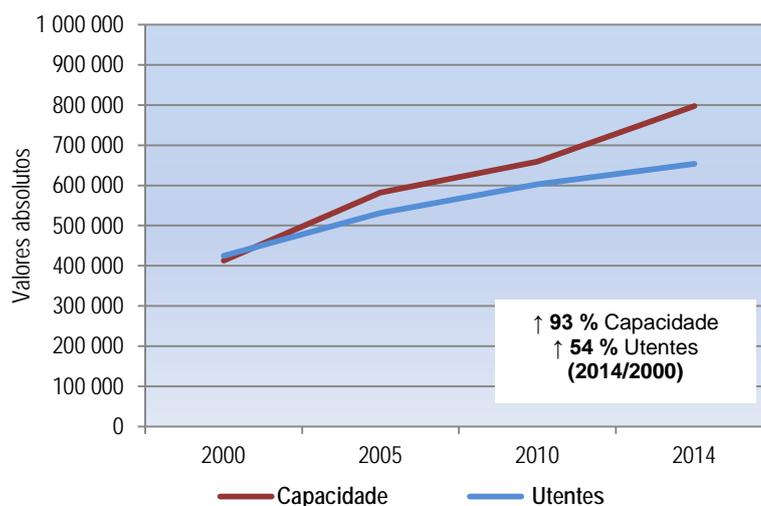


Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Relação entre a capacidade instalada e o número de utentes

A capacidade das respostas que compõem a RSES tem apresentado um crescimento significativo (93 %) ao longo do período de análise (2000-2014), o que se traduz num aumento de cerca de 380 000 lugares desde 2000, totalizando quase 800 000 lugares de oferta em 2014. O número de utentes/utilizadores das respostas da RSES tem acompanhado este crescimento, ultrapassando já os 650 000.

Evolução da capacidade e dos utentes Continente 2000-2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

3. Respostas sociais por população-alvo

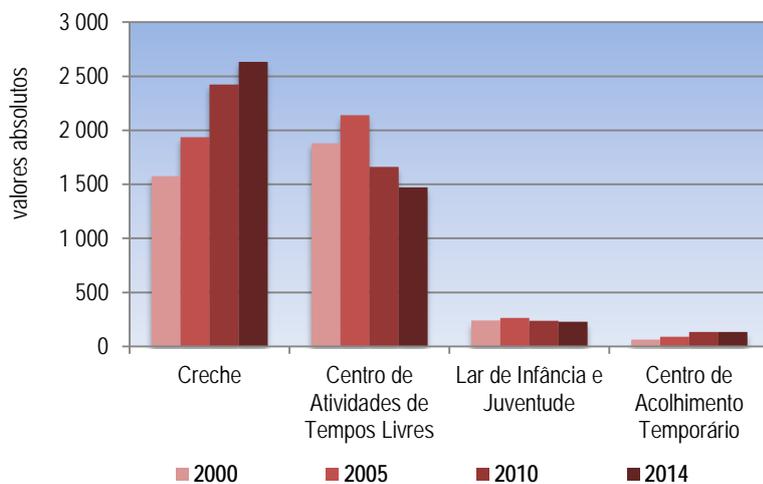
3.1 - Crianças e Jovens

Respostas sociais e capacidades

Entre os anos de 2000 e 2014 as respostas sociais dirigidas às Crianças e Jovens apresentaram um crescimento de 19 %, o que se traduziu num aumento superior a 700 novas respostas desde 2000, totalizando 4569 respostas em 2014. A Creche constitui a valência, no âmbito deste grupo-alvo e no universo das respostas da RSES², com maior expressão e procura por parte das famílias, registando um incremento muito significativo ao longo do período de análise.

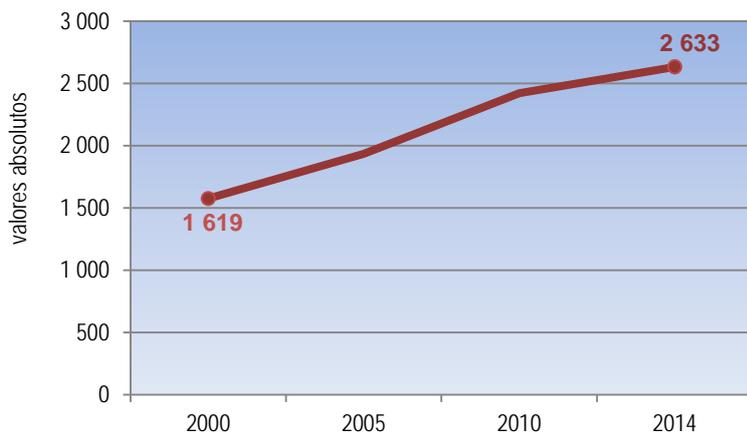
A Creche, estando direcionada para o apoio à primeira infância (0-3 anos de idade), regista um aumento entre 2000 e 2014 de 67 %, resultando em 1000 novas respostas. Do total de Creches em funcionamento em 2014, 74 % eram desenvolvidas em equipamentos de entidades não lucrativas, maioritariamente da rede solidária, com acordos de cooperação estabelecidos com o MSESS, o que demonstra o peso deste setor no âmbito do apoio à primeira infância.

Evolução do número de respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente 2000-2014

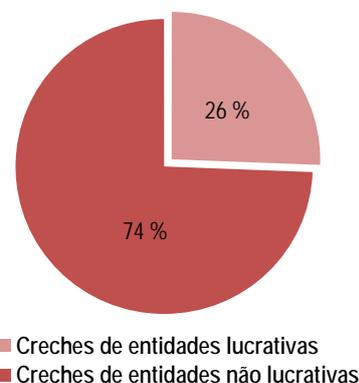


Fonte: GEP-MSESS. Carta Social.

Evolução do número de respostas de Creche, Continente 2000-2014



Distribuição percentual do número de respostas de Creche, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente 2014



Fonte: GEP-MSESS. Carta Social.

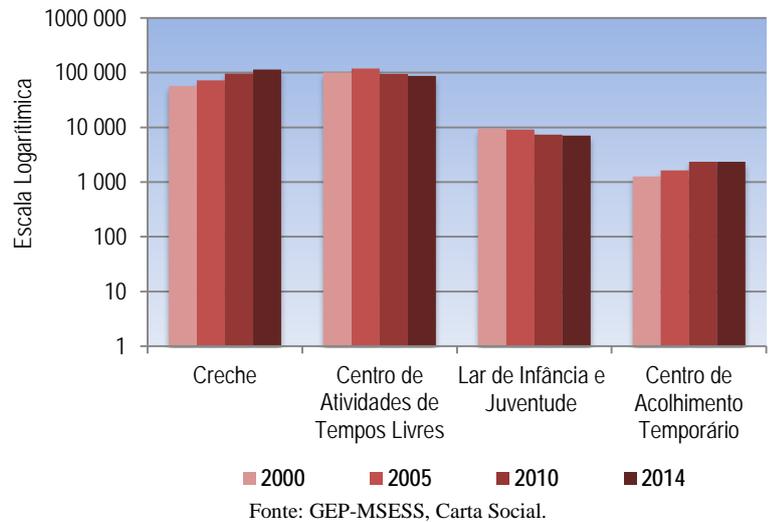
² As valências da tutela do Ministério da Educação e Ciência não são consideradas neste relatório.

À semelhança do número de respostas, verifica-se um desenvolvimento muito positivo da capacidade (número de lugares) das respostas dirigidas a este grupo-alvo no período em análise. Em 2014, por comparação a 2000, registou-se um aumento de 25 % do número total de lugares disponíveis nas respostas para as Crianças e Jovens.

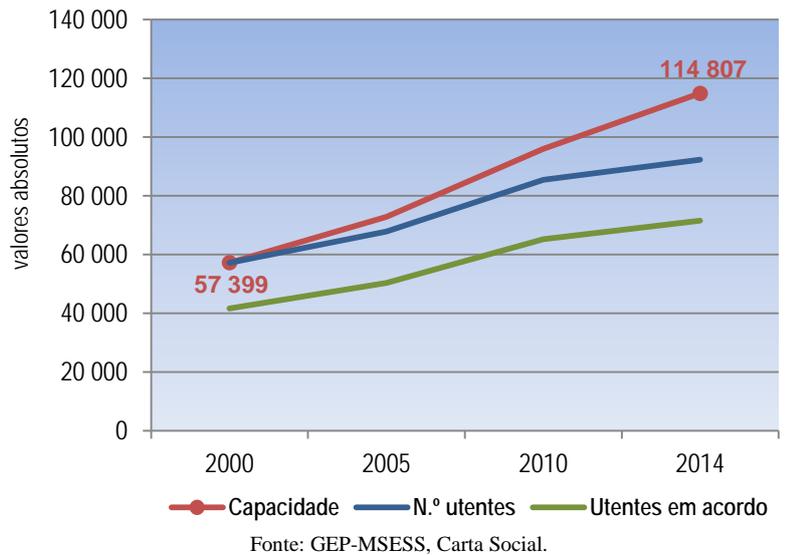
Ao nível da Creche, o número de lugares (capacidade) entre 2000-2014 apresenta um crescimento de 100 %, o que se traduz num aumento de 57 649 lugares. O número total de crianças que frequentam esta resposta, bem como o número de lugares com acordo de cooperação têm seguido a mesma tendência de crescimento, embora desde 2010 revelem um ligeiro abrandamento.

Em 2014, o número de lugares em Creche em equipamentos de entidades não lucrativas correspondia a 79 % do total de lugares, valor que reflete o peso do setor social no apoio à primeira infância.

Evolução da capacidade das respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente 2000-2014



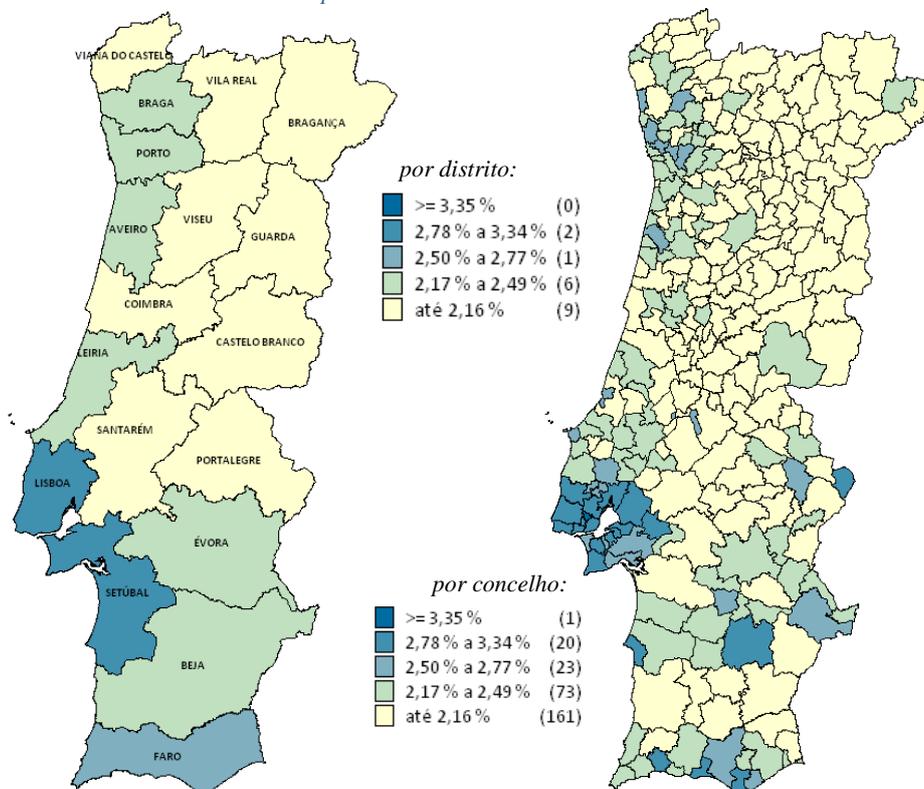
Evolução da capacidade, n.º de utentes e n.º utentes em acordo da resposta social Creche, Continente 2000-2014



Distribuição percentual da capacidade da resposta de Creche, segundo a natureza jurídica da entidade proprietária, Continente 2014



População residente até 3 anos de idade

Relação entre a população dos 0 aos 3 anos e a população total,
por distrito e concelho 2014

Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2014.

Os territórios no Continente com maior percentagem de crianças com menos de 3 anos de idade localizam-se ao longo da faixa litoral, com especial incidência na área metropolitana de Lisboa e Algarve. O interior norte do país revela pelo contrário, as menores percentagens de crianças.

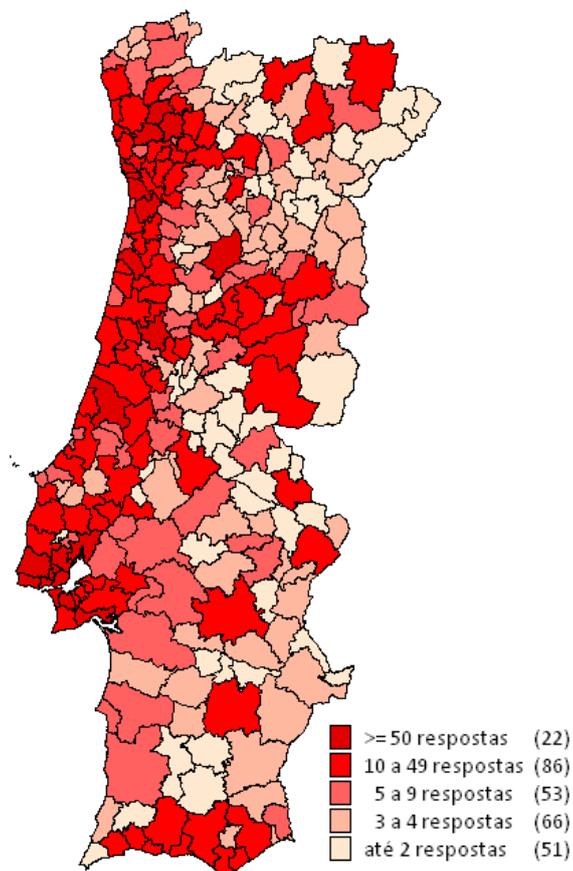
É de destacar que em 15 distritos a percentagem de crianças até aos 3 anos de idade no conjunto da população residente é inferior a 2,5 %, valor este que se observa também em 234 concelhos.

Distribuição espacial das respostas sociais por concelho

A faixa litoral norte e centro do território continental concentra a maioria das respostas para as Crianças e Jovens.

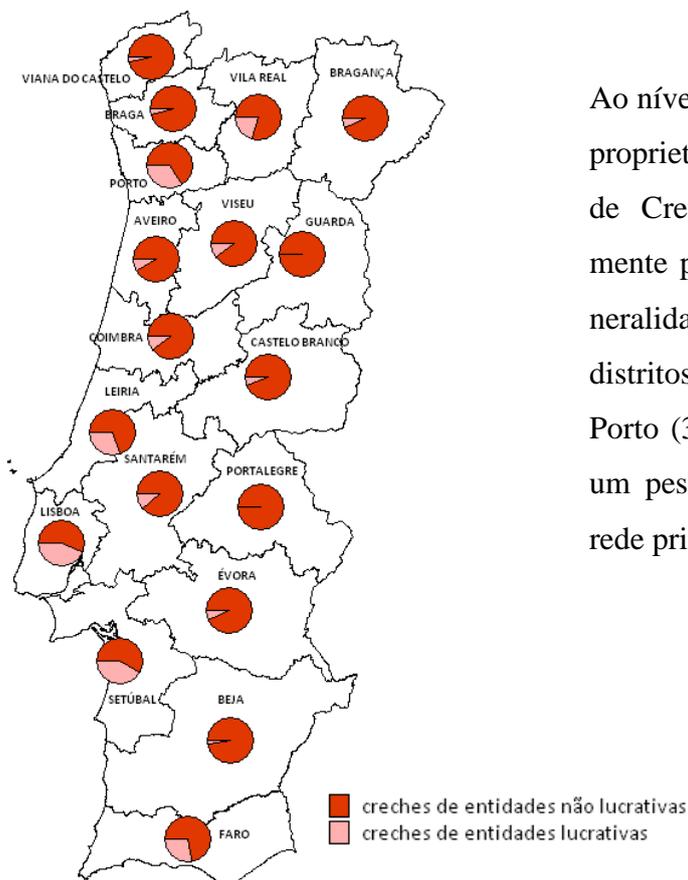
Do total de municípios do Continente, 274 dispunha de respostas sociais dirigidas a este grupo-alvo, dos quais 161 oferecia 5 ou mais respostas.

Distribuição espacial das respostas sociais para as Crianças e Jovens, por concelho 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição percentual da resposta social Creche, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Ao nível da natureza jurídica das entidades proprietárias destes equipamentos, a oferta de Creche é providenciada maioritariamente por entidades não lucrativas na generalidade dos distritos. Ainda assim, os distritos de Lisboa (43 %), Setúbal (42 %), Porto (34 %) e Leiria (31 %), apresentam um peso acima dos 30 % de creches da rede privada/lucrativa.

A resposta social Ama

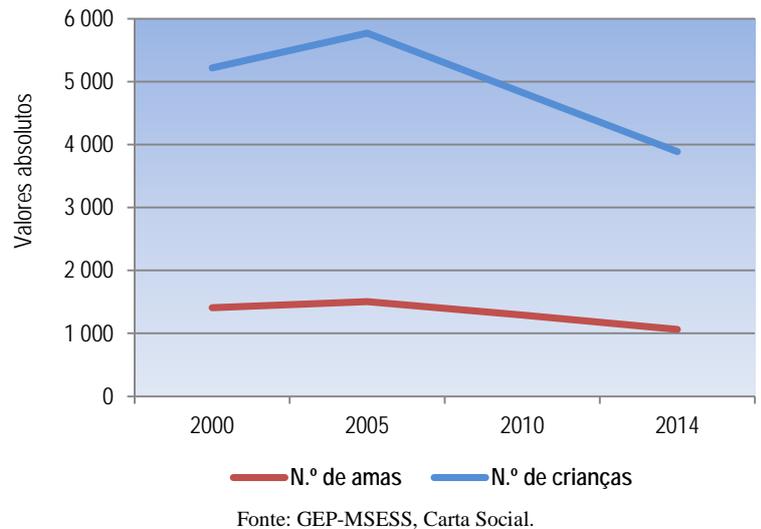
A resposta social Ama, enquadrada nos Centros Distritais do Instituto da Segurança Social, IP, na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou em IPSS é desenvolvida através de um serviço prestado por pessoa idónea que apoia as famílias através do acolhimento das crianças durante um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.

Número de amas e crianças acolhidas

O número de Amas e de crianças acolhidas apresenta uma descida desde 2005.

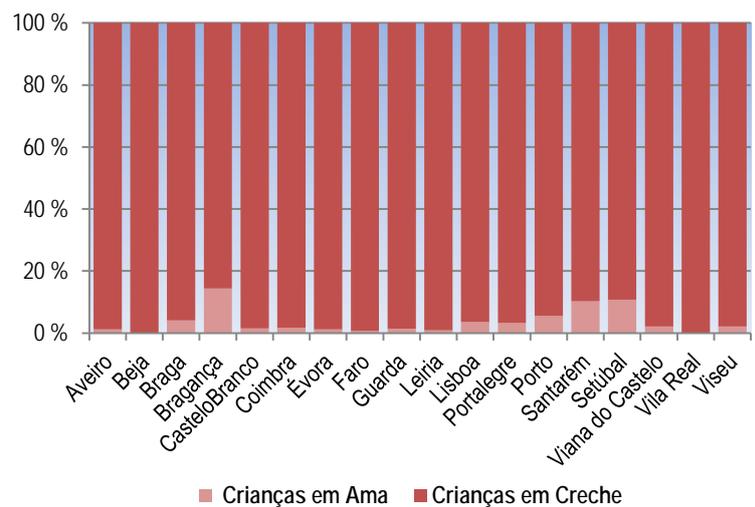
Em 2014, a média de crianças acolhidas por Ama fixou-se em 3,7 crianças, valor que está em linha com os anos anteriores e que se enquadra dentro dos parâmetros definidos na lei (permitido um máximo de quatro crianças/ama).

Evolução do número de amas e de crianças acolhidas, Continente 2000-2014



A distribuição espacial da resposta Ama tem-se diferenciado das restantes respostas, existindo oferta apenas em alguns distritos. Bragança (14,3 %), Setúbal (10,8 %) e Santarém (10,3 %) são os distritos com maior peso de crianças acolhidas em Ama.

Peso relativo das respostas sociais para a Primeira Infância (Creche e Ama) segundo o número de crianças acolhidas, por distrito 2014



Taxa de cobertura das respostas sociais

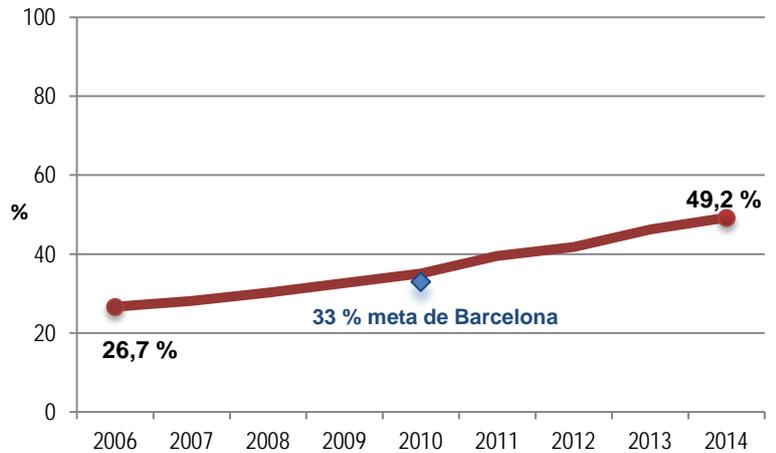
A cobertura de respostas de apoio à primeira infância (Creche e Ama) apresenta um crescimento muito positivo entre 2006-2014, registando um aumento de 85 %.

A taxa de cobertura média no Continente em 2014 fixou-se em 49,2 %, traduzindo um aumento de 6 pontos percentuais relativamente a 2013 e um aumento de cerca de 2000 novos lugares em Creche.

Os desenvolvimentos verificados no âmbito das respostas de apoio à 1ª infância têm conduzido a um crescimento contínuo da cobertura destas respostas, embora a diminuição da população residente até aos 3 anos de idade tenha igualmente um peso importante.

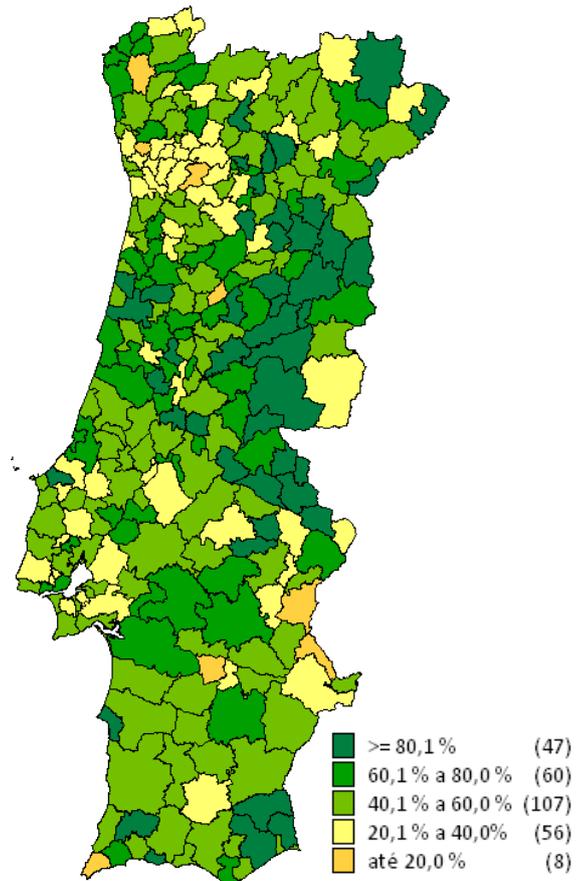
Do total de concelhos do território continental, 214 registaram em 2014 uma taxa de cobertura acima de 40 %.

Evolução da taxa de cobertura das respostas sociais Creche e Ama, Continente 2006-2014



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2014. GEP-MSESS, Carta Social.

Taxa de cobertura das respostas sociais Creche e Ama, por concelho 2014



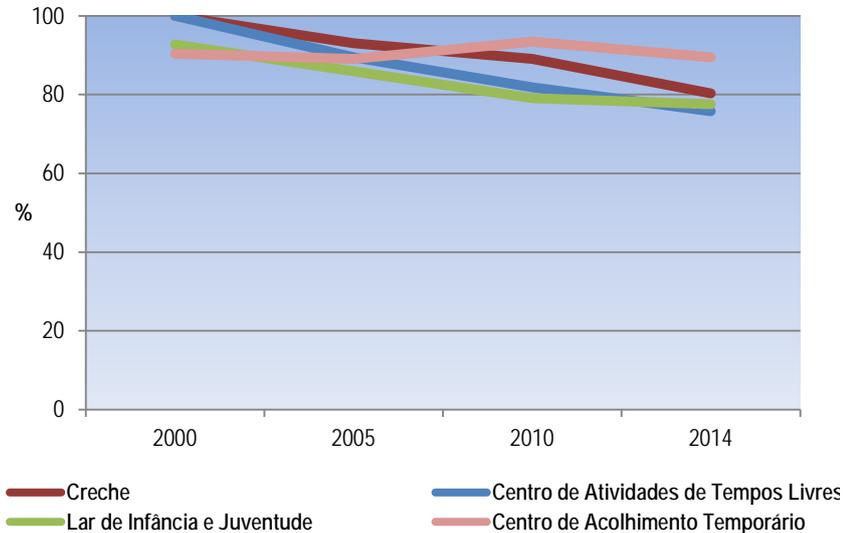
Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2014. GEP-MSESS, Carta Social.

Taxa de utilização das respostas sociais

A utilização das respostas sociais para Crianças e Jovens tem apresentado uma diminuição no período 2000-2014. À exceção do Centro de Acolhimento Temporário (89,4 %), todas as respostas registam uma taxa de utilização abaixo dos 80 %, inclusive a Creche (80,4 %).

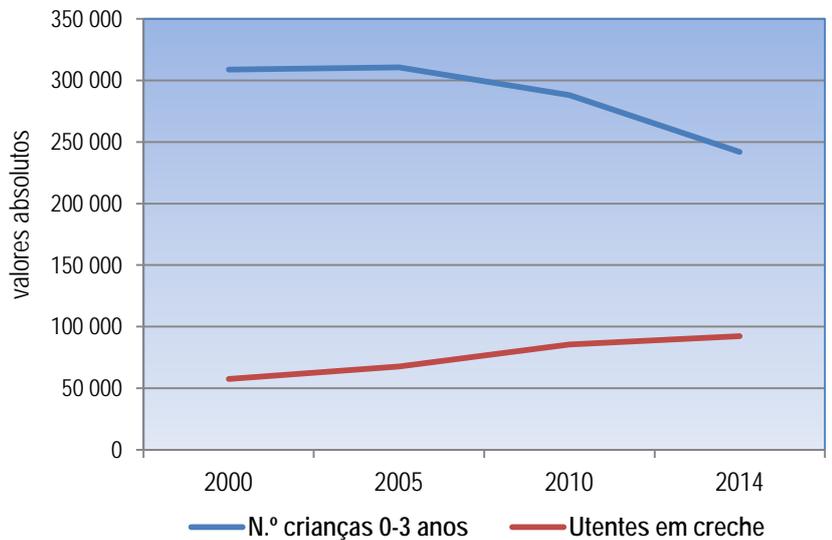
Embora se verifique um aumento do número de lugares, acompanhado pelo crescimento a um ritmo mais baixo do número de crianças que frequentam a resposta Creche, a redução do número de crianças residentes até aos 3 anos de idade, em consequência da quebra da natalidade dos últimos anos, poderá explicar o decréscimo da utilização desta resposta e eventualmente dificuldades financeiras sentidas pelas famílias.

Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Crianças e Jovens, Continente 2000-2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Evolução do n.º de crianças dos 0-3 anos e do n.º de utentes em Creche, Continente 2000-2014

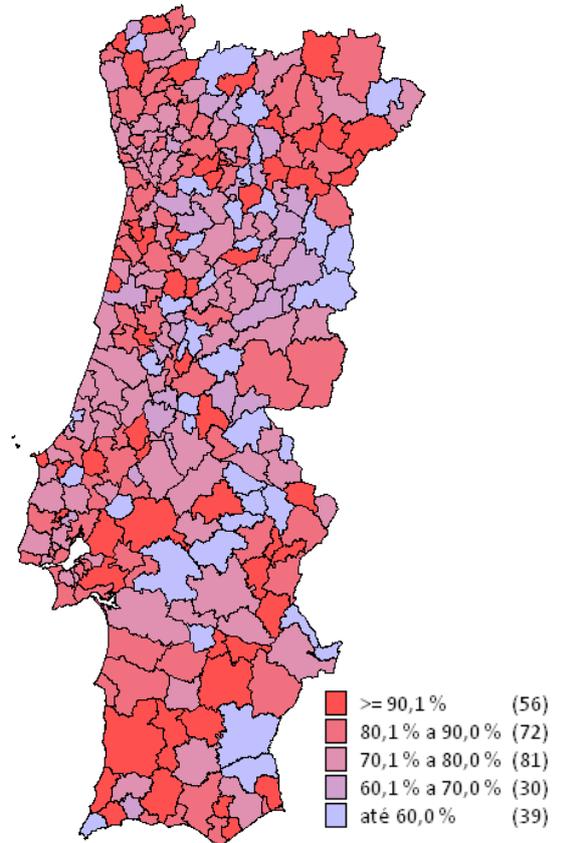


Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2014. GEP-MSESS, Carta Social.

A utilização das respostas Creche e Ama revela alguma assimetria ao longo do território continental, sendo notória a menor utilização nos concelhos do interior do país, territórios com menor percentagem de crianças.

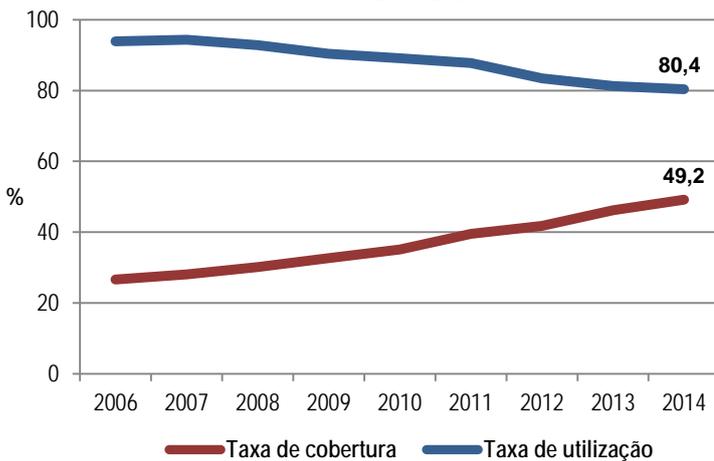
É de destacar que do total de concelhos do Continente, apenas 128 (46 %) regista uma taxa de utilização superior a 80 %.

Taxa de utilização das respostas sociais Creche e Ama, por concelho 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

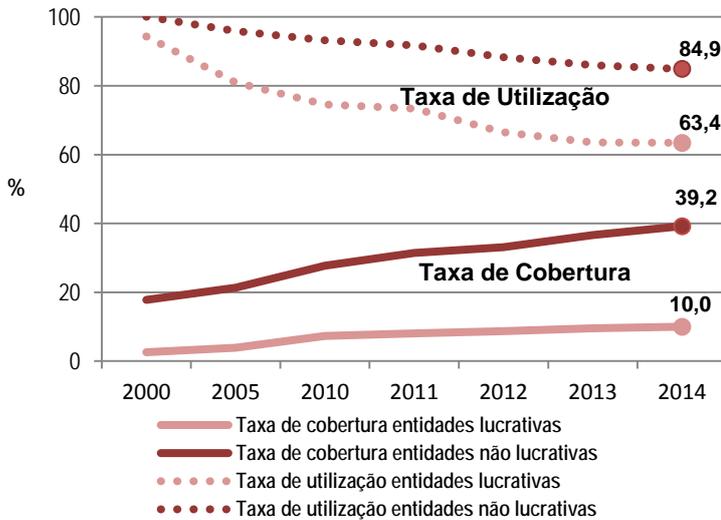
Evolução da taxa de cobertura e da taxa de utilização das respostas sociais Creche e Ama, Continente 2006-2014



Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2014. GEP-MSESS, Carta Social.

Se por um lado, a taxa de cobertura das respostas para a 1.ª infância tem revelado um desenvolvimento significativo nos últimos anos, a taxa de utilização, tal como foi referido atrás, tem apresentado uma quebra acentuada, pelos fatores também já mencionados.

Evolução da taxa de cobertura e da taxa de utilização das respostas sociais Creche e Ama, por natureza jurídica da entidade proprietária, Continente 2006-2014



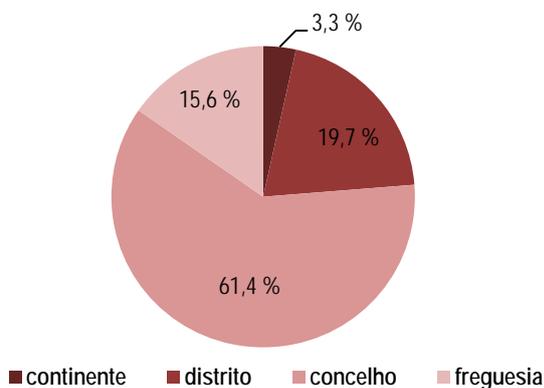
Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2014. GEP-MSESS, Carta Social.

Quanto à natureza jurídica da entidade proprietária, verifica-se que a taxa de utilização tem vindo a decrescer quer em respostas de equipamentos de entidades não lucrativas, quer em respostas de equipamentos de entidades lucrativas. Embora apresente uma diminuição, a utilização de creches de entidades não lucrativas regista uma taxa acima dos 80 % (84,9 %).

Em sentido contrário a cobertura destas respostas tem observado um crescimento significativo, sendo que as entidades não lucrativas registam níveis de oferta superiores às restantes, apresentado em 2014 uma taxa de cobertura de 39,2 %.

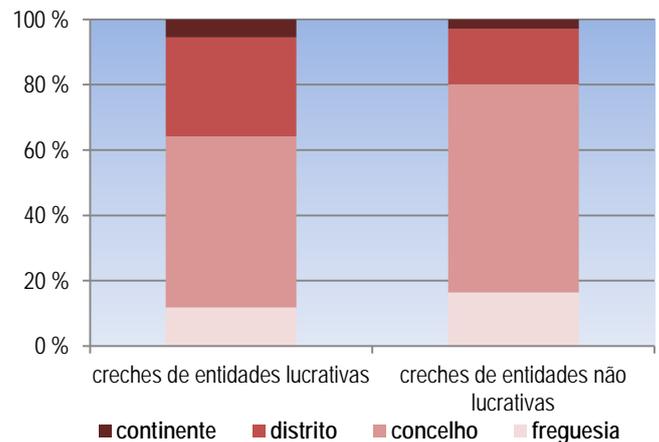
Funcionamento da resposta Creche

Distribuição percentual das Creches por âmbito geográfico de funcionamento, Continente 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição percentual das Creches por âmbito geográfico de funcionamento e natureza jurídica da entidade proprietária, Continente 2014

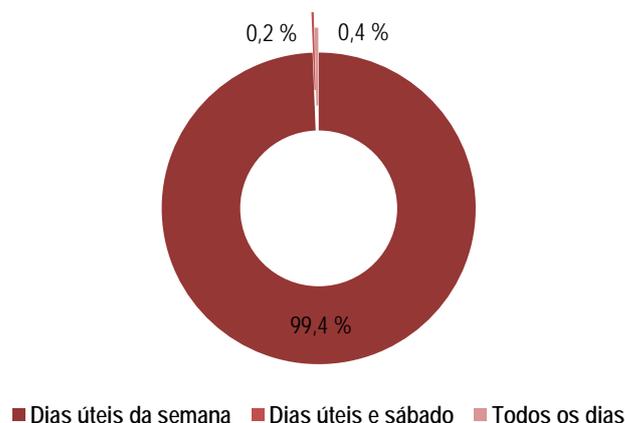


Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

No ano 2014, do total de creches em funcionamento, 61 % acolhia crianças do próprio concelho onde a Creche está instalada e 20 % do distrito onde se situa o equipamento. A frequência maioritária de crianças do próprio concelho onde está fixada a Creche prevalece tanto em equipamentos de entidade lucrativas como de entidades não lucrativas.

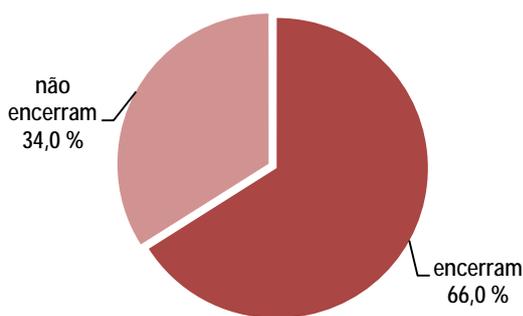
Os dias úteis da semana continuam a ser o período de funcionamento que a maioria das Creches (99 %) pratica. Ainda assim, uma pequena percentagem de equipamentos já funciona também ao sábado (0,2 %) e todos os dias (0,4 %).

Distribuição percentual das Creches, por período de funcionamento, Continente 2014



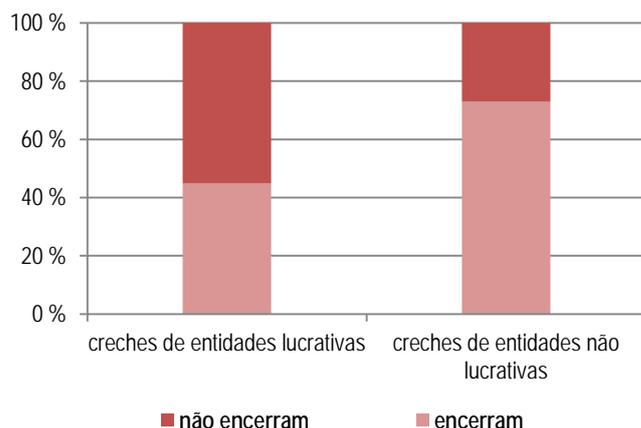
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição percentual das Creches com encerramento para férias, Continente 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição percentual das Creches com encerramento para férias, por natureza jurídica da entidade proprietária Continente 2014

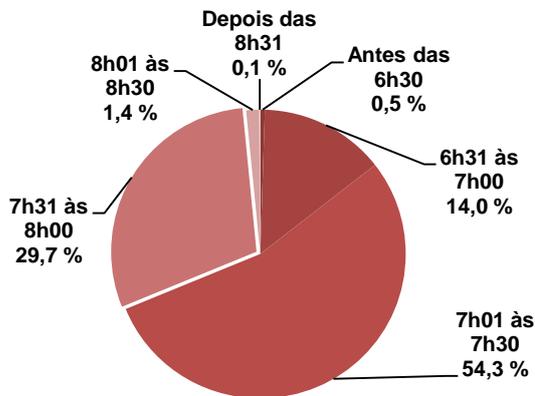


Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Do total de Creches em funcionamento, 66 % encerra para férias, principalmente durante o mês de Agosto (ou parte do mês). Porém, ao nível das creches de entidades lucrativas, 55% mantém-se abertas ao longo de todo o ano.

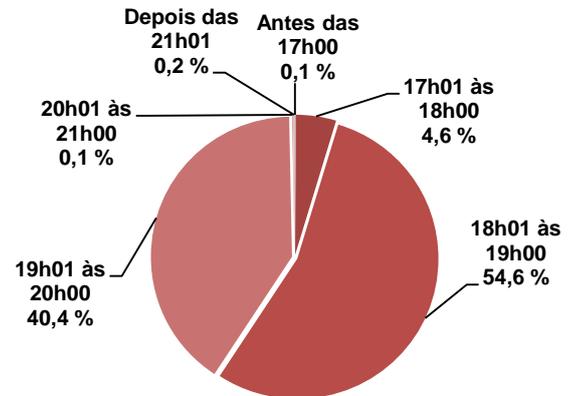
Em 2014, a abertura da maioria das creches (84 %) decorria entre as 7h01 e as 8h00, 54 % das quais até às 7h30. Relativamente ao encerramento, o período entre as 18h01 e as 19h00 era o mais utilizado (55 %), seguindo-se o período entre as 19h01 e as 20h00 (40 %). De referir que a abertura antes das 7h00 já se verifica em 15 % das creches, o que poderá permitir uma melhor gestão dos tempos de trabalho e das responsabilidades familiares.

Distribuição percentual das Creches por horário de abertura, Continente 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

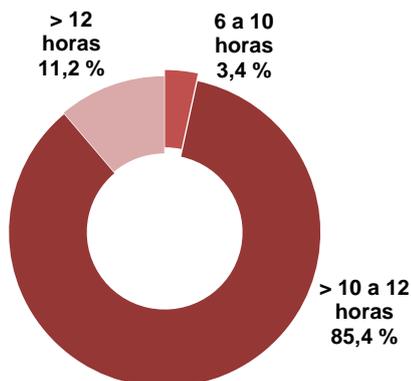
Distribuição percentual das Creches por horário de encerramento, Continente 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

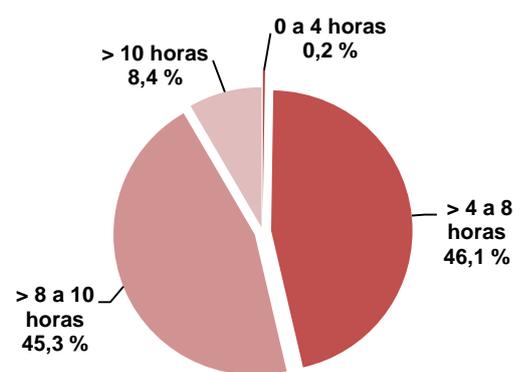
O número de creches em funcionamento até 12 horas diárias representava em 2014 85,4 % do universo, enquanto 11,2 % ultrapassavam as 12 horas. No que concerne ao tempo médio de permanência das crianças nesta resposta, em 46 % das creches este situa-se entre as 4 e as 8 horas e 45 % entre as 8 e as 10 horas.

Distribuição percentual das Creches por número de horas em funcionamento, Continente 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição percentual das Creches por tempo médio de permanência diária das crianças, Continente 2014

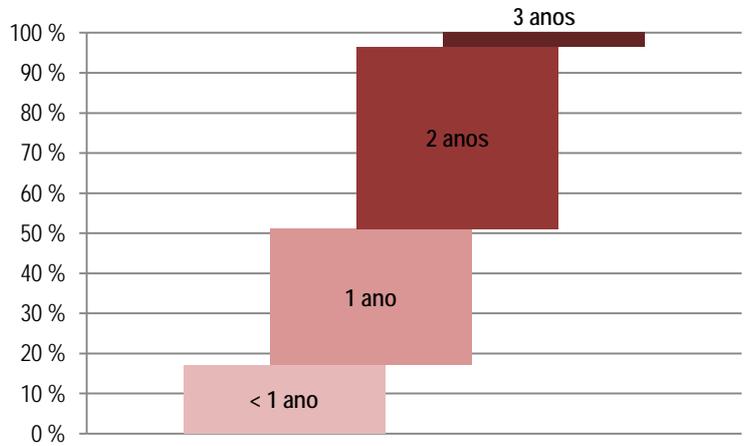


Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Caraterização dos Utentes em Creche

Em 2014, 51 % das crianças que frequentavam a resposta Creche tinham idade igual ou inferior a 1 ano de idade, das quais 17 % tinham menos de um ano de idade. As crianças com 2 anos de idade representavam cerca de 45 % do total de crianças.

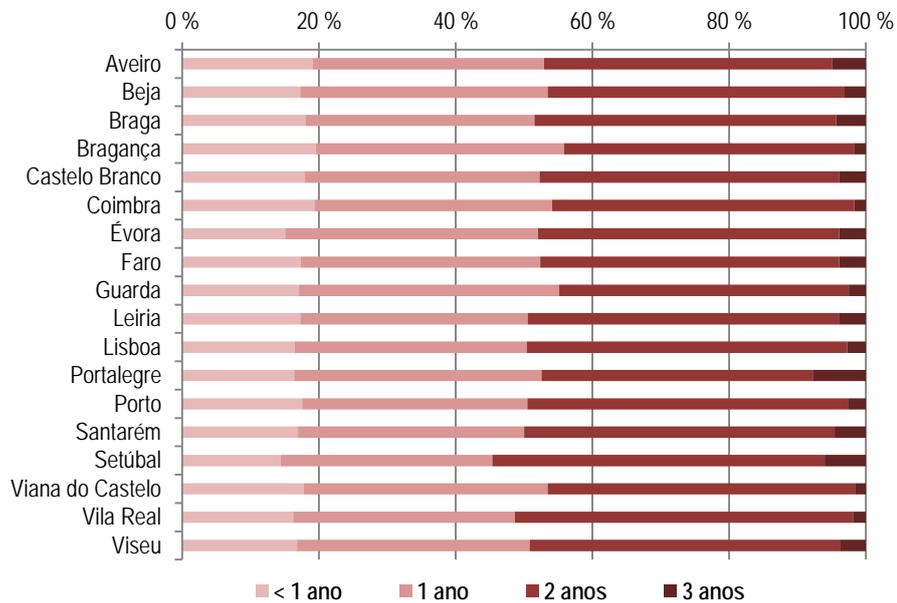
Distribuição percentual dos utentes em Creche por escalão etário, Continente 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

A nível distrital não se verificam grandes variações na distribuição das crianças em Creche por idade, observando-se apenas em alguns distritos uma percentagem superior de crianças com mais idade (2 e 3 anos).

Distribuição percentual dos utentes em Creche por escalão etário e distrito 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

3.2 - Crianças, Jovens e Adultos com deficiência

Respostas sociais e capacidades

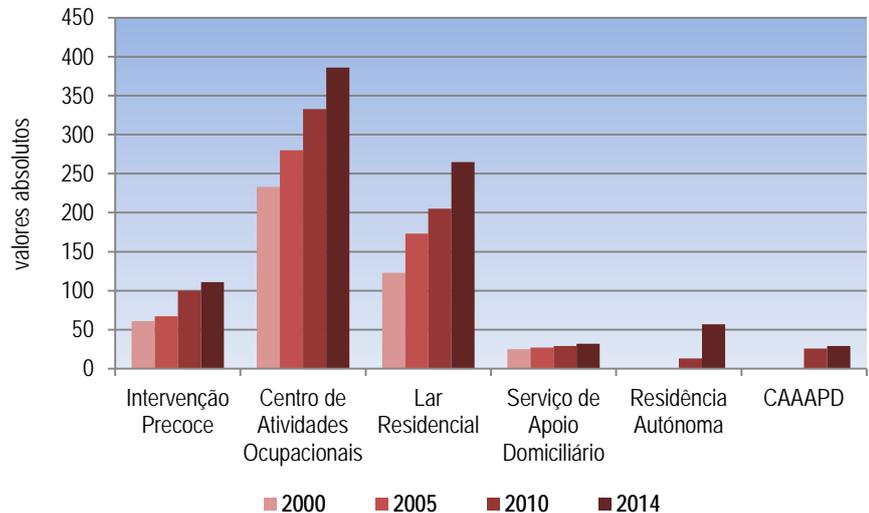
As respostas sociais destinadas ao apoio às Crianças, Jovens e Adultos com deficiência têm apresentado ao longo do período de análise um desenvolvimento muito positivo (68 %), traduzindo-se em cerca de 350 novas respostas desde 2000.

O Centro de Atividades Ocupacionais (CAO) e o Lar Residencial consistem nas respostas que apresentam o maior nível de crescimento (66 % e 115 % respetivamente) entre 2000 e 2014 e com maior representatividade.

No que diz respeito ao número de lugares (capacidade), verifica-se, igualmente, um incremento significativo (104 %), refletindo-se num aumento superior a 19 000 novos lugares entre 2000 e 2014.

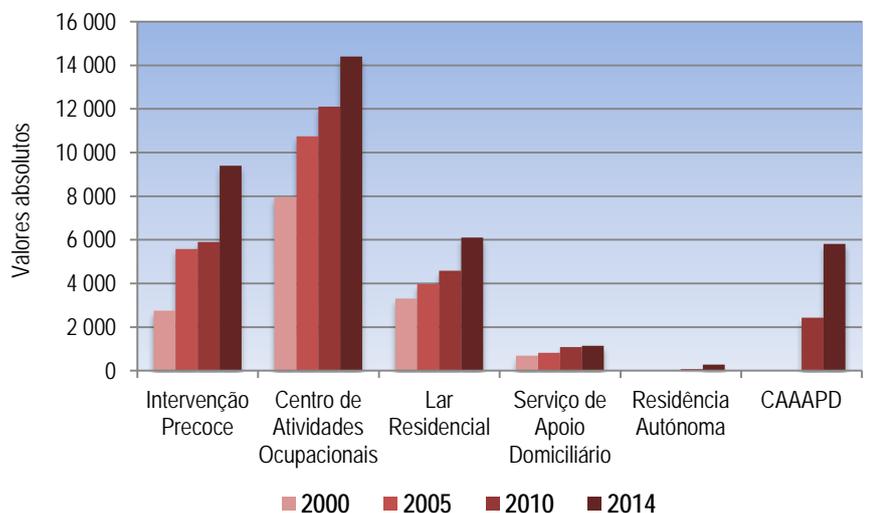
A Intervenção Precoce, o Lar Residencial, o CAO e o Centro de Atendimento, Acompanhamento e Animação para Pessoas com Deficiência (CAAAPD) são as respostas com aumento mais significativo. É de destacar o crescimento expressivo do CAAAPD, resposta relativamente nova que visa o apoio e orientação de pessoas com deficiência através da promoção do desenvolvimento de competências, bem como de atividades de animação sociocultural.

Evolução das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência, Continente 2000-2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Evolução da capacidade das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência, Continente 2000-2014



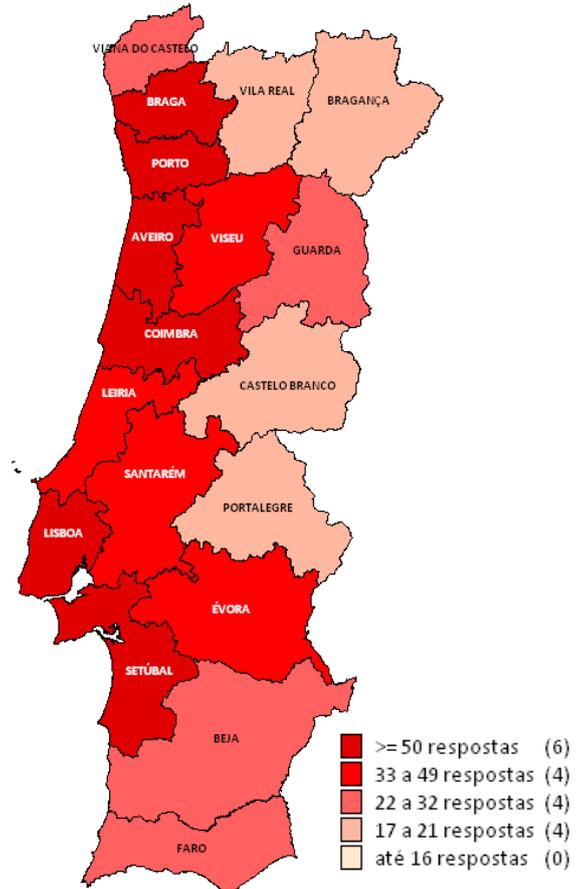
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição espacial das respostas sociais por distrito

A distribuição espacial no território continental de respostas sociais para Crianças, Jovens e Adultos com deficiência revela algumas disparidades. Apesar disso, todos os distritos do Continente registam respostas para esta população-alvo.

Os distritos de Braga, Porto, Aveiro, Coimbra, Lisboa e Setúbal concentram 60 % das respostas para este grupo, sendo que os distritos do interior do país apresentam o menor peso de respostas.

Distribuição espacial das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência, por distrito 2014



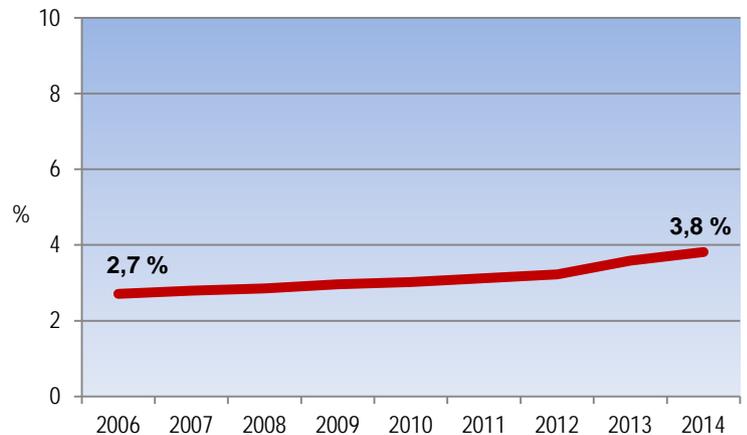
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Taxa de cobertura das respostas sociais

Ao longo do período de análise (2006-2014) a cobertura de respostas dirigidas a pessoas com deficiência revela um incremento significativo (40 %), resultando num aumento superior a 6100 novos lugares desde 2006.

Por consequência, em 2014, a taxa de cobertura média no Continente das principais respostas para esta popula-

Evolução da Taxa de cobertura das respostas Lar Residencial, Centro de Atividades Ocupacionais e Serviço de Apoio Domiciliário para pessoas com deficiência, Continente 2006-2014¹



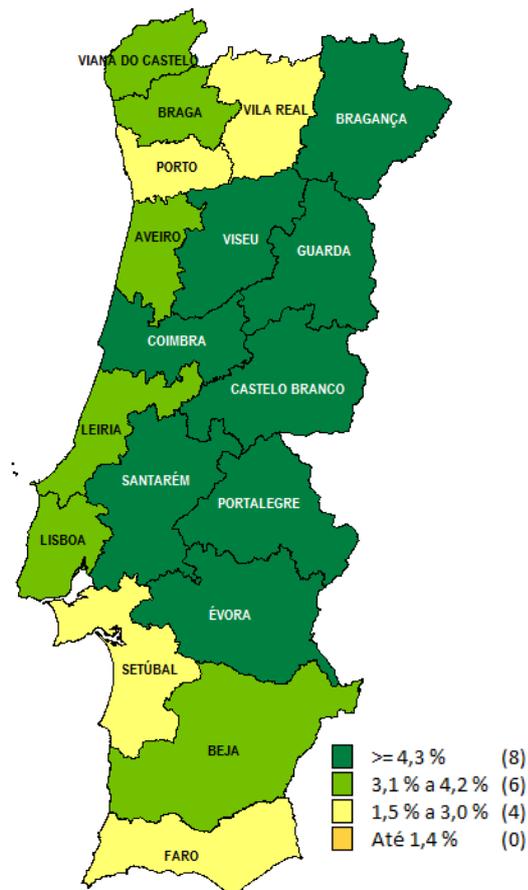
Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2014. GEP-MSESS, Carta Social. ¹Série revista.

ção-alvo (Lar Residencial, CAO e SAD para pessoas com deficiência) fixou-se em 3,8 %, correspondendo a um aumento de cerca de 1200 lugares por referência a 2013.

A nível distrital, verifica-se que os distritos do interior norte e centro apresentam uma melhor cobertura de respostas para pessoas com deficiência. Do total de distritos do território continental, 10 registam uma taxa de cobertura acima da média.

Porto, Vila Real, Faro e Setúbal constituem os distritos com um nível de cobertura mais baixo neste âmbito, refletindo uma taxa que não vai além dos 3 %.

Taxa de cobertura das respostas sociais Lar Residencial, Centro de Atividades Ocupacionais e Serviço de Apoio Domiciliário para pessoas com deficiência, por distrito 2014



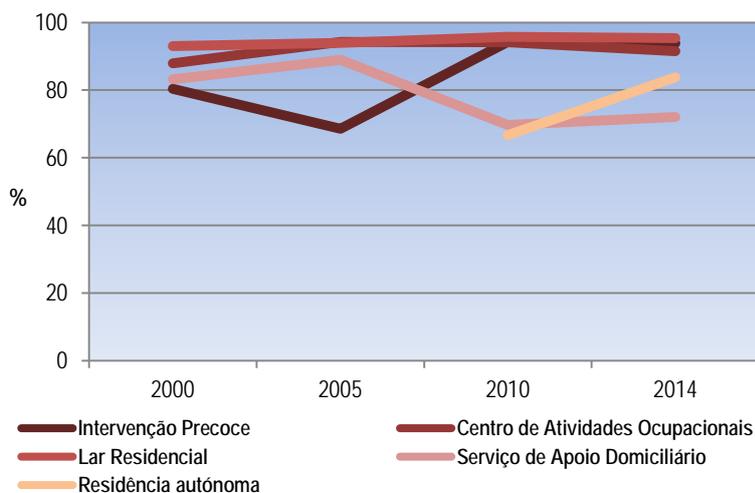
Fonte: INE, Estimativas da População Residente para 2014. GEP-MSESS, Carta Social.

Taxa de utilização das respostas sociais

Relativamente à utilização das respostas para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência regista-se uma taxa de utilização média em 2014 de 92 %, o que revela a elevada procura que estas respostas têm.

Em 2014, o Lar Residencial (95 %), a Intervenção Precoce (94 %) e o CAO (92 %) são as valências com taxas de utilização mais elevadas. A Residência Autónoma tem visto aumentar o número de utentes significativamente, sendo que em 2014 a taxa de utilização fixou-se em 84 %, contra 67 % em 2010.

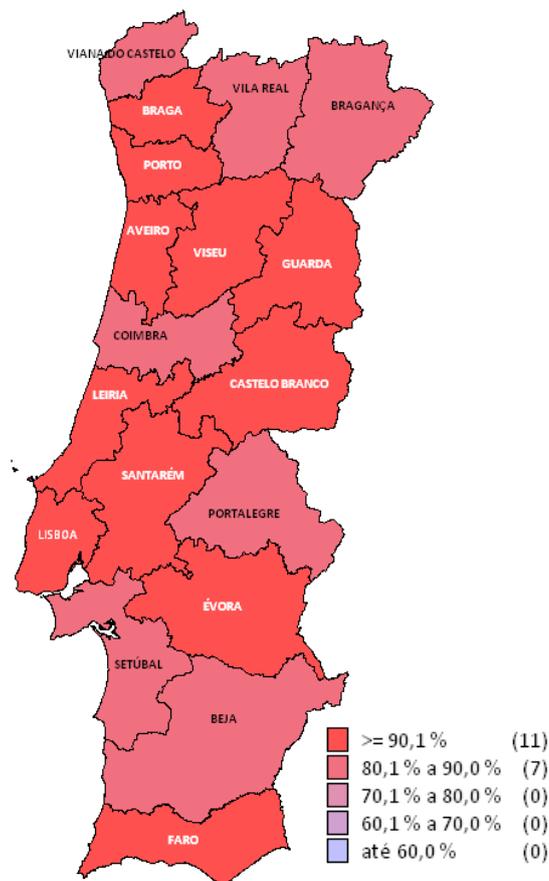
Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência, Continente 2000-2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Ao nível distrital, ainda que apresente algumas diferenças, a taxa de utilização das principais respostas para as Crianças, Jovens e Adultos com deficiência regista uma utilização acima dos 80 % em todos os distritos do Continente, sendo que em 11 distritos os valores são superiores a 90 %.

Taxa de utilização das respostas sociais Lar Residencial, Centro de Atividades Ocupacionais e Serviço de Apoio Domiciliário para pessoas com deficiência, por distrito 2014



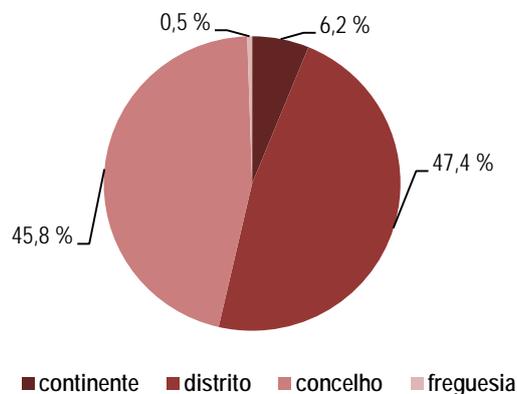
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Funcionamento da resposta Centro de Atividades Ocupacionais

Do universo de respostas CAO em funcionamento no território continental em 2014, 46 % acolhia utentes do concelho onde está implantado o equipamento e 47 % do respetivo distrito.

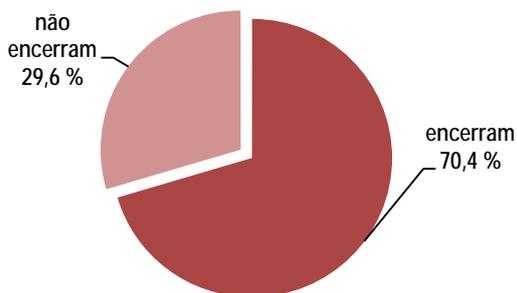
No que diz respeito ao período de funcionamento a quase totalidade (98 %) dos CAO encerrava ao fim de semana, e cerca de 70 % encerra para férias.

Distribuição percentual da resposta CAO por âmbito geográfico de funcionamento, Continente 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição percentual dos CAO com encerramento para férias, Continente 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

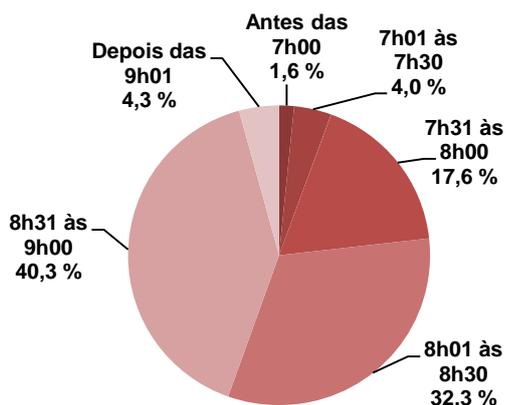
Distribuição percentual da resposta CAO por período de funcionamento, Continente 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

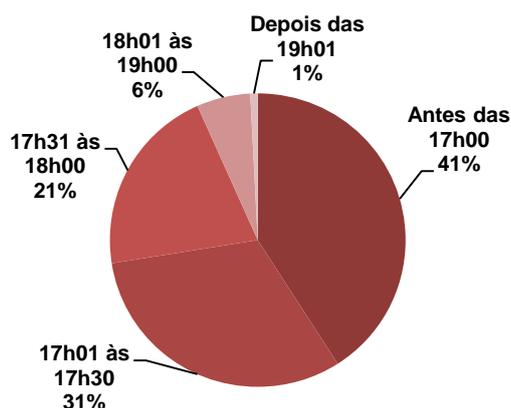
Nos CAO, o período entre as 8h01 e as 9h00 da manhã é o horário de abertura mais praticado (73 %), abrindo apenas 23 % antes das 8h00 da manhã. Em relação ao encerramento, 93 % fecha entre as 17h00 e as 18h00, dos quais 73 % só funciona até às 17h30, o que poderá criar algumas dificuldades ao nível da conciliação trabalho-família no caso dos utentes que vivem com familiares. É de referir, contudo, a existência de situações de utentes que frequentam esta resposta durante o dia e pernoitam em Lares Residenciais, em regra, da mesma instituição.

Distribuição percentual dos CAO por horário de abertura, Continente 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição percentual dos CAO por horário de encerramento, Continente 2014

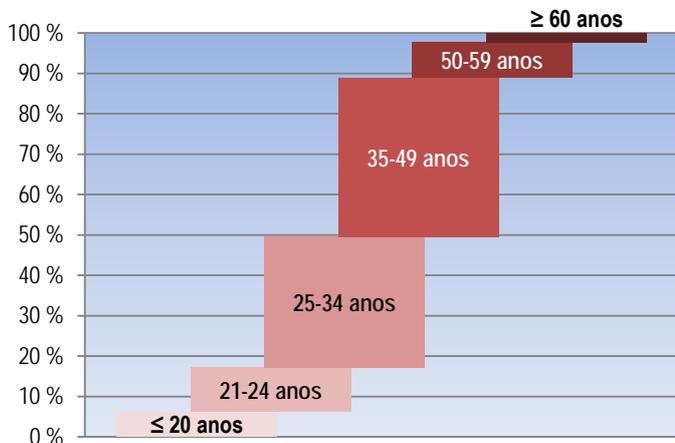


Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Caraterização dos utentes das respostas para pessoas com deficiência

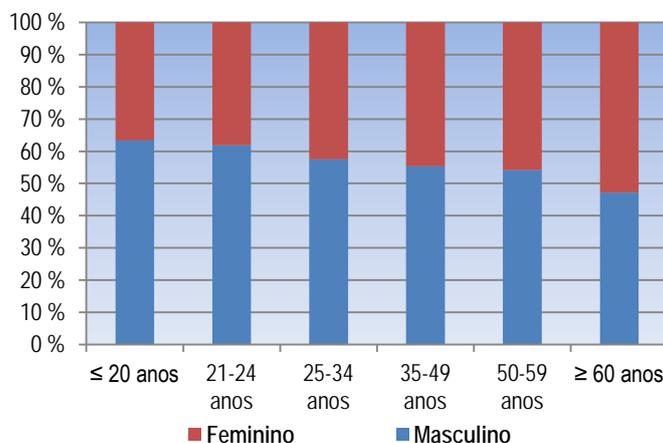
Utentes por escalão etário e género

Distribuição percentual dos utentes em CAO, por escalão etário, Continente 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

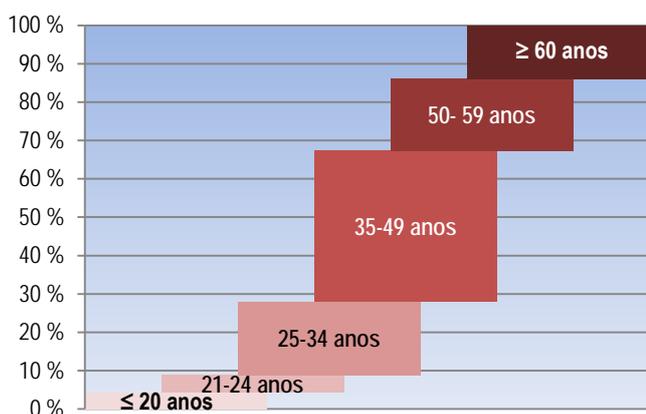
Distribuição percentual dos utentes em CAO, por escalão etário e género, Continente 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

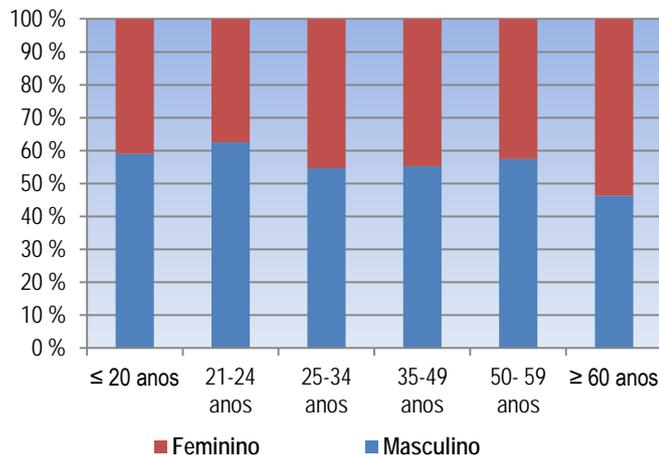
A distribuição etária dos utentes em CAO coloca em evidência o peso significativo que os utentes em idade adulta têm na frequência desta resposta, designadamente entre os 25-49 anos (72 %). Para além disso, verifica-se também que 50 % dos utentes têm menos de 35 anos e 17% até 24 anos. No que diz respeito ao género, é de salientar um maior peso de utentes do género masculino, mais notório sobretudo nos escalões mais jovens.

Distribuição percentual dos utentes em Lar Residencial, por escalão etário, Continente 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição percentual dos utentes em Lar Residencial, por escalão etário e género, Continente 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

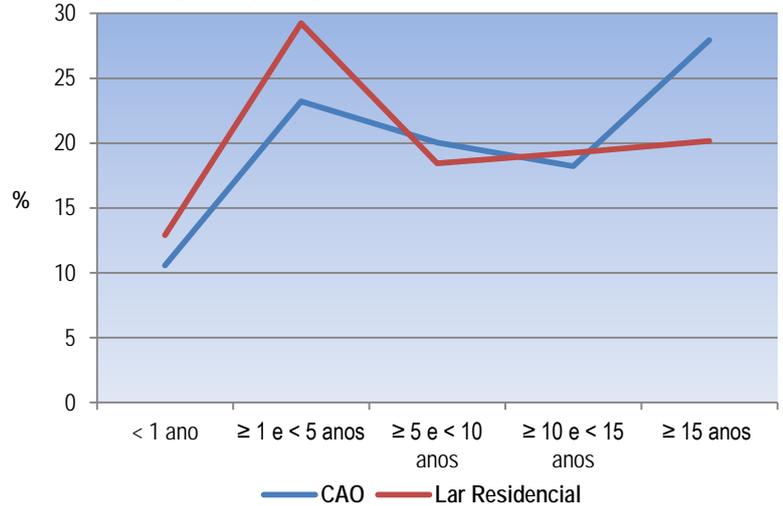
Relativamente à resposta Lar Residencial, o peso dos utentes com mais de 35 anos (72 %) sobrepõe-se no universo de utentes que frequentam esta resposta, traduzindo-se numa população mais envelhecida, por comparação à resposta CAO. Quanto aos utentes por géne-

ro, a percentagem de homens e mulheres denota algum equilíbrio na generalidade dos escalões etários, verificando-se uma ligeira maioria de homens (55 %).

O tempo de permanência dos utentes nas respostas CAO e Lar Residencial revela algumas diferenças. Enquanto no Lar Residencial, o escalão ≥ 1 ano e < 5 anos é o que apresenta o maior peso de utentes (29 %), no CAO o peso dos utentes com permanência na resposta ≥ 15 anos (28 %) é a que regista maior representatividade entre os escalões observados.

Utentes por tempo de permanência e género

Distribuição percentual dos utentes em CAO e Lar Residencial, por tempo de permanência, Continente 2014

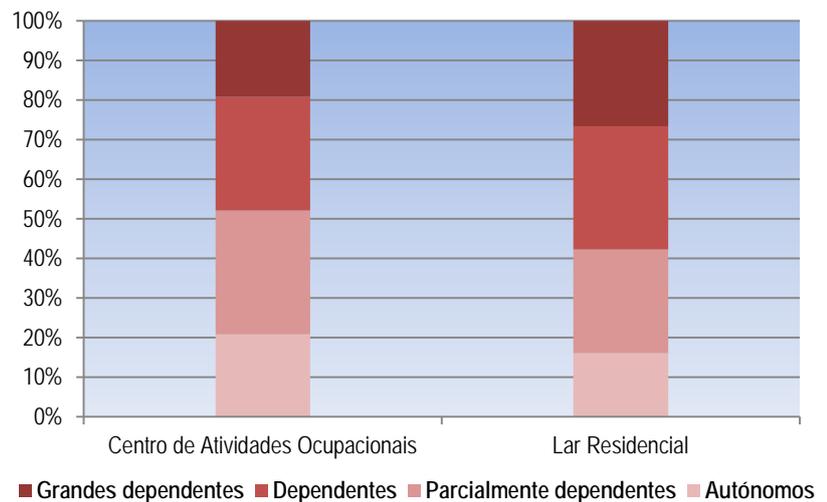


Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

A situação de dependência caracteriza uma percentagem muito significativa dos utentes que frequentam as respostas dirigidas às pessoas com deficiência. Cerca de 84 % dos utentes de Lar Residencial encontra-se nesta situação, valor que no caso do CAO se fixa em 79 %.

Utentes por grau de dependência

Distribuição percentual dos utentes em CAO e Lar Residencial por grau de dependência, Continente 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

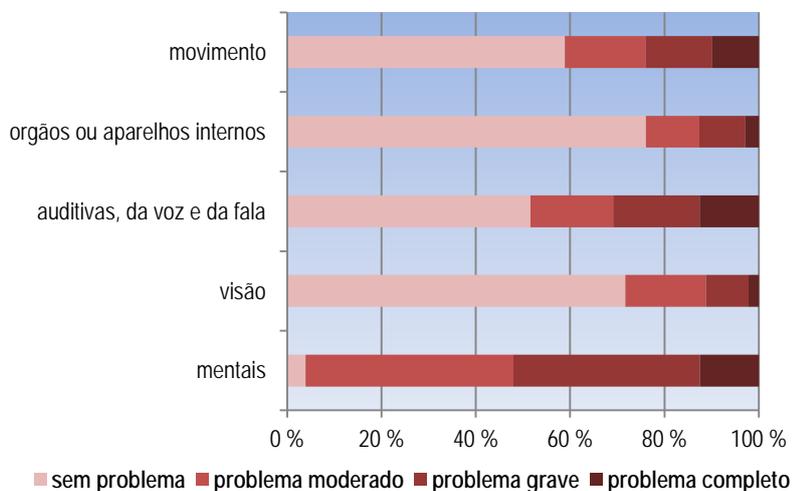
A esmagadora maioria dos utentes que frequentam a resposta CAO apresenta problemas nas funções mentais, as quais se associam, por vezes, a problemas nas funções auditivas, da voz e da fala, e até mesmo do movimento, designadamente em situações de paralisia cerebral, trissomias e perturbações do desenvolvimento, entre outras.

Os problemas nas funções mentais constituem, igualmente, o tipo de dificuldade com maior representação no universo dos utentes da resposta Lar Residencial, o que espelha, em boa medida, as características da população-alvo que procura esta resposta.

Em 2014, do universo de utentes que frequentavam a resposta CAO, 27 % participou em atividades/projetos de inclusão na sociedade. Do conjunto de utentes envolvidos em atividades, 91 % integrou ações com pessoas sem deficiência. Enquanto o número de utentes envolvidos em ações de formação, estágios profissionais e projetos de emprego protegido tem, ainda, segundo as entidades, uma representação reduzida.

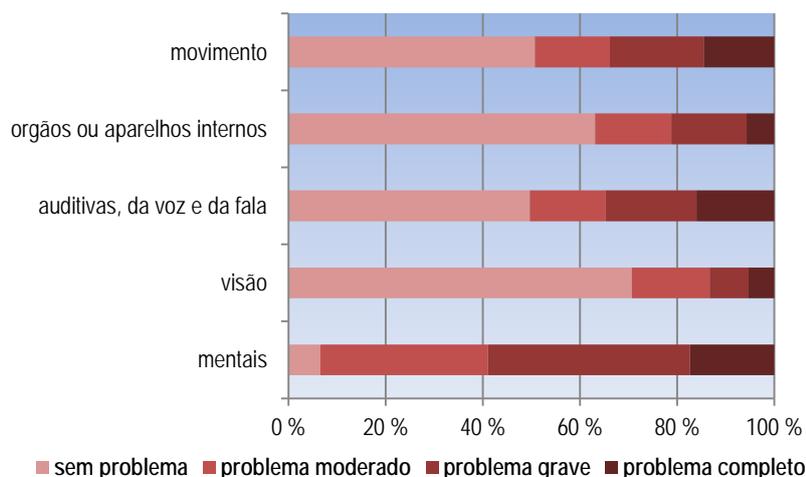
Utentes por problemas nas Funções do Corpo

Distribuição percentual dos utentes em CAO, por existência de problemas nas funções do corpo, Continente 2014



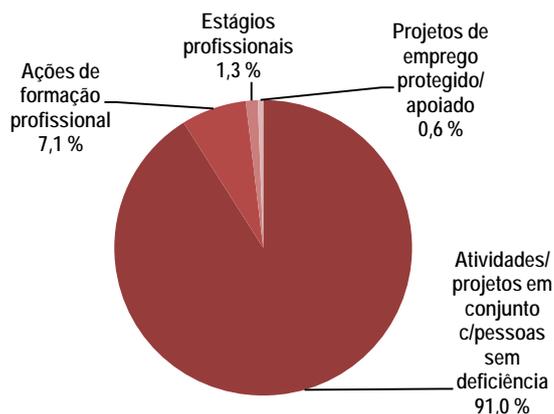
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição percentual dos utentes em Lar Residencial, por existência de problemas nas funções do corpo, Continente 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição percentual dos utentes em CAO com participação em atividades/projetos de inclusão na sociedade, Continente 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

3.3 - Pessoas Idosas³

Respostas sociais e capacidades

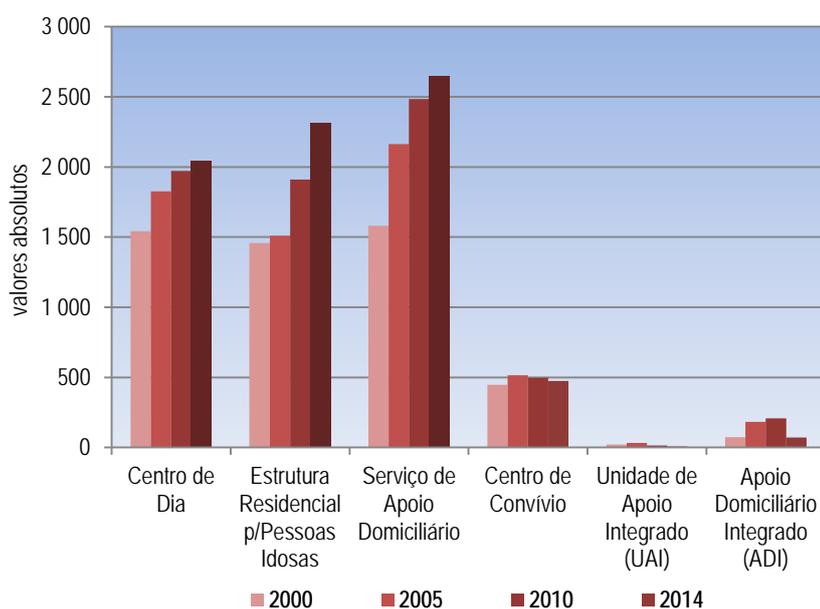
As respostas sociais dirigidas às pessoas idosas revelam um crescimento significativo (49 %) no período 2000-2014, resultando num aumento de 2500 respostas, aproximadamente.

O Centro de Dia (33 %), a ERPI⁴ (59 %), mas sobretudo o SAD (68 %) constituem as respostas com maior incremento no âmbito deste grupo-alvo.

O número de lugares nas respostas para as Pessoas Idosas evidencia também, um desenvolvimento notório desde 2000, que se concretizou na implementação de mais de 102 000 novos lugares.

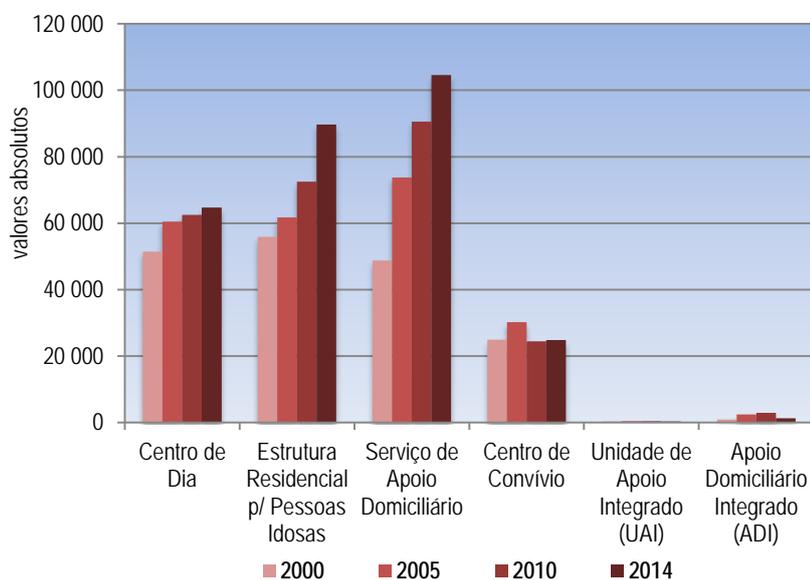
De referir que, em virtude do desenvolvimento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), as respostas UAI e ADI têm sido reconvertidas em novas unidades, razão pela qual se vem observando uma extinção das mesmas.

Evolução das respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente 2000-2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Evolução da capacidade das respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente 2000-2014



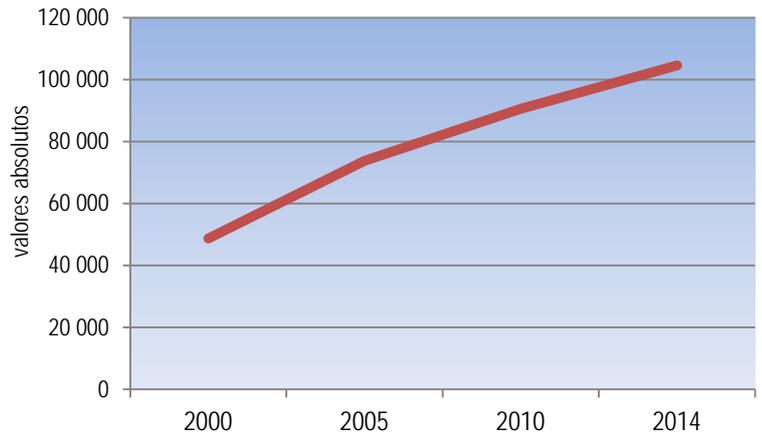
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

³ A análise do grupo-alvo Pessoas Idosas integra as respostas para Pessoas em Situação de Dependência.

⁴ Nova denominação das respostas residenciais para pessoas idosas, substituindo as designações lar de idosos e residência para idosos, nos termos da Portaria n.º 67/2012, de 21 de março.

O SAD constitui a resposta, neste grupo-alvo, com o crescimento mais acentuado. É de salientar que os cerca de 48 700 lugares disponíveis em SAD em 2000, ascenderam a 104 500 lugares, aproximadamente, em 2014.

Evolução da capacidade da resposta social SAD, Continente 2000-2014



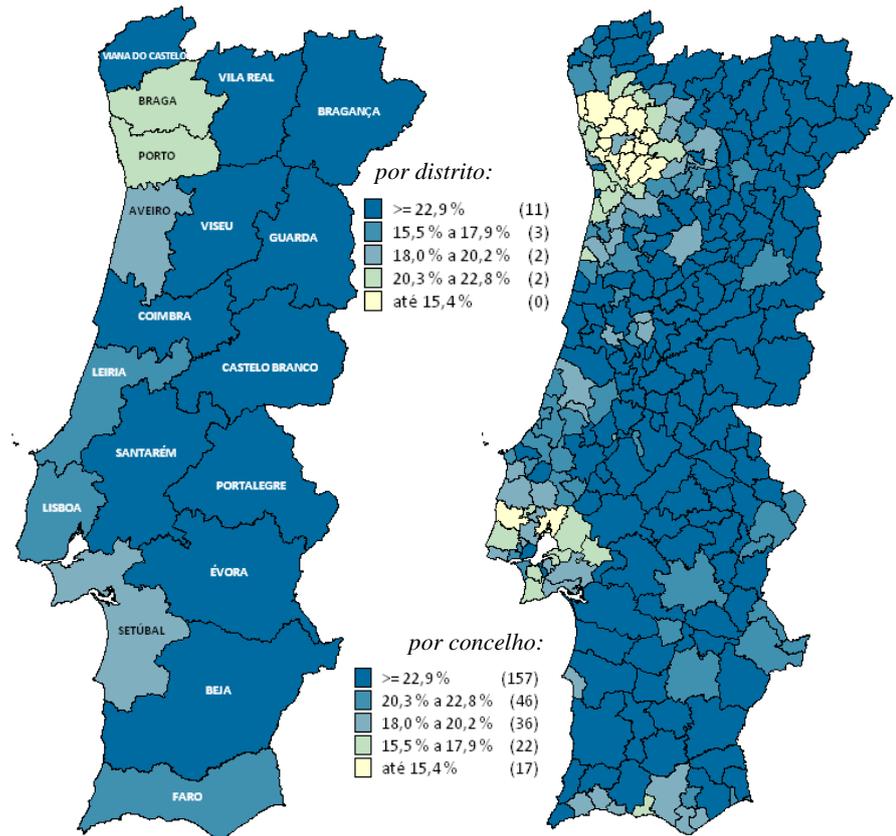
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

População residente com 65 ou mais anos de idade

Nos últimos anos, o peso da população com 65 ou mais anos tem-se intensificado por todo o território continental.

Em 2014, à exceção das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, constata-se que 78 % dos distritos do Continente e 71 % dos concelhos registam um peso de população com 65 ou mais anos superior à média do Continente (20,6 %).

Relação entre a População Idosa (≥ 65 anos) e a População Total, por distrito e por concelho 2014



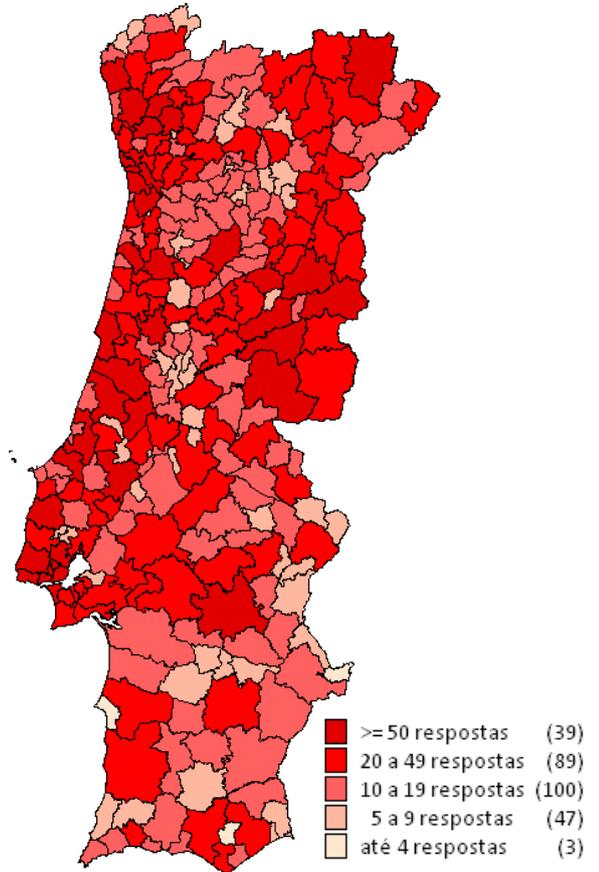
Fonte: INE, Estimativas da População Residente 2014.

Distribuição espacial das respostas sociais por concelho

A distribuição espacial das respostas sociais dirigidas à população idosa evidencia uma elevada disseminação pelo território continental. Em 2014, do total de concelhos do Continente, 228 oferecia 10 ou mais respostas para este grupo.

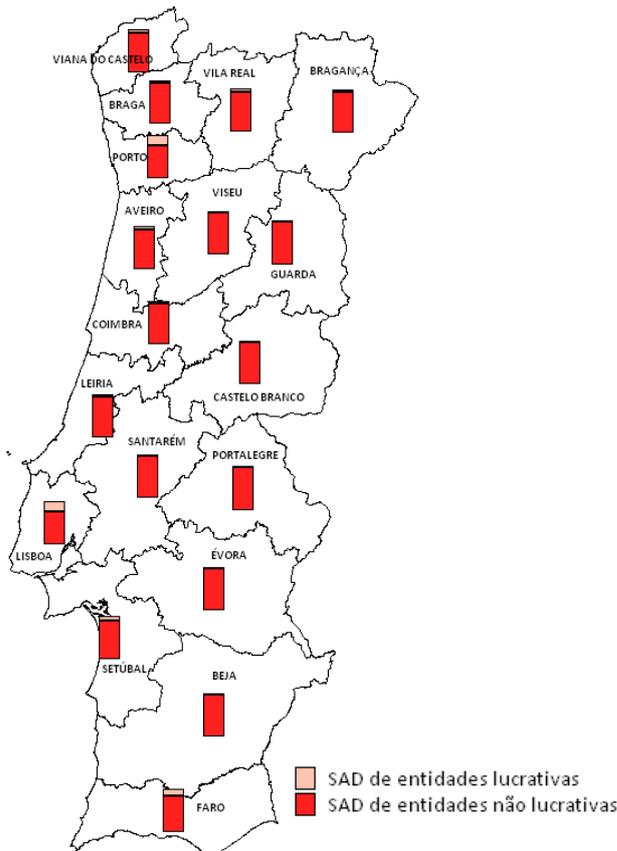
A oferta de SAD é maioritariamente feita por entidades da rede solidária, apesar dos distritos de Lisboa e Porto apresentarem já uma oferta significativa de respostas propriedade da rede lucrativa. Quanto à resposta ERPI a situação é idêntica, todavia em 8 distritos do Continente (Setúbal, Lisboa, Leiria, Porto, Santarém, Faro, Évora e Coimbra), as entidades lucrativas representam já mais de 20 % da oferta.

Distribuição espacial das respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho 2014



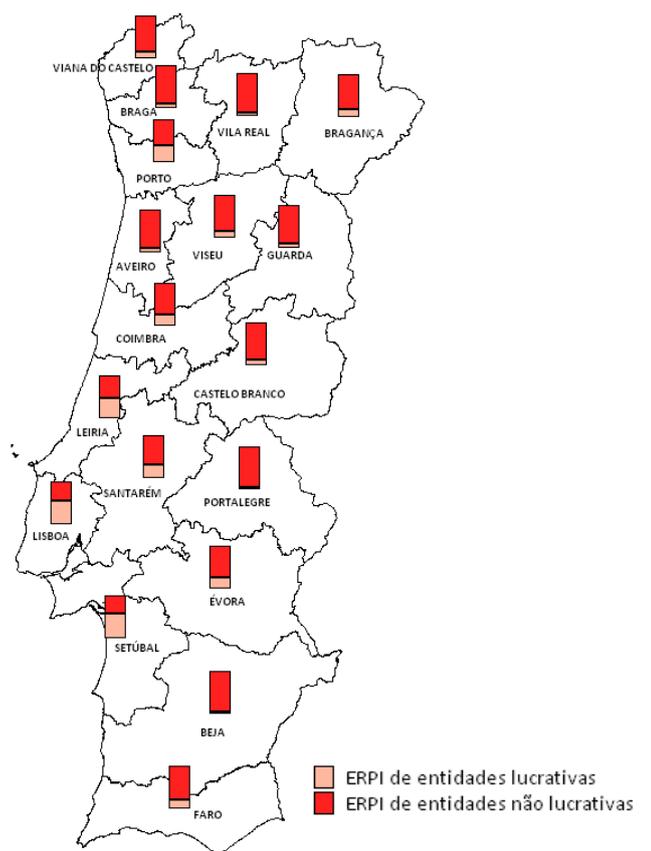
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição percentual da resposta social SAD, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição percentual da resposta social ERPI, por natureza jurídica da entidade proprietária e distrito 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Taxa de cobertura das respostas sociais

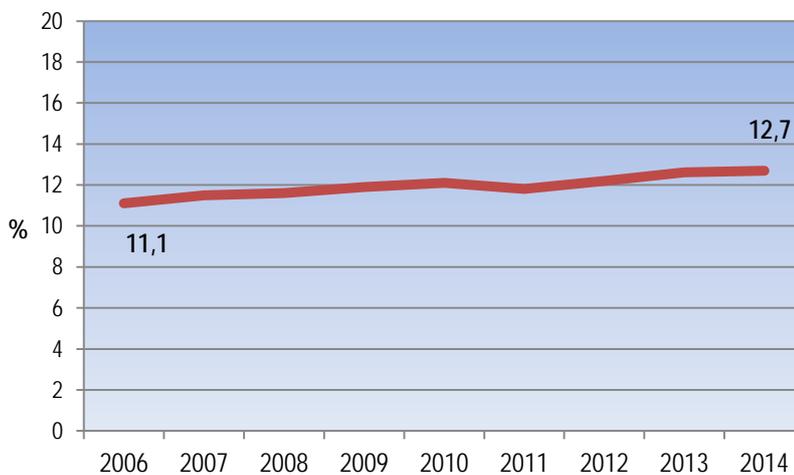
O alargamento do número de lugares nas respostas dirigidas às Pessoas Idosas tem-se refletido no crescimento da taxa de cobertura das respostas para esta população, todavia o aumento crescente da população ≥ 65 anos tem condicionado o nível de cobertura oferecido.

Em 2014, a taxa de cobertura média das principais respostas para este grupo fixou-se em 12,7 %, o que demonstra um incremento de 1,6 pontos percentuais em relação a 2006.

A distribuição espacial das respostas para as pessoas idosas é marcada por alguma assimetria no Continente, designadamente entre o interior e o litoral do país. Os concelhos do interior do país apresentam maior cobertura que os concelhos do litoral.

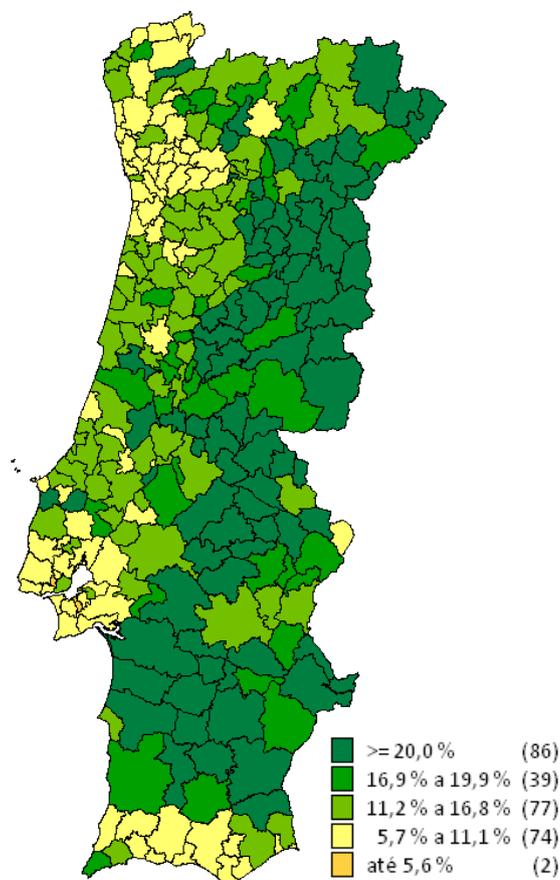
Em 2014, à semelhança do ano anterior, do total de concelhos do Continente, 179 registaram uma taxa de cobertura igual ou superior à média.

Evolução da taxa de cobertura das respostas sociais Centro Dia, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Serviço de Apoio Domiciliário, Continente 2006-2014



Fonte: INE, Estimativas da População Residente 2014.
GEP-MSESS, Carta Social.

Taxa de cobertura das respostas sociais Centro Dia, Estrutura Residencial para Pessoas Idosas e Serviço de Apoio Domiciliário, por concelho 2014



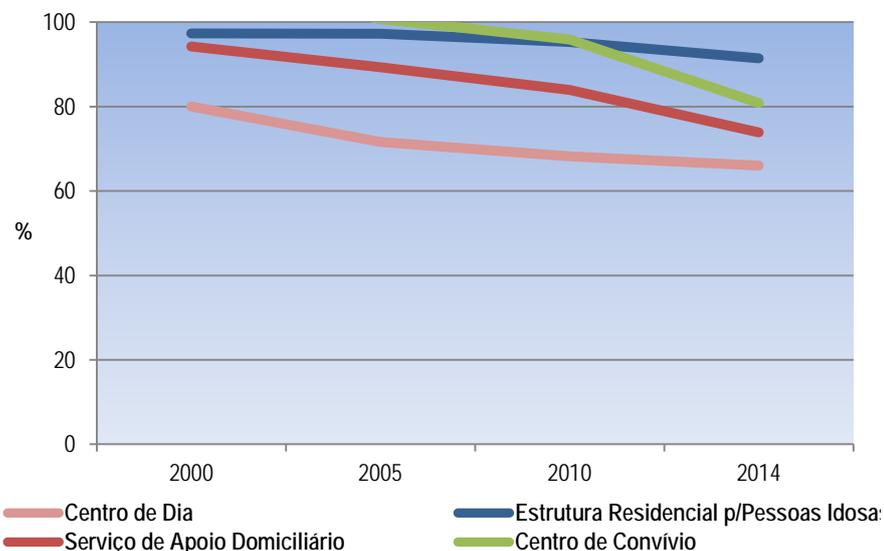
Fonte: INE, Estimativas da População Residente 2014.
GEP-MSESS, Carta Social.

Taxa de utilização das respostas sociais

Nos últimos anos tem sido visível uma quebra na utilização das diferentes respostas para a população idosa, de tal forma que as taxas de utilização têm-se situado abaixo dos 80 %. Contudo este abaixamento tem sido menos evidente na ERPI, mantendo em 2014 uma taxa de utilização acima dos 90 %. As dificuldades financeiras de algumas famílias poderão constituir uma das razões que explicam as tendências recentes observadas.

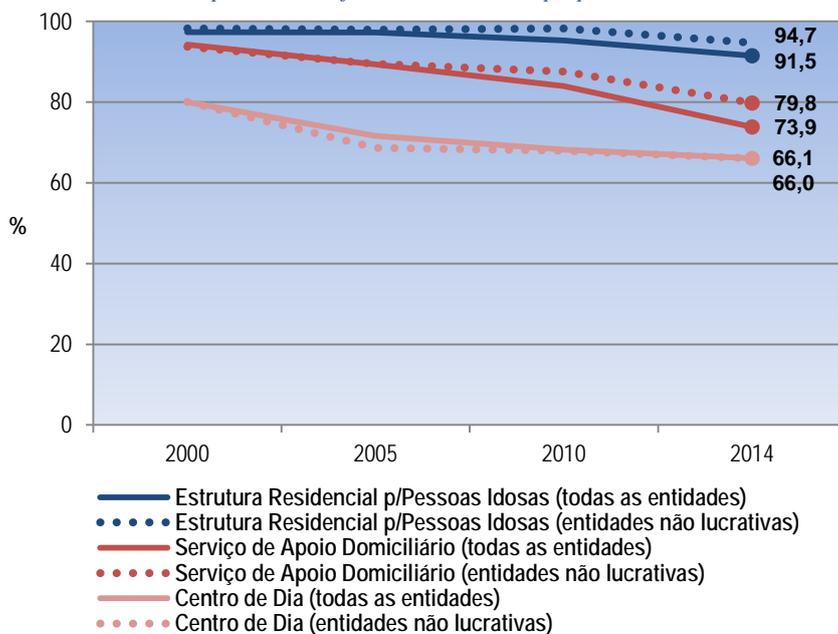
No ano de 2014, a ERPI apresentava uma taxa de utilização de 91,5 %, constituindo a resposta de maior procura no conjunto das respostas para idosos, seguindo-se o Centro de Convívio (80,9 %), o SAD (73,9 %) e o Centro de Dia (66,0 %). É de salientar, relativamente ao SAD, que o aumento do ritmo da oferta não acompanhado pela procura poderá explicar a diminuição na utilização desta resposta.

Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Pessoas Idosas, Continente 2000-2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para as Pessoas Idosas, por natureza jurídica da entidade proprietária

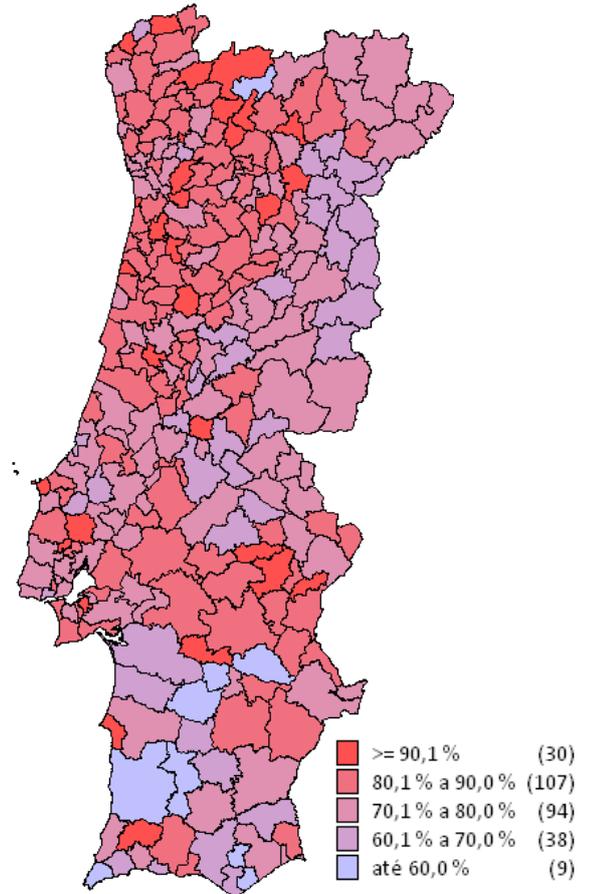


Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Naturalmente, as taxas de utilização das respostas prosseguidas pelas entidades não lucrativas, designadamente IPSS, apresentam valores de utilização mais elevados, mormente, 95 % em ERPI.

A taxa de utilização média das principais respostas para a população idosa em 2014 situou-se nos 78 % (81 % no caso das respostas de entidades não lucrativas), observando-se alguma assimetria ao longo do território continental.

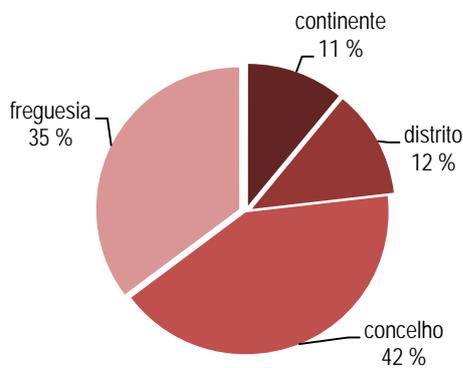
Taxa de utilização das respostas sociais para as Pessoas Idosas, por concelho 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

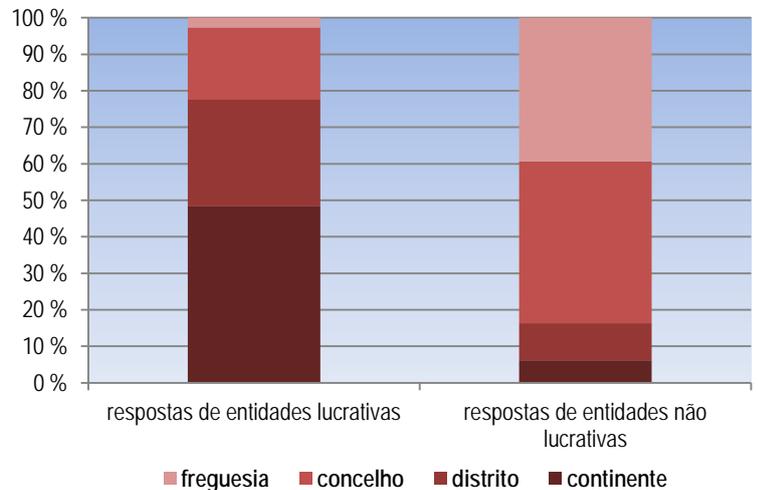
Funcionamento das respostas para as pessoas idosas

Distribuição percentual das respostas para as Pessoas Idosas por âmbito geográfico de funcionamento, Continente 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição percentual das respostas para as Pessoas Idosas por âmbito geográfico de funcionamento e natureza jurídica da entidade proprietária, Continente 2014

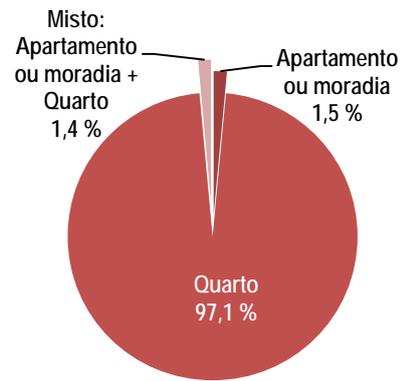


Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Em 2014 as respostas dirigidas à população idosa acolhiam maioritariamente utentes do próprio concelho (42 %) e da freguesia (35 %) de implantação do equipamento. Os equipamentos de entidades lucrativas mostram porém, segundo os dados disponíveis, terem um raio de abrangência mais alargado, sendo que cerca de 78 % dos utentes não são originários do concelho de implantação do equipamento. Esta realidade é especialmente notória na resposta ERPI.

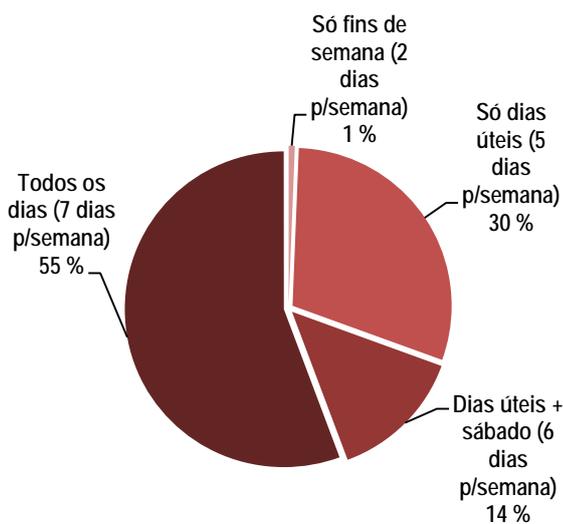
Sem alterações relativamente a 2013, o alojamento em quarto constituiu a modalidade de ERPI prevalente em 2014 (97 %). Os alojamentos em apartamento ou moradia e os equipamentos que preveem as duas modalidades de alojamento (em quarto e apartamento ou moradia) têm uma representação que ainda não vai além dos 3 %.

Distribuição percentual da resposta Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) por modalidade de alojamento, Continente 2014

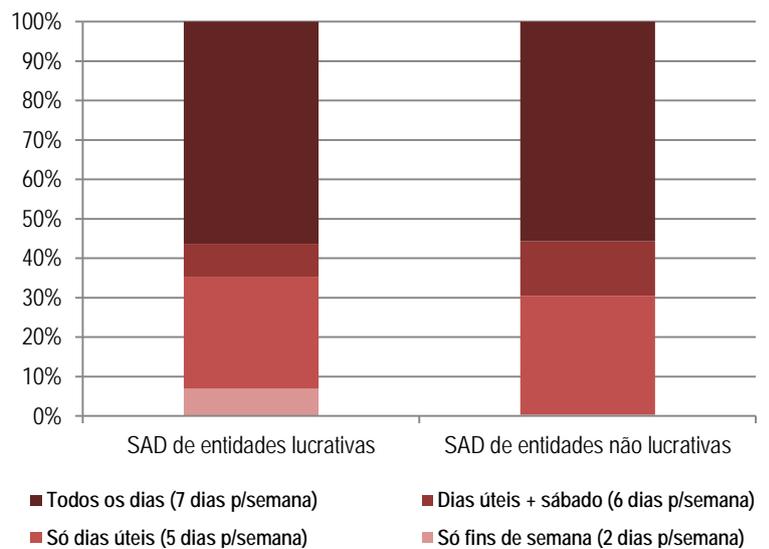


Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição percentual da resposta SAD por modelo de funcionamento, Continente 2014



Distribuição percentual da resposta SAD por modelo de funcionamento e natureza jurídica da entidade proprietária, Continente 2014

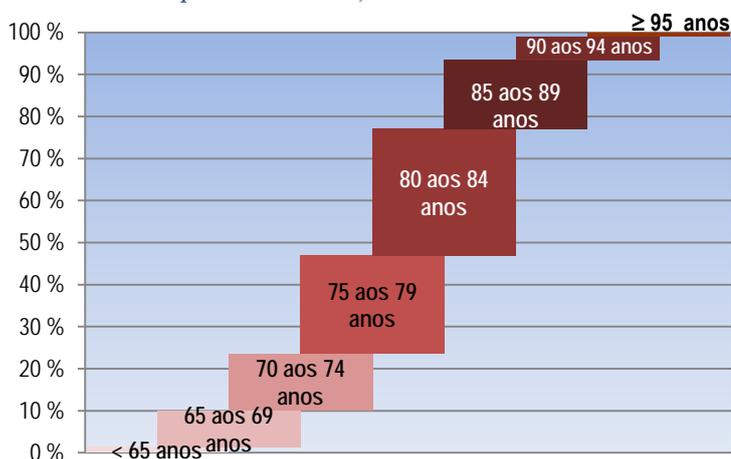


Do universo de respostas de SAD existentes em 2014, 55 % está em funcionamento durante 7 dias por semana, realidade comum a respostas de SAD da rede solidária como da rede privada/lucrativa, o que evidencia uma maior oferta de serviços por parte das entidades. A modalidade de funcionamento 7 dias por semana coexiste, geralmente, com outras modalidades (só dias úteis, dias úteis + sábado ou só fins de semana) tendo em conta que as necessidades e o nível de utilização dos serviços varia de utente para utente.

Caraterização dos utentes das respostas para as pessoas idosas

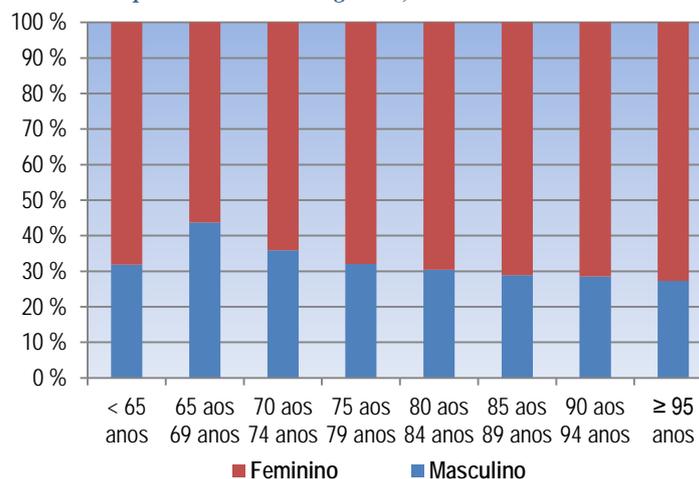
Utentes por escalão etário e género

Distribuição percentual dos utentes em Centro de Dia por escalão etário, Continente 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

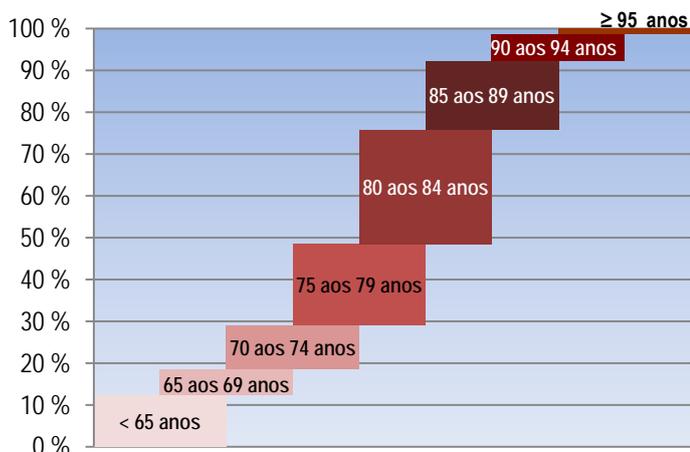
Distribuição percentual dos utentes em Centro de Dia por escalão etário e género, Continente 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

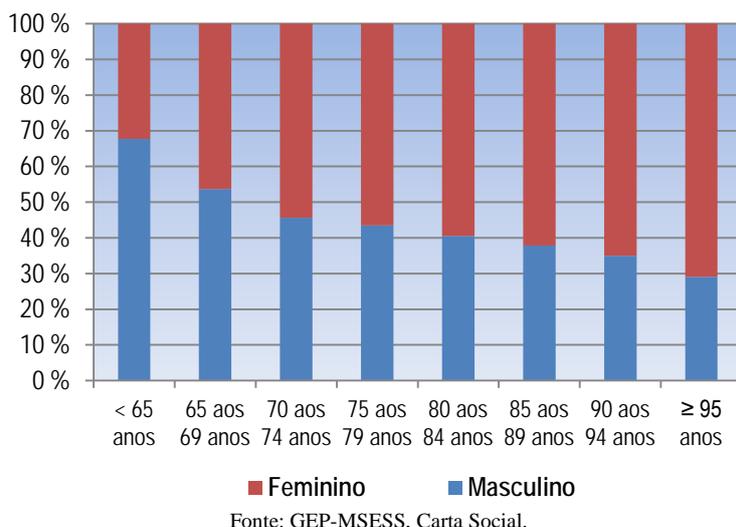
Em 2014, cerca de metade (47 %) dos utentes que frequentavam a resposta Centro de Dia tinham até 79 anos de idade, embora numa análise por escalão etário se verifique que o grupo dos 80-84 anos é aquele que apresenta maior representatividade (30 %). Em termos de género, as mulheres sobrepõem-se em todos os escalões, sendo uma resposta de utilização fortemente feminina, até, fundamentalmente por razões demográficas.

Distribuição percentual dos utentes em SAD por escalão etário, Continente 2014



Fonte: GEP-MSESS. Carta Social.

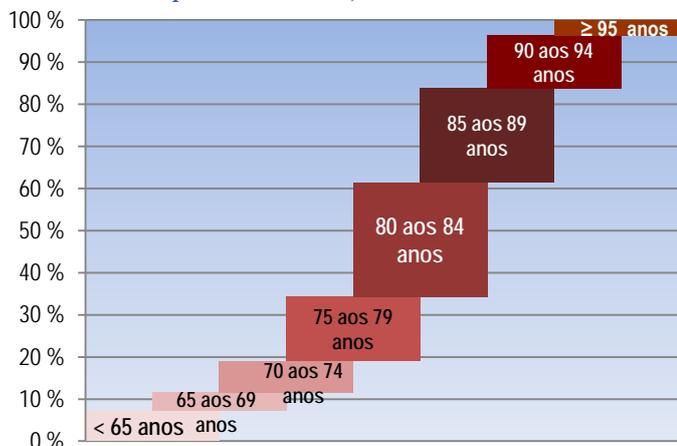
Distribuição percentual dos utentes em SAD por escalão etário e género, Continente 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

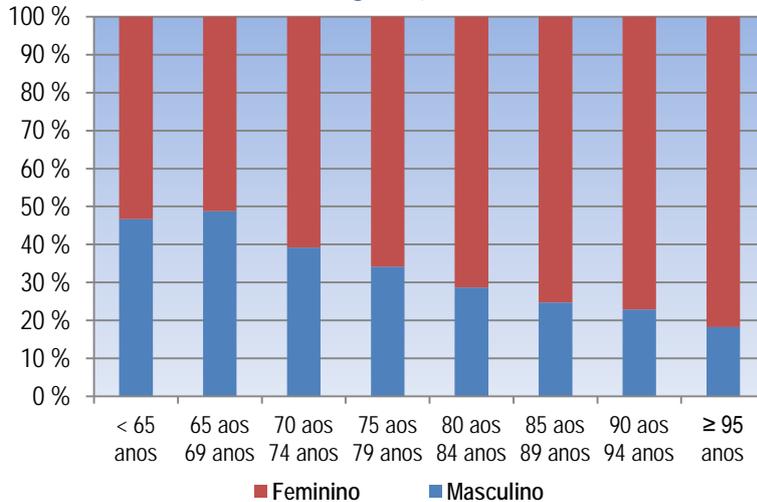
Ao nível da resposta SAD, embora o escalão dos 80 aos 84 anos seja o que apresenta o maior peso (27 %), à semelhança do Centro de Dia, os utentes até aos 79 anos de idade constituíam 48 % dos utentes apoiados. O esforço pela manutenção do idoso no seu espaço habitacional por mais anos e uma institucionalização tardia poderá explicar a maior procura desta resposta em idades menos avançadas, designadamente antes dos 80 anos. No que diz respeito à distribuição por género, à exceção dos escalões <65 anos e 65-69 anos em que os homens estão em maioria, verifica-se um aumento progressivo do peso do género feminino com o aumento da idade.

Distribuição percentual dos utentes em ERPI por escalão etário, Continente 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição percentual dos utentes em ERPI por escalão etário e género, Continente 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

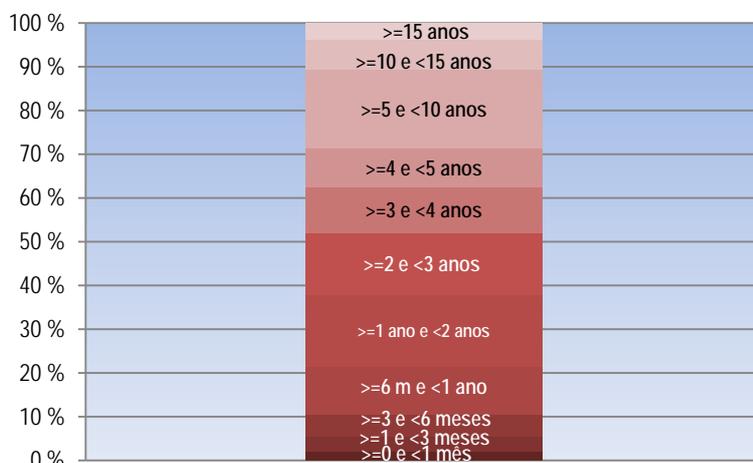
Contrariamente às restantes respostas dirigidas à população idosa, cerca de 80 % dos utentes acolhidos em ERPI em 2014 tinha 75 ou mais anos, evidenciando-se uma clara supremacia dos utentes mais idosos com maiores níveis de dependência, o que traduz uma institucionalização tardia da população nesta resposta. Se até aos 69 anos o género masculino está em superioridade, a partir dos 70 anos de idade as mulheres estão em clara maioria, reflexo de uma maior esperança de vida. De referir, ainda, que os utentes com 95 ou mais anos em 2014 atingem já um peso de 4 %.

As frequências prolongadas na resposta ERPI são uma realidade dos utentes que frequentam esta resposta. É de notar que cerca de 50 % dos utentes mantêm-se na ERPI por 3 ou mais anos, dos quais cerca de 12 % por mais de 10 anos.

Enquanto as frequências prolongadas são mais usuais nas respostas de entidades não lucrativas, as frequências de curta duração são habituais em respostas de equipamentos de entidades lucrativas (76 % até 4 anos), quer por razões de adaptação, necessidade de mudança de equipamento, entrada do idoso em ERPI numa idade já avançada ou dificuldades financeiras, entre outras razões.

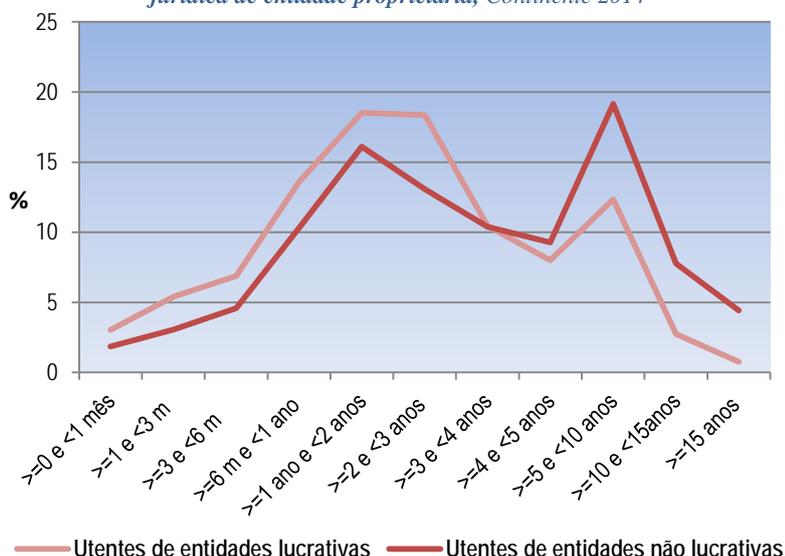
Utentes por tempo de permanência

Distribuição percentual dos utentes em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas por tempo de permanência na resposta, Continente 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição percentual dos utentes em Estrutura Residencial para Pessoas Idosas por tempo de permanência na resposta e natureza jurídica de entidade proprietária, Continente 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

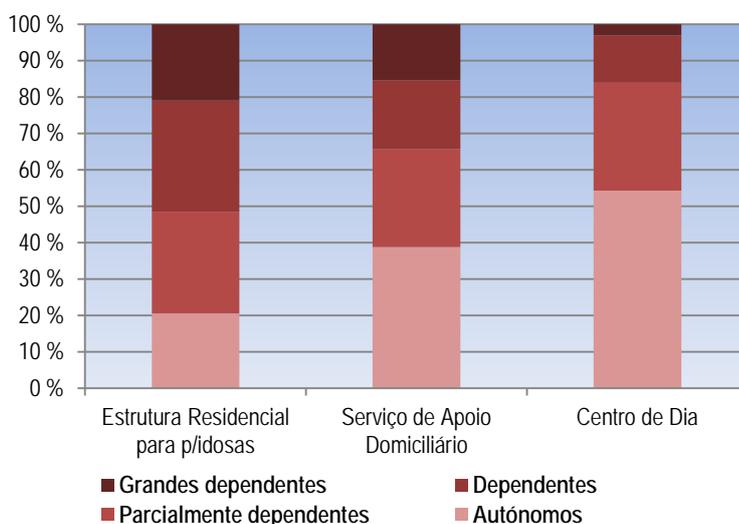
O grau de dependência dos utentes das diferentes respostas dirigidas à população idosa é bastante distinto, dependendo da idade dos utilizadores e dos níveis de dificuldade que apresentam.

Por conseguinte, em 2014 a maioria dos utentes em Centro de Dia (54 %) detinha autonomia, realidade que contrasta com os utentes de SAD (39 %), e sobretudo de ERPI (20 %). Nestas circunstâncias, a resposta ERPI acolhia em 2014 cerca de 80 % de utentes com algum grau de dependência, enquanto o SAD era utilizado por um universo de utentes mais alargado.

Relativamente às respostas dirigidas especificamente a pessoas em situação de dependência, é notório o peso dos utentes idosos com elevado grau de dependência, representando quase cerca de 50 % do total de utentes que frequentavam estas respostas em 2014.

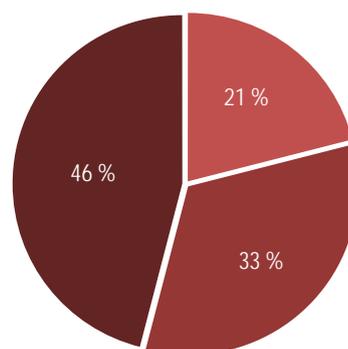
Utentes por grau de dependência

Distribuição percentual dos utentes em respostas para as Pessoas Idosas por grau de dependência, Continente 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição percentual dos utentes em respostas para Pessoas em Situação de dependência por grau de dependência, Continente 2014

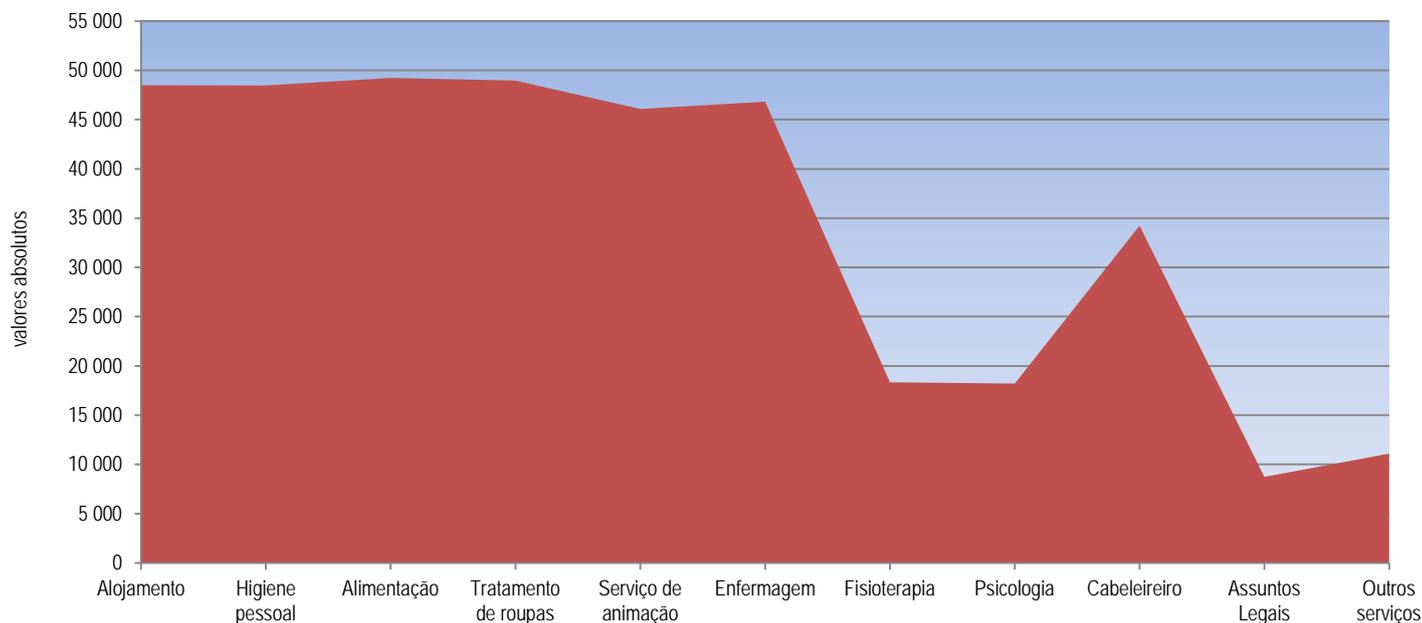


■ Parcialmente dependentes ■ Dependentes ■ Grandes dependentes

Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Utentes por serviços prestados

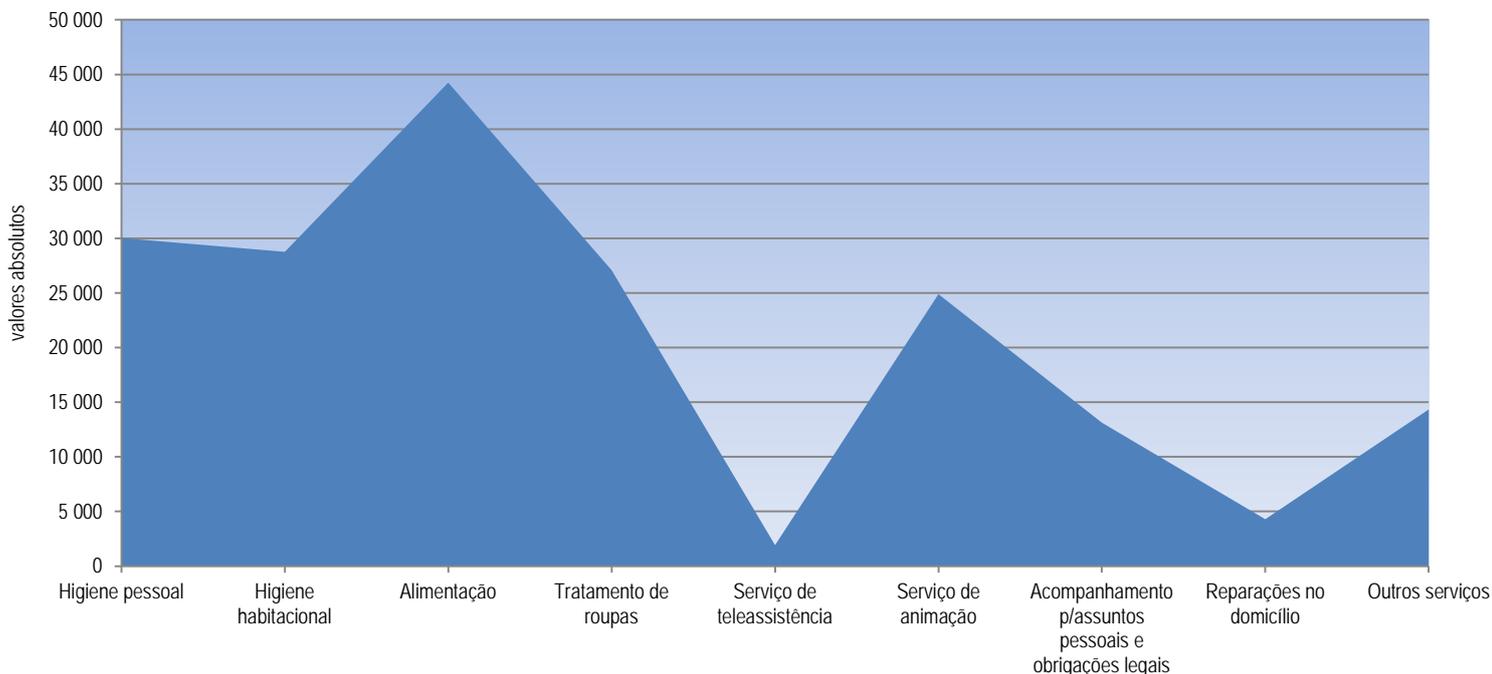
Distribuição percentual dos utentes em ERPI por serviços prestados, Continente 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Os serviços disponibilizados no âmbito das ERPI em funcionamento têm vindo a aumentar, refletindo as necessidades dos utentes. Para além do alojamento, a higiene pessoal, a alimentação, o tratamento de roupas, a animação e a enfermagem, existem outros serviços com uma utilização significativa, designadamente, a fisioterapia, a psicologia e, sobretudo, os serviços de cabeleireiro.

Distribuição percentual dos utentes em SAD por serviços prestados, Continente 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Relativamente à resposta SAD, o conjunto de serviços disponibilizados revela, igualmente, uma abrangência bastante grande. Para além dos serviços de base como a alimentação, a higiene pessoal e habitacional e o tratamento de roupas, também são disponibilizados os serviços de animação, o acompanhamento dos utentes para assuntos pessoais e obrigações legais, as reparações no domicílio e a teleassistência, apresentando já um número de utilizadores considerável.

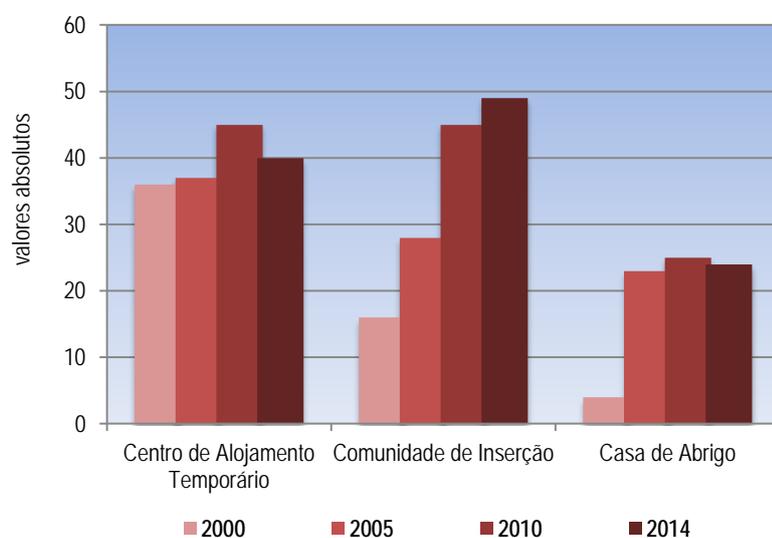
3.4 - Família e Comunidade

Respostas sociais e capacidades

Ao longo do período de análise (2000-2014) as respostas dirigidas à Família e Comunidade⁵ têm registado um crescimento considerável (102 %), o que traduz um esforço contínuo no apoio aos grupos mais vulneráveis.

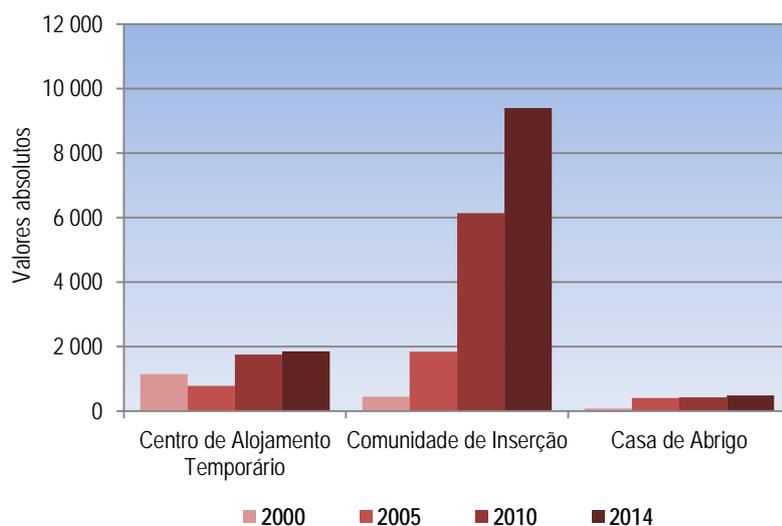
Relativamente à capacidade de resposta destes serviços, a Comunidade de Inserção destaca-se no âmbito deste grupo de respostas, revelando um incremento assinalável em linha com o aumento do número de respostas.

Evolução das respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente 2000-2014



Fonte: GEP-MSESS. Carta Social.

Evolução da capacidade nas respostas para a Família e Comunidade, Continente 2000-2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

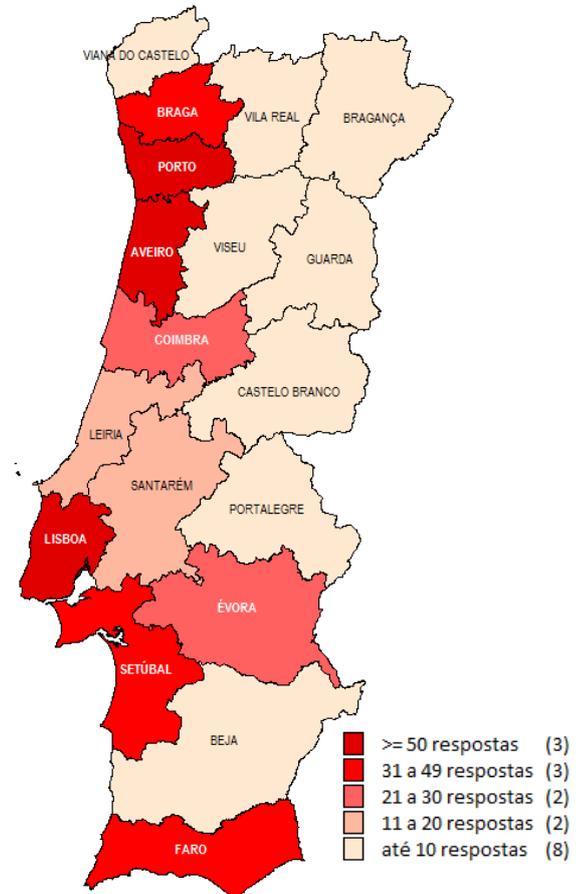
⁵ No que diz respeito à resposta Refeitório/Cantina Social, devido ao facto da informação obtida das instituições não ser precisa quanto à natureza da resposta, ou seja, se se trata nos últimos anos de cantinas instituídas no âmbito da RSES e/ou de cantinas no quadro do PES, optou-se por não se apresentar essa informação.

Distribuição espacial das respostas sociais por distrito

A distribuição espacial das respostas para a Família e Comunidade é marcada por alguma assimetria no território continental, sendo que os distritos localizados ao longo da faixa litoral apresentam um número de respostas marcadamente superior.

Lisboa, Aveiro, Porto e Faro constituem os distritos que registam maior implantação destas valências, apresentando 63 % do total de respostas para este grupo-alvo.

Distribuição espacial das respostas sociais para a Família e Comunidade, por distrito 2014



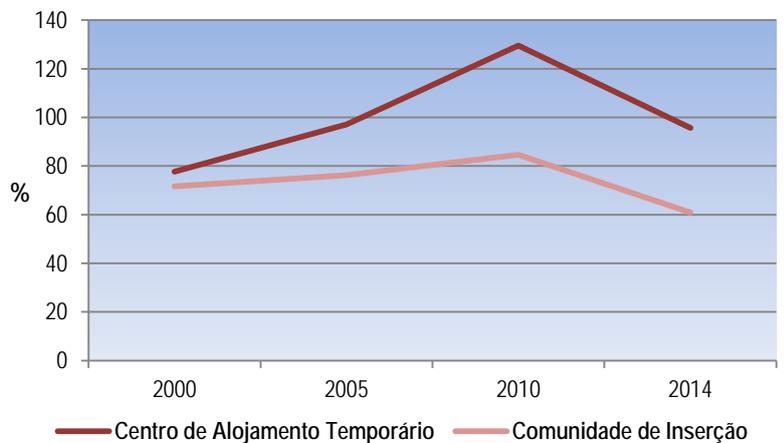
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Taxa de utilização das respostas sociais

Desde 2010 que se observa uma diminuição na utilização das respostas dirigidas à Família e Comunidade, designadamente do Centro de Alojamento Temporário e Comunidade de Inserção, após alguns anos de sobrelocação.

Em 2014 o Centro de Alojamento Temporário consiste na resposta com a taxa de utilização mais elevada, situando-se em torno dos 96 %.

Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para a Família e Comunidade, Continente 2000-2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

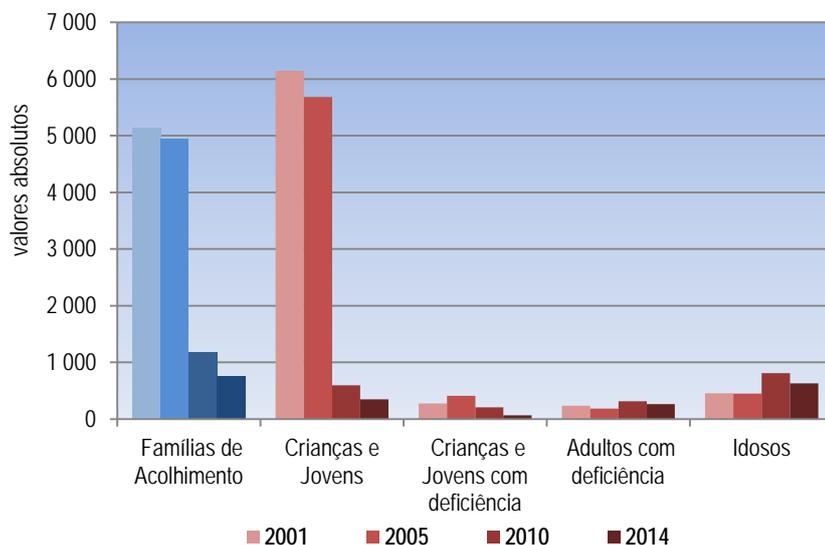
A resposta social Acolhimento Familiar

A publicação do Decreto-Lei n.º 11/2008, de 17 de janeiro, que regula o regime de aplicação do acolhimento familiar, previsto na Lei n.º 147/99, de 1 de setembro - que aprovou a proteção de crianças e jovens em perigo, veio alterar consideravelmente o universo das famílias de acolhimento. Desde 2008, podem apenas candidatar-se a família de acolhimento pessoas ou famílias que não tenham qualquer relação de parentesco com a criança ou o jovem, ou que não sejam candidatos a adoção.

No ano de 2014, à semelhança dos anos anteriores, verificou-se uma descida do número de famílias de acolhimento (21 %), por comparação a 2013. O universo de pessoas acolhidas apresentou igualmente uma redução de cerca de 23 %, sendo que o número médio de pessoas acolhidas por família baixou para 1,7.

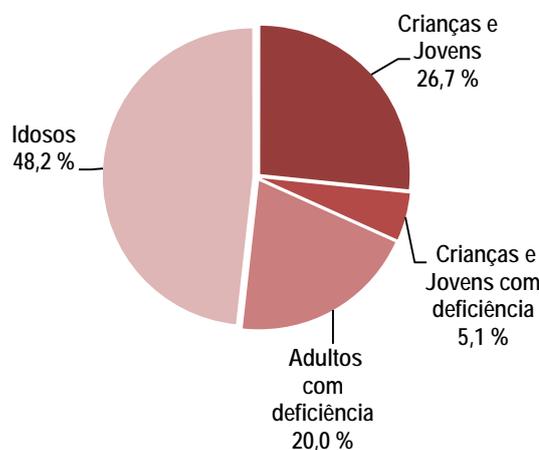
Cerca de 50 % das pessoas acolhidas são idosas, grupo que revela um aumento assinalável (39 %) desde 2001, ainda que apresente uma quebra em 2014 (28 %) relativamente a 2013. O grupo das crianças e jovens é o segundo grupo com mais representação (27 %), seguido dos adultos com deficiência (20 %).

Evolução do número de famílias de acolhimento e de pessoas acolhidas por grupo-alvo, Continente 2001-2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição percentual do número de pessoas acolhidas por grupo-alvo, Continente 2014

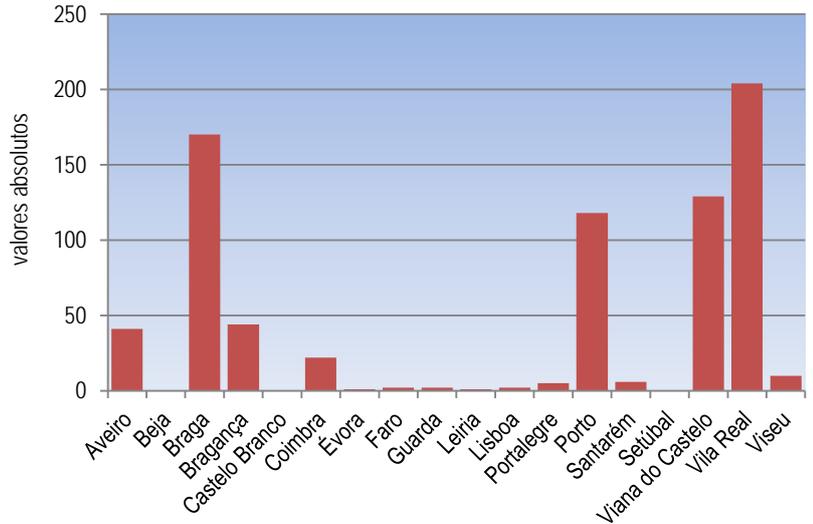


Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

A distribuição do número de famílias de acolhimento no território continental demonstra uma implantação mais acentuada no norte do país.

Os distritos de Braga, Porto, Viana do Castelo e Vila Real são os que têm maior número de famílias de acolhimento, reunindo 82 % do total de famílias.

Distribuição das Famílias de Acolhimento por distrito, 2014

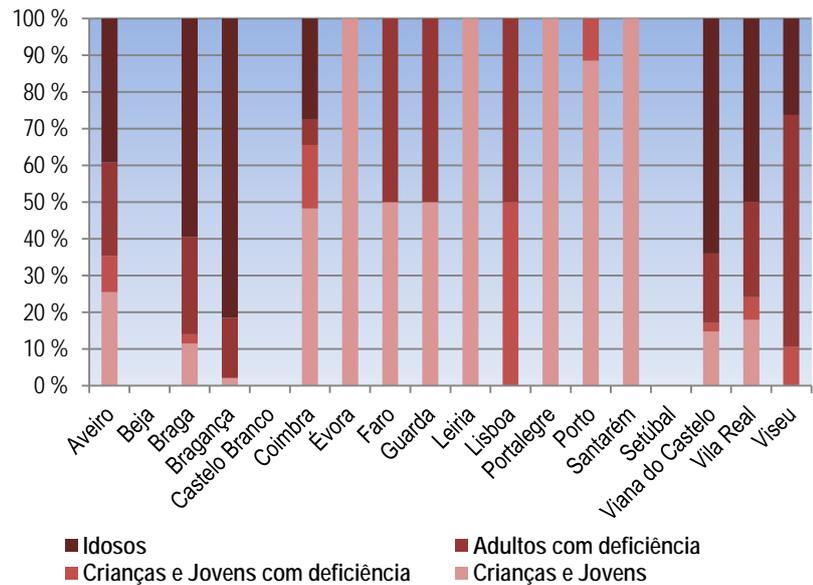


Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

No que diz respeito aos grupos-alvo acolhidos, embora as pessoas idosas sejam o grupo com maior peso, apenas 9 distritos acolhem idosos.

É de destacar, ainda, que em todos os distritos com acolhimento familiar (15) são acolhidas crianças e jovens (com ou sem deficiência).

Distribuição percentual das pessoas acolhidas por grupo-alvo por distrito, 2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

3.5 - Pessoas Toxicodependentes

Respostas sociais e capacidades

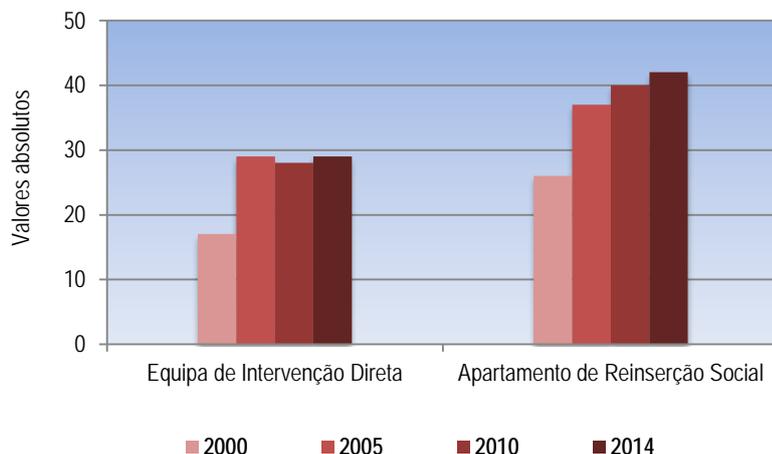
As respostas destinadas ao apoio a pessoas toxicodependentes têm registado ao longo do período de análise (2000-2014) um crescimento bastante positivo (65%).

Ao nível da capacidade das respostas para este grupo-alvo, esta tem acompanhado o aumento do número de respostas sociais.

Embora em menor número, as Equipas de Intervenção Direta têm evidenciado um incremento considerável da sua capacidade de apoio, o que se traduz num crescimento de 235 %.

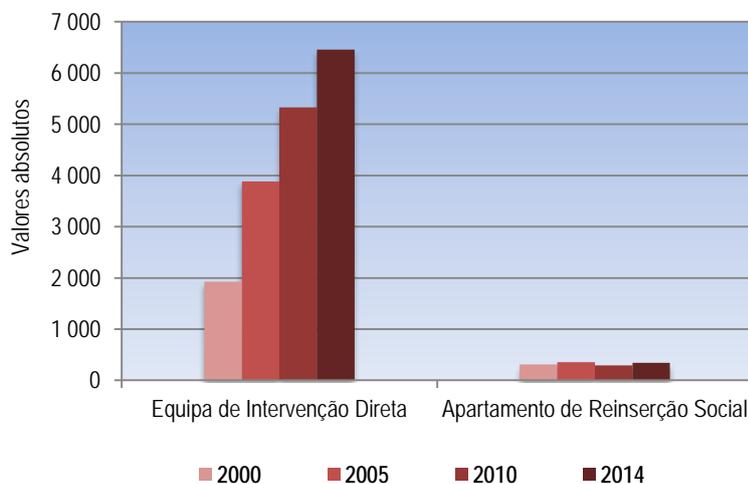
Quanto aos Apartamentos de Reinserção Social, que apresentam por regra um número reduzido de lugares por resposta, revelam um acréscimo de 9 % desde 2000.

Evolução das respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, Continente 2000-2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, Continente 2000-2014



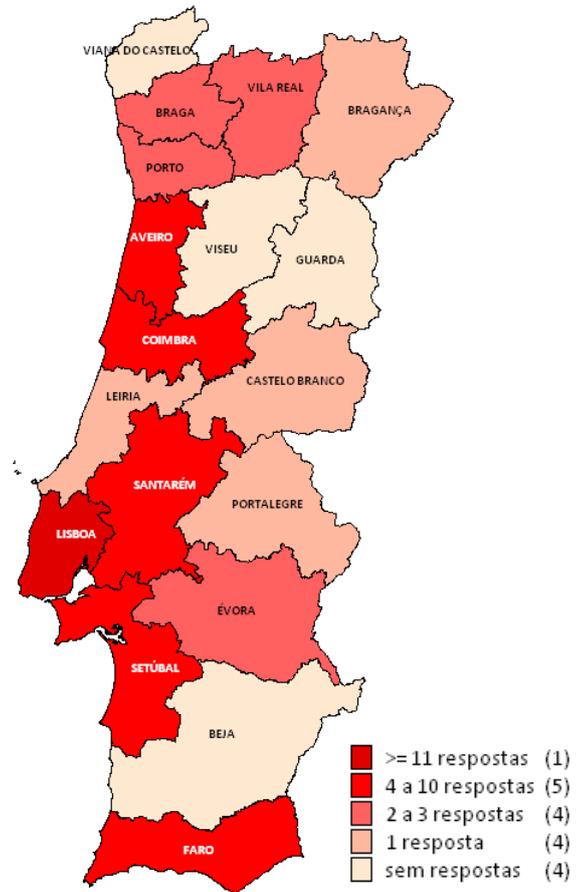
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição espacial das respostas sociais por distrito

A distribuição espacial de respostas sociais para o grupo das Pessoas Toxicodependentes denota uma marcada assimetria, sendo que os distritos localizados na faixa litoral apresentam maior número de respostas.

Lisboa constituiu o distrito com maior expressão deste tipo de respostas, concentrando mais de 1/3 do número total de respostas.

Distribuição espacial das respostas sociais para as Pessoas Toxicodependentes, por distrito 2014

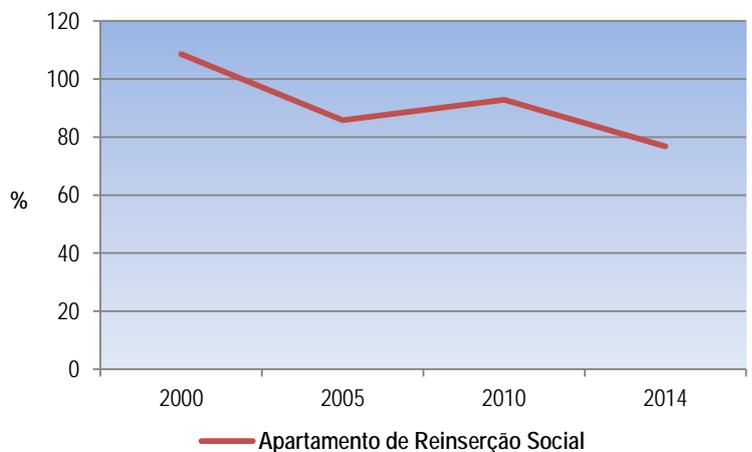


Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Taxa de utilização das respostas sociais

No ano de 2014, a taxa de utilização dos Apartamentos de Reinserção Social observa uma ligeira descida, relativamente a 2013, em virtude do aumento do número de lugares disponíveis, fixando-se em 77 %.

Evolução da taxa de utilização dos Apartamentos de Reinserção Social, Continente 2000-2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

3.6 - Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias

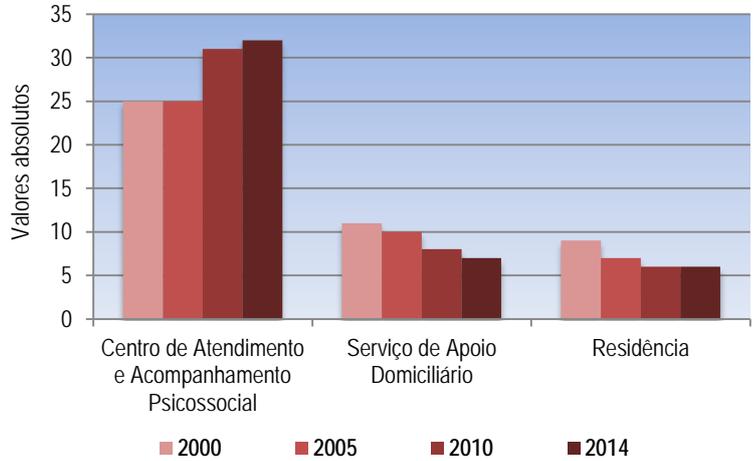
Respostas sociais e capacidades

O número de respostas sociais do âmbito da RSES dirigidas às Pessoas Infectadas pelo VIH/Sida evidenciam um ligeira descida nos últimos anos, à exceção dos Centros de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial (CAAP).

Em 2014, por comparação ao ano de 2000, verifica-se um aumento de 28 % dos CAAP, resposta que ao nível da capacidade de apoio revela um crescimento considerável de 74 %.

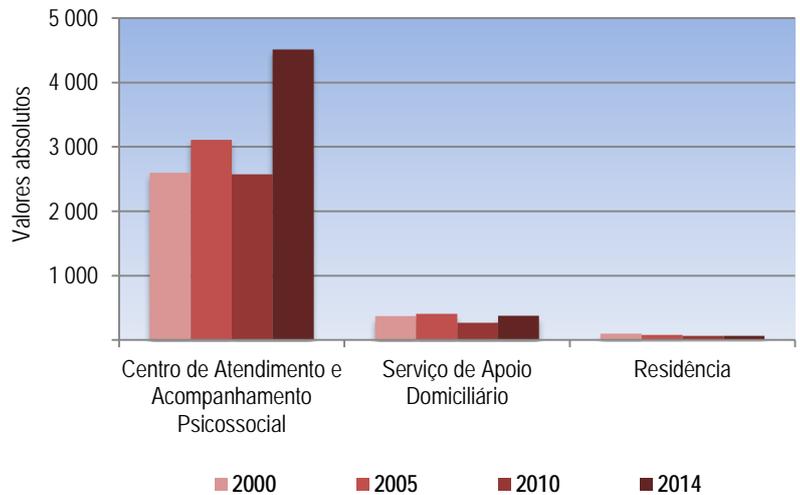
As respostas Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e Residência para pessoas infetadas com o VIH/SIDA não apresentam grandes alterações relativamente ao número de lugares entre 2000 e 2014, ainda assim o SAD regista um incremento por comparação a 2013 de cerca de 10 %.

Evolução das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente 2000-2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente 2000-2014



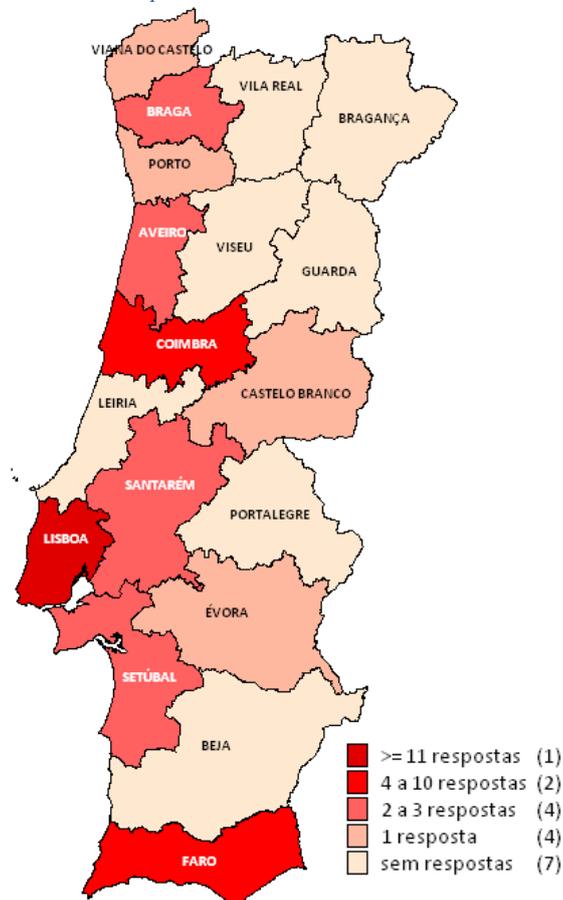
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição espacial das respostas sociais por distrito

As respostas destinadas a pessoas infectadas pelo VIH/SIDA localizam-se sobretudo nos distritos do litoral do território continental.

Embora a maioria dos distritos (11) apresente respostas para esta população-alvo, cerca de metade estão concentradas no distrito de Lisboa.

Distribuição espacial das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, por distrito 2014



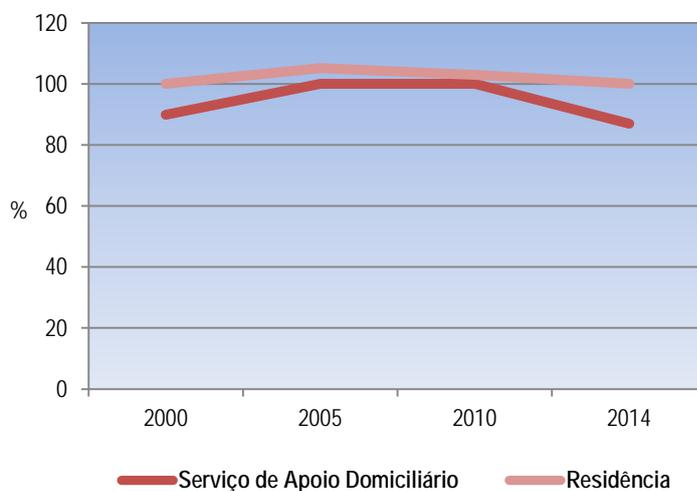
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Taxa de utilização das respostas sociais

A taxa de utilização das respostas para as pessoas infetadas pelo VIH/SIDA tem-se mantido ao longo do período de análise (2000-2014) sempre próxima dos 100 %, particularmente a Residência.

A resposta SAD apresenta em 2014 uma taxa de utilização de 87 %, registando uma ligeira descida por comparação a 2013.

Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas Infetadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias, Continente 2000-2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

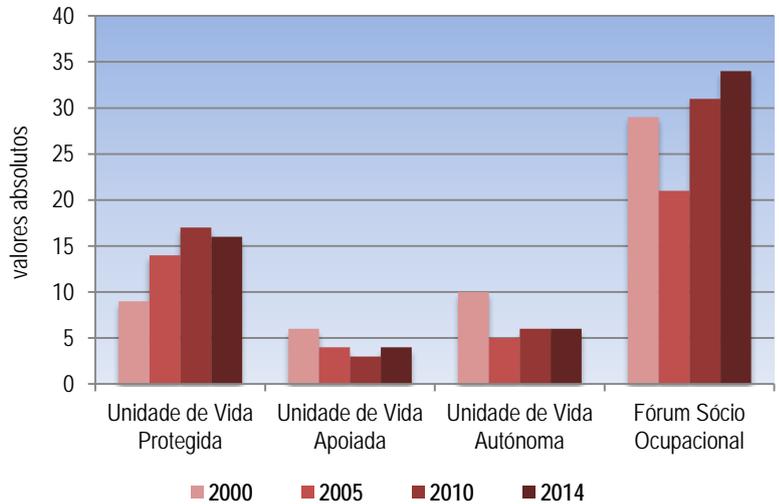
3.7 - Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico

Respostas sociais e capacidades

As respostas sociais direcionadas às Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico do âmbito da RSES, têm registado ligeiras alterações no período 2000-2014, à exceção da resposta Fórum Sócio Ocupacional que tem apresentado um aumento progressivo.

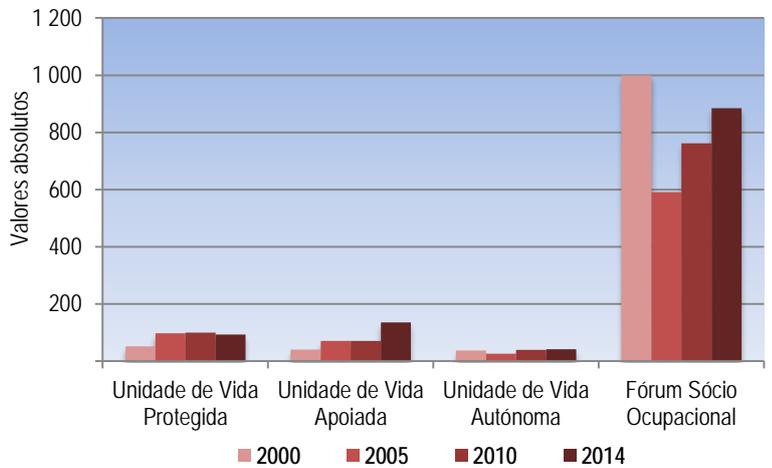
Ao nível da capacidade instalada, as flutuações são igualmente ligeiras, todavia é de destacar o aumento da capacidade da Unidade de Vida Apoiada em 2014 (93 %) por comparação a 2010, assim como do Fórum Sócio Ocupacional (16 %) no mesmo período.

Evolução das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente 2000-2014



Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Evolução da capacidade nas respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente 2000-2014



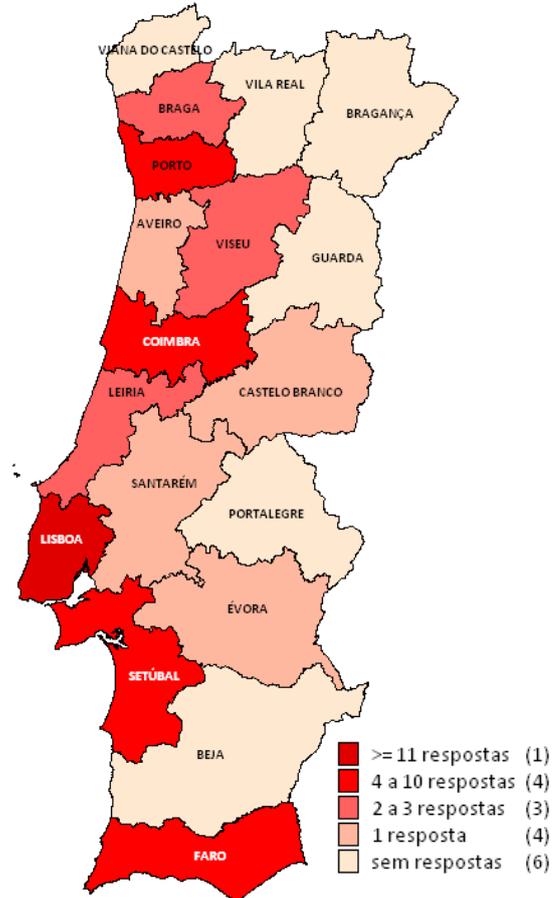
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Distribuição espacial das respostas sociais por distrito

A distribuição espacial das respostas sociais para pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico revela alguma diferença ao nível da sua implantação territorial.

Do 18 distritos do Continente, apenas 8 dispõem de pelo menos duas respostas. O distrito de Lisboa, à semelhança da situação para outros grupos de intervenção, reúne o maior peso de respostas (43 %).

Distribuição espacial das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, por distrito 2014

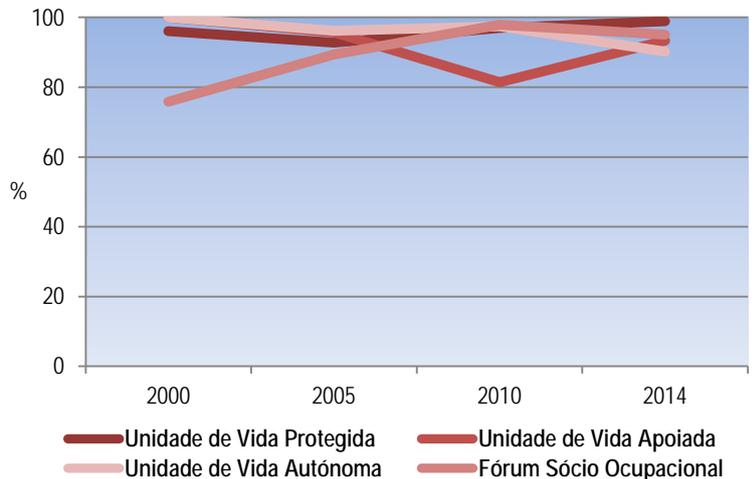


Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

Taxa de utilização das respostas sociais

Os elevados níveis de utilização marcam desde 2000 as respostas deste grupo-alvo. No ano de 2014 todas as respostas apresentavam taxas acima dos 90 %.

Evolução das taxas de utilização das respostas sociais para as Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico, Continente 2000-2014



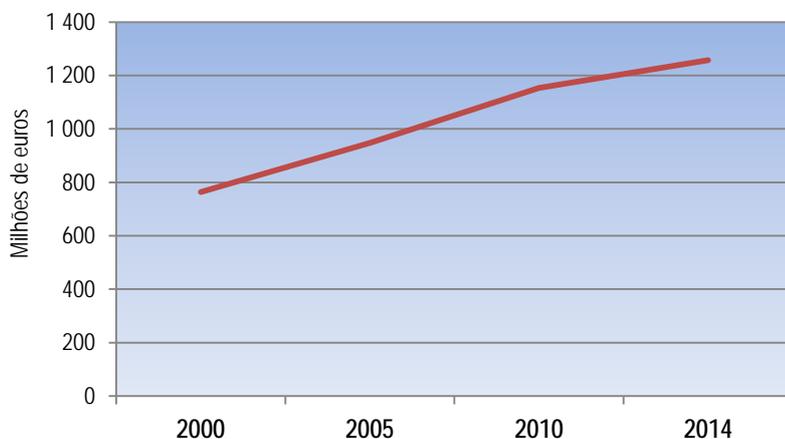
Fonte: GEP-MSESS, Carta Social.

4. Despesas de funcionamento em serviços e equipamentos sociais: o esforço público

Despesa de funcionamento⁶

O funcionamento das respostas que compõem a RSES é suportado com base nos acordos de cooperação celebrados entre o Estado e as entidades que integram a rede solidária (IPSS e entidades equiparadas), para além da comparticipação do utente e/ou do familiar e das receitas próprias das instituições.

Evolução da despesa com acordos de cooperação, Continente 2000-2014



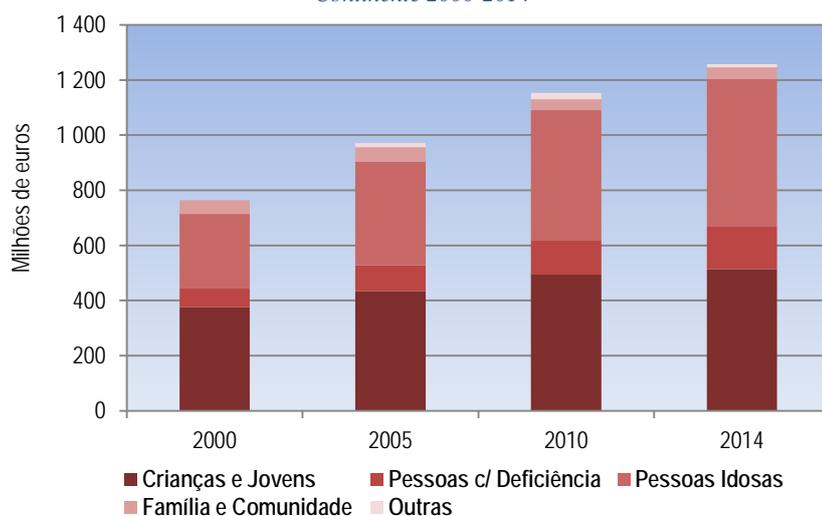
Fonte: MSESS-IGFSS, Conta da Segurança Social.

Embora num ritmo mais moderado nos últimos anos, o crescimento da despesa pública com acordos de cooperação tem registado um crescimento progressivo ao longo do período de análise (2000-2014), traduzindo por um lado a atualização anual dos valores da comparticipação pública por utente, e por outro, o alargamento do número de utentes abrangidos pelos acordos de cooperação.

Despesas de funcionamento por população-alvo

O grupo-alvo das Pessoas com Deficiência é o que tem apresentado maior crescimento ao nível da despesa no período 2000-2014 (130 %), seguindo-se as Pessoas Idosas (97 %) e as Crianças e Jovens (37 %).

Evolução da despesa de funcionamento por população-alvo, Continente 2000-2014

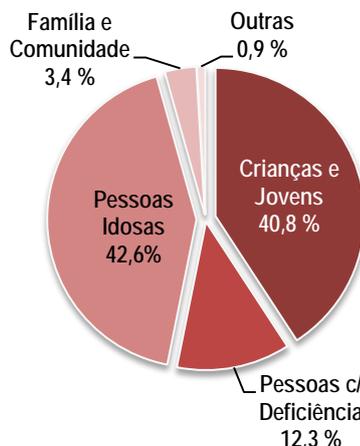


Fonte: MSESS-IGFSS, Conta da Segurança Social.

⁶ Não inclui o valor da despesa relativa ao funcionamento dos estabelecimentos integrados.

No ano de 2014, as respostas dirigidas às Pessoas Idosas e às Crianças e Jovens foram as que apresentaram maior nível de despesa, 42,6 % e 40,8 % respetivamente, representando em conjunto 83 % da despesa total de funcionamento da RSES. Apesar de registar o maior aumento na despesa nos últimos anos, o grupo das Pessoas com Deficiência registou em 2014 apenas 12,3 % do total de encargos.

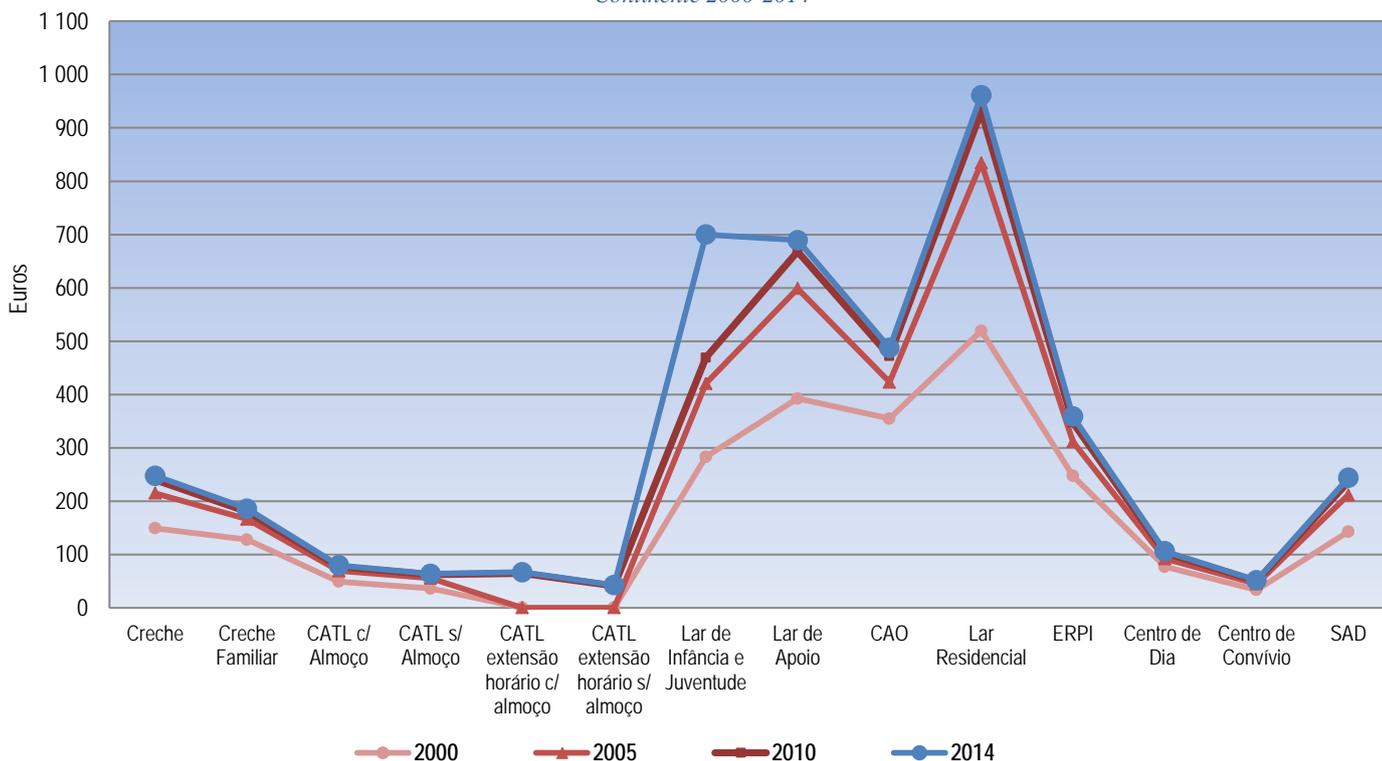
Distribuição percentual da despesa de funcionamento por população-alvo, Continente 2014



Fonte: MESS-IGFSS, Conta da Segurança Social.

Comparticipação da Segurança Social - Acordos de cooperação

Evolução da participação da Segurança Social às instituições, por resposta social e utente, com base nos acordos de cooperação, Continente 2000-2014



Fonte: Protocolos de Cooperação.

Em 2014, o valor da participação financeira da Segurança Social relativamente às respostas sociais abrangidas pelo Protocolo de Cooperação foi atualizado em 1 %.

As respostas dirigidas a pessoas com deficiência – Lar Residencial e Lar de Apoio, constituem as valências com maior valor de comparticipação por utente em 2014, para além da resposta Lar de Infância e Juventude, no âmbito das Crianças e Jovens em situação de perigo, que desde 2013 viu o valor da comparticipação financeira aumentar, atendendo ao processo de qualificação de que esta resposta foi alvo.

ANEXOS

Nomenclaturas e Conceitos

(Despacho de Aprovação do Secretário de Estado da Segurança Social, exarado em 2006/01/19)

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Crianças e Jovens

AMA

Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por pessoa idónea que, por conta própria e mediante retribuição, cuida de crianças que não sejam suas parentes ou afins na linha reta ou no 2.º grau da linha colateral, por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.

CRECHE FAMILIAR

Resposta social desenvolvida através de um serviço prestado por um conjunto de amas (não inferior a 12 nem superior a 20), que residam na mesma zona geográfica e que estejam enquadradas, técnica e financeiramente, pelos Centros Distritais de Segurança Social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou Instituições Particulares de Solidariedade Social com atividades no âmbito das 1.ª e 2.ª infâncias.

CRECHE

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de natureza socioeducativa, para acolher crianças até aos três anos de idade, durante o período diário correspondente ao impedimento dos pais ou da pessoa que tenha a sua guarda de facto, vocacionada para o apoio à criança e à família.

ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Resposta, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe atividades educativas e atividades de apoio à família.

CENTRO DE ATIVIDADES DE TEMPOS LIVRES – CATL

Resposta social, desenvolvida em equipamento ou serviço, que proporciona atividades de lazer a crianças e jovens a partir dos 6 anos, nos períodos disponíveis das responsabilidades escolares e de trabalho, desenvolvendo-se através de diferentes modelos de intervenção, nomeadamente acompanhamento/inserção, prática de atividades específicas e multiatividades, podendo desenvolver, complementarmente, atividades de apoio à família.

Crianças e Jovens com Deficiência

INTERVENÇÃO PRECOCE

Resposta desenvolvida através de um serviço que promove o apoio integrado, centrado na criança e na família mediante ações de natureza preventiva e habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da ação social.

LAR DE APOIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a acolher crianças e jovens com necessidades educativas especiais que necessitem de frequentar estruturas de apoio específico situadas longe do local da sua residência habitual ou que, por comprovadas necessidades familiares, precisem, temporariamente, de resposta substitutiva da família.

TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Resposta social desenvolvida através de um serviço de natureza coletiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que assegura o transporte e acompanhamento personalizado.

Crianças e Jovens em Situação de Perigo

CENTRO DE APOIO FAMILIAR E ACONSELHAMENTO PARENTAL

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, vocacionada para o estudo e prevenção de situações de risco social e para o apoio a crianças e jovens em situação de perigo e suas famílias, concretizado na sua comunidade, através de equipas multidisciplinares.

EQUIPA DE RUA DE APOIO A CRIANÇAS E JOVENS

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, destinada ao apoio a crianças e jovens em situação de perigo, desinseridas a nível sociofamiliar e que subsistem pela via de comportamentos desviantes.

ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA CRIANÇAS E JOVENS

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que consiste na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma família ou a uma pessoa singular, habilitadas para o efeito, tecnicamente enquadradas, decorrente da aplicação da medida de promoção e proteção, visando a sua integração em meio familiar.

CENTRO DE ACOLHIMENTO TEMPORÁRIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em perigo, de duração inferior a seis meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.

LAR DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção.

APARTAMENTO DE AUTONOMIZAÇÃO

Resposta social, desenvolvida em equipamento – apartamento inserido na comunidade local – destinada a apoiar a transição para a vida adulta de jovens que possuem competências pessoais específicas, através da dinamização de serviços que articulem e potenciem recursos existentes nos espaços territoriais.

POPULAÇÃO ADULTA

Pessoas Idosas

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

CENTRO DE CONVÍVIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, de apoio a atividades sócio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação ativa das pessoas idosas de uma comunidade.

CENTRO DE DIA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção das pessoas idosas no seu meio sociofamiliar.

CENTRO DE NOITE

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que tem por finalidade o acolhimento noturno, prioritariamente para pessoas idosas com autonomia que, por vivenciarem situações de solidão, isolamento ou insegurança necessitam de suporte de acompanhamento durante a noite.

ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA PESSOAS IDOSAS

Resposta social que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas, pessoas idosas quando, por ausência ou falta de condições de familiares e/ou inexistência ou insuficiência de respostas sociais, não possam permanecer no seu domicílio.

RESIDÊNCIA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, constituída por um conjunto de apartamentos com espaços e/ou serviços de utilização comum, para pessoas idosas, ou outras, com autonomia total ou parcial.

LAR DE IDOSOS

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, para pessoas idosas ou outras em situação de maior risco de perda de independência e/ou de autonomia.

ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS – ERPI (Nova denominação das respostas residenciais para pessoas idosas, substituindo as designações lar de idosos e residência para idosos, nos termos da Portaria n.º 67/2012, de 21 de março.)

Considera-se estrutura residencial para pessoas idosas, o estabelecimento para alojamento coletivo, de utilização temporária ou permanente, em que sejam desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem. A estrutura residencial pode assumir um das seguintes modalidades de alojamento: a) Tipologias habitacionais, designadamente apartamentos e ou moradias; b) Quartos e c) Tipologias habitacionais em conjunto com o alojamento em quartos.

Pessoas Adultas com Deficiência

CENTRO DE ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO E ANIMAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, organizada em espaço polivalente, destinado a informar, orientar e apoiar as pessoas com deficiência, promovendo o desenvolvimento das competências necessárias à resolução dos seus próprios problemas, bem como atividades de animação sociocultural.

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS – CAO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a desenvolver atividades para jovens e adultos com deficiência grave.

ACOLHIMENTO FAMILIAR PARA PESSOAS ADULTAS COM DEFICIÊNCIA

Resposta social, que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas, pessoas com deficiência, a partir da idade adulta.

LAR RESIDENCIAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, que se encontrem impedidos temporária ou definitivamente de residir no seu meio familiar.

TRANSPORTE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, de natureza coletiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que assegura o transporte e acompanhamento personalizado.

Pessoas em Situação de Dependência

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

APOIO DOMICILIÁRIO INTEGRADO – ADI

Resposta que se concretiza através de um conjunto de ações e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio, durante vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana.

UNIDADE DE APOIO INTEGRADO – UAI

Resposta, desenvolvida em equipamento, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados, a pessoas que, por motivo de dependência, não podem, manter-se apoiadas no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.

Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico

FORUM SÓCIO-OCUPACIONAL

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas com desvantagem, transitória ou permanente, de origem psíquica, visando a sua reinserção sociofamiliar e ou profissional ou a sua eventual integração em programas de formação ou de emprego protegido.

UNIDADE DE VIDA PROTEGIDA

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave e de evolução crónica clinicamente estável e que necessitam de treino de autonomia.

UNIDADE DE VIDA AUTÓNOMA

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave estabilizada e de evolução crónica, mas com capacidade autónoma, permitindo a sua integração em programas de formação profissional ou em emprego normal ou protegido e sem alternativa residencial satisfatória.

UNIDADE DE VIDA APOIADA

Resposta, desenvolvida em equipamento, destinada a pessoas adultas que, por limitação mental crónica e fatores sociais graves, alcançaram um grau de desvantagem que não lhes permite organizar, sem apoio, as atividades de vida diária, mas que não necessitam de intervenção médica frequente.

Pessoas Sem-Abrigo

EQUIPA DE RUA PARA PESSOAS SEM-ABRIGO

Resposta social, desenvolvida através de um serviço prestado por equipa multidisciplinar, que estabelece uma abordagem com os sem-abrigo, visando melhorar as suas condições de vida.

ATELIER OCUPACIONAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao apoio à população adulta, sem abrigo, com vista à reabilitação das suas capacidades e competências sociais, através do desenvolvimento de atividades integradas em programas “estruturados” que implicam uma participação assídua do indivíduo, ou “flexíveis” onde a assiduidade depende da sua disponibilidade e motivação.

FAMÍLIA E COMUNIDADE

Família e Comunidade em Geral

ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO SOCIAL

Resposta social, desenvolvida através de um serviço de primeira linha, que visa apoiar as pessoas e as famílias na prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão social e, em certos casos, atuar em situações de emergência.

GRUPO DE AUTO-AJUDA

Resposta social, desenvolvida através de pequenos grupos para interajuda, organizados e integrados por pessoas que passam ou passaram pela mesma situação/problema, visando encontrar soluções pela partilha de experiências e troca de informação.

CENTRO COMUNITÁRIO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, onde se prestam serviços e desenvolvem atividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um polo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projeto de desenvolvimento local, coletivamente assumido.

CENTRO DE FÉRIAS E DE LAZER

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada à satisfação de necessidades de lazer e de quebra da rotina, essencial ao equilíbrio físico, psicológico e social dos seus utilizadores.

REFEITÓRIO/CANTINA SOCIAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras atividades, nomeadamente de higiene pessoal e tratamento de roupas.

CENTRO DE APOIO À VIDA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para o apoio e acompanhamento a mulheres grávidas ou puérperas com filhos recém-nascidos, que se encontram em risco emocional ou social.

COMUNIDADE DE INSERÇÃO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, com ou sem alojamento, que compreende um conjunto de ações integradas com vista à inserção social de diversos grupos alvo que, por determinados fatores, se encontram em situação de exclusão ou de marginalização social.

CENTRO DE ALOJAMENTO TEMPORÁRIO – CAT

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado, de pessoas adultas em situação de carência, tendo em vista o encaminhamento para a resposta social mais adequada.

AJUDA ALIMENTAR

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, que proporciona a distribuição de géneros alimentícios, através de associações ou entidades sem fins lucrativos, contribuindo para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias.

Pessoas com VIH/Sida e Suas Famílias

CENTRO DE ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO PSICOSSOCIAL – CAAP

Resposta social, desenvolvida através de um serviço, dirigida a pessoas infetadas e/ou doentes de VIH, vocacionada para o atendimento, acompanhamento e ocupação em regime diurno.

SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO – SAD

Resposta social, desenvolvida a partir de um equipamento, que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das necessidades básicas e/ou as atividades da vida diária.

RESIDÊNCIA PARA PESSOAS INFETADAS PELO VIH/SIDA

Resposta social, desenvolvida em equipamento, vocacionada para alojar pessoas infetadas e/ou doentes de HIV, em rutura familiar e desfavorecimento socioeconómico.

Pessoas Toxicodependentes

EQUIPA DE INTERVENÇÃO DIRETA

Resposta social desenvolvida através de um serviço constituído por unidades de intervenção junto da população toxicodependente e suas famílias e junto de comunidades afetadas por este fenómeno.

APARTAMENTO DE REINserÇÃO SOCIAL

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste em acolher, temporariamente, pessoas toxicodependentes, que após a saída de unidades de tratamento, de estabelecimentos prisionais, de centros tutelares ou de outros estabelecimentos da área da justiça, se confrontem com problemas de reinserção social, familiar, escolar ou profissional.

Pessoas Vítimas de Violência Doméstica

CENTRO DE ATENDIMENTO

Resposta, desenvolvida através de um serviço constituído por uma ou mais equipas técnica e pluridisciplinares, que assegura o atendimento, apoio e reencaminhamento das mulheres vítimas de violência, tendo em vista a proteção destas.

CASA DE ABRIGO

Resposta social, desenvolvida em equipamento, que consiste no acolhimento temporário a mulheres vítimas de violência, acompanhadas ou não de filhos menores, que não possam, por questões de segurança, permanecer nas suas residências habituais.

GRUPO FECHADO DE RESPOSTAS PONTUAIS

APOIO DOMICILIÁRIO PARA GUARDA DE CRIANÇAS

Serviço prestado por pessoas enquadradas por uma instituição que, por conta própria, mediante pagamento pecuniário, se deslocam ao domicílio para prestação de cuidados individuais a crianças, durante um determinado período de tempo, fora dos horários dos equipamentos tradicionais e de acordo com as necessidades da família.

APOIO EM REGIME AMBULATORIO

Resposta social, desenvolvida através de um serviço/equipamento, destinada ao apoio de pessoas com deficiência, a partir dos 7 anos, suas famílias e técnicos da comunidade, que desenvolve atividades de avaliação orientação e intervenção terapêutica e socioeducativa promovidas por equipas transdisciplinares.

IMPrensa BRAILLE

Serviço de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência visual, que se destina a produzir, adaptar e editar a produzir, adaptar e editar livros em Braille, de suporte ao processo de ensino/aprendizagem, assim como às atividades de natureza cultural e recreativa.

ESCOLA DE CÃES-GUIA

Equipamento onde se desenvolvem atividades de formação, educação e treino de cães-guia para apoio à pessoa cega.